

## CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. E CONTROLADAS

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Em milhares de reais - R\$)

---

#### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A CPFL Energias Renováveis S.A. (“CPFL Renováveis” ou “Companhia”), é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede no município de São Paulo - SP, constituída com o objetivo principal de atuar como holding e tem como principais atividades, conforme determinado em seu objeto social:

- a) Investimento no capital social de sociedades no segmento de energias renováveis.
- b) Identificação e desenvolvimento de potenciais de geração de energia e exploração dos referidos potenciais.
- c) Comercialização de energia elétrica, que compreende a compra e venda, a importação e exportação de energia elétrica para outros comercializadores, geradores, distribuidores ou consumidores que tenham a livre opção de escolha do fornecedor, bem como atuação perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

A controlada direta SPE CPFL Solar 1 Energia S.A. e as controladas indiretas SPE Barra da Paciência Energia S.A., SPE Corrente Grande Energia S.A., SPE Ninho da Águia Energia S.A., SPE Paiol Energia S.A., SPE São Gonçalo Energia S.A., SPE Várzea Alegre Energia S.A., nomearam a Companhia como agente que as representam na CCEE. Desta forma, a Companhia gerencia o portfólio e o risco de geração das mesmas.

Em 19 de agosto de 2013, foi concluída a Oferta Pública de distribuição primária de 28,0 milhões de ações ordinárias, secundária de 43,9 milhões de ações ordinárias e complementar de 1,2 milhão de ações ordinárias da Companhia, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, lançada em 27 de junho de 2013. Foram distribuídas, no total, 73,1 milhões de ações ao preço fixo de R\$12,51 cada, perfazendo o montante de R\$914.686. A operação promoveu a captação bruta: (i) de R\$364.687 na oferta primária e complementar, que foram destinadas à conta de capital social até o valor do preço por ação correspondente ao patrimônio líquido dividido pelo número total de ações na data base de 31 de março de 2013, data da última informação contábil disponível antes da Oferta, e o valor remanescente de recursos líquidos foi destinado à conta de reserva de capital; e (ii) de R\$549.999 na oferta secundária, tendo sido vendidas 43,9 milhões de ações ordinárias por determinados acionistas da Companhia. Os custos de captação incorridos nesta operação montam a R\$36.187.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia apresentou nas demonstrações financeiras individuais o capital circulante líquido negativo no montante de R\$316.529, decorrente principalmente dos mútuos firmados com suas controladas, em dezembro de 2014, para capital de giro. Tais valores serão liquidados parcialmente no primeiro trimestre de 2015 com o saldo de dividendos a receber e novas captações, que estão em fase de negociação.

A maior parte das controladas diretas e indiretas foi constituída ou adquirida com o propósito específico de implantar e explorar o potencial de pequenas centrais hidrelétricas (“PCHs”), usinas termelétricas movidas à biomassa, parques eólicos e projeto de geração de energia solar, conforme descrito nas notas explicativas nº 1.4 a nº 1.7.

1.1. Associação entre CPFL Renováveis e Dobrevê Energia S.A. (“DESA”) -  
1º de outubro de 2014

Conforme divulgado em nossas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013, em 17 de fevereiro de 2014, a CPFL Renováveis e a sua acionista controladora CPFL Geração de Energia S.A. (“CPFL Geração”), controlada da CPFL Energia S.A. (“CPFL Energia”), celebraram um acordo de associação, por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições para a associação entre a DESA e a CPFL Renováveis. Em 24 de abril de 2014 esta associação foi autorizada pela ANEEL e, em 6 de maio de 2014 foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Pública - CADE.

O objetivo da associação foi consolidar a experiência de ambos os grupos (CPFL Renováveis e DESA) no setor de energias renováveis e, desta forma, obter ganhos de escala e sinergia pela unificação das atividades, que passa a ter estrutura mais eficiente para o desenvolvimento de seus empreendimentos.

Esta associação foi concluída em 1º de outubro de 2014, conforme detalhado a seguir:

Em Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 30 de setembro de 2014, com eficácia das aprovações para 1º de outubro de 2014, os acionistas tanto da CPFL Renováveis bem como o Arrow - Fundo de Investimentos e Participações (“FIP Arrow”), único acionista da WF2 Holding S.A. (“WF2”), que por sua vez era detentora da totalidade das ações de emissão da DESA, aprovaram o Protocolo de Incorporação e o Termo de Encerramento da Associação. Consequentemente, em 1º de outubro de 2014, o FIP Arrow, efetuou a contribuição do acervo líquido da WF2 como aumento de capital na CPFL Renováveis, que por sua vez emitiu 61.752.782 novas ações ordinárias em nome do FIP Arrow, que se tornou acionista da CPFL Renováveis com uma participação de 12,27%.

Após o aumento de capital realizado, a CPFL Renováveis incorporou a WF2, extinguindo essa sociedade, e a CPFL Renováveis passou a deter diretamente 100% das ações de emissão da DESA, e consequentemente, a DESA passou a ser controlada pela CPFL Renováveis.

A relação de troca de 100% das ações de emissão da WF2 por 12,27% das ações CPFL Renováveis (pós emissão das novas ações ordinárias) foi livremente negociada e pactuada entre as partes e reflete a melhor avaliação da WF2 e da CPFL Renováveis. Tais valores levaram em consideração o valor econômico da CPFL Renováveis e da WF2, apurados por suas respectivas Administrações, tendo em vista a natureza de suas atividades, inseridas em um conjunto de premissas econômicas, operacionais e financeiras aplicáveis às companhias.

Esta associação entre a CPFL Renováveis e a DESA resultou em uma combinação de negócios de acordo com o pronunciamento técnico CPC 15 (RI) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - “Business Combination”, uma vez que a CPFL Renováveis passou a deter o controle da WF2, e pagou pela obtenção do controle desta companhia mediante a emissão de novas ações próprias. A associação foi avaliada a valor justo

utilizando o método de abordagem de receita. Em decorrência desta emissão de ações o patrimônio líquido da CPFL Renováveis sofreu um aumento de R\$833.663, o qual reflete o valor justo das ações emitidas pela CPFL Renováveis, e que foram transferidas ao FIP Arrow na data da aquisição.

O aumento no patrimônio líquido da CPFL Renováveis, em 1º de outubro de 2014, ocorreu da seguinte forma: (i) aumento do capital social no montante de R\$481.834, mediante a emissão de 61.752.782 novas ações; (ii) constituição de reserva de capital no montante de R\$351.829, correspondente ao valor que excedeu o valor patrimonial por ação e saldo remanescente do acervo líquido incorporado; e (iii) registro do valor justo da participação dos não controladores no montante de R\$106.320.

Na associação descrita acima, a WF2 (controladora da DESA) foi a empresa adquirida e em 1º de outubro de 2014, a Companhia incorporou os saldos contábeis da WF2, conforme segue:

	WF2 <u>Controladora</u> <u>01.10.2014</u>
Ativos circulantes:	
Caixa e equivalentes de caixa	43
Impostos a recuperar	1.041
Ativos não circulantes:	
Investimento	719.665
Passivos circulantes:	
Debêntures	94.688
Contas a pagar de aquisições	83.484
Partes relacionadas	549
Passivos não circulantes:	
Debêntures	75.426
Impostos diferidos	13.518
Ativos líquidos adquiridos	<u>453.084</u>

#### Informações adicionais à associação (Aquisição da WF2)

##### a) Ativos adquiridos e passivos a serem reconhecidos na data aquisição - preliminar

O valor da transação não-caixa (valor justo das ações emitidas pela CPFL Renováveis), foi alocado na data de aquisição aos ativos adquiridos e passivos assumidos a valores justos, incluindo os ativos intangíveis relacionados ao direito de exploração da autorização, o qual será amortizado pelo prazo remanescente das autorizações vinculadas à exploração dos empreendimentos eólicos e de PCHs adquiridos, sendo o

prazo médio estimado em 25 anos para todos os empreendimentos. Consequentemente, o valor da transação foi provisoriamente alocado a ativos e passivos identificados e nenhum valor residual foi alocado como ágio nesta transação.

A Administração da Companhia não espera que o valor alocado como direito de exploração dessa associação seja dedutível para fins fiscais e, portanto, constituiu imposto de renda e contribuição social diferidos relacionados à diferença entre o valor alocado e a base fiscal deste ativo.

A alocação inicial do valor da transação está baseada em análises conduzidas pela própria Administração, até que o laudo de avaliação econômico-financeiro seja finalizado. Esta alocação, e consequentemente a contabilização inicial, foi provisoriamente efetuada em 1º de outubro de 2014, para todos os itens apresentados a seguir, baseados na melhor estimativa da Administração:

	WF2 <u>consolidado</u> <u>01.10.2014</u>
Ativos circulantes:	
Caixa e equivalentes de caixa	139.293
Contas a receber de clientes	23.576
Impostos a recuperar	3.753
Outros créditos	4.945
Ativos não circulantes:	
Aplicações financeiras vinculadas	84.830
Depósito judicial	5.368
Imposto a recuperar	513
Outros créditos	7.553
Imobilizado	1.295.476
Intangível	7.937
Intangível - direito de exploração	784.460
Passivos circulantes:	
Fornecedores	19.124
Empréstimos e financiamentos	52.691
Debêntures	50.305
Contas a pagar de aquisições	60.287
Obrigações trabalhistas	3.741
Obrigações tributárias	5.541
Outros passivos	17.405
Passivos não circulantes:	
Empréstimos e financiamentos	647.576
Debêntures	224.411
Contas a pagar de aquisições	27.828
Impostos diferidos	13.518
Impostos diferidos sobre o direito de exploração	266.716
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	14.257
Provisão para desmobilização de ativos	4.635
Outros passivos	9.686
Ativos líquidos adquiridos	939.983
Participação dos não controladores	(106.320)
Contrapartida transferida	833.663

A participação dos não controladores apresentada no quadro anterior, refere-se a 40% da participação da Ludes Energética S.A. (PCH) a valor justo. Essa participação foi avaliada a valor justo utilizando o método de abordagem de receita.

A expectativa da Administração é de que o laudo de alocação do preço pago da WF2 esteja finalizado até março de 2015.

- b) Saldo de caixa líquido incorporado na associação com a DESA (controlada direta após a incorporação da WF2)

Como a aquisição foi efetuada a partir de troca de ações, não houve pagamento de caixa, apenas foi incorporado o caixa e equivalentes de caixa consolidado da WF2 no montante de R\$139.293.

- c) Informações financeiras sobre a receita operacional líquida e lucro líquido da DESA (controlada direta após a incorporação da WF2) incluída nas demonstrações financeiras consolidadas no ano da associação.

	Receita	Lucro líquido
	2014	2014
DESA Consolidado 01/10/2014 a 31/12/2014	48.036	1.880
	<u>48.036</u>	<u>1.880</u>

- d) Informações financeiras combinadas sobre a receita operacional líquida e prejuízo do exercício caso a associação tivesse ocorrido no início do exercício (em 1º de janeiro de 2014).

	Receita	Prejuízo
	2014	2014
CPFL Renováveis - histórico	1.247.627	(167.361)
Ajuste pro-forma WF2 consolidado (i)	101.109	(46.812)
Total	<u>1.348.736</u>	<u>(214.173)</u>

- (i) Os ajustes “pro forma” da receita operacional consideram a adição da receita operacional líquida da WF2 para o período em que ela não era consolidada pela Companhia, de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2014.

Os ajustes “pro forma” do prejuízo do exercício consideram: (i) adição do prejuízo consolidado da WF2 para o período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2014, em que ela não era consolidada pela Companhia, no montante de R\$35.521; (ii) exclusão dos efeitos de despesas não recorrentes de consultorias para a associação com essa Companhia, no montante de R\$8.468; (iii) inclusão da amortização do direito de exploração, líquido de impactos tributários, caso a associação tivesse sido no início do período (1º de janeiro de 2014), no montante de R\$13.410; e (iv) inclusão dos efeitos financeiros da captação de debêntures efetuada pela WF2 para adquirir os não controladores de DESA, no montante de R\$6.349.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 contemplam 3 (três) meses de operações da DESA (controlada direta após a incorporação da WF2).

## 1.2. Aquisição de Rosa dos Ventos Geração e Comercialização de Energia S.A. - RDV - 2014

Em 18 de junho de 2013, a Companhia assinou contrato de aquisição de 100% dos ativos dos parques eólicos (i) Canoa Quebrada, com capacidade instalada de 10,5 MW; e (ii) Lagoa do Mato, com capacidade instalada de 3,2 MW, localizados no litoral do Estado do Ceará. Ambos encontram-se em operação comercial, sendo que a totalidade da energia gerada pelos Parques Eólicos está contratada com a Eletrobrás, através do PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (informações físicas e relativas a medidas de capacidade energética não auditadas pelos auditores independentes).

Em 28 de fevereiro de 2014, a Companhia concluiu a aquisição de Rosa dos Ventos. O preço total da aquisição é de R\$103.358, que compreende: (i) o valor de R\$70.296 pago ao vendedor; (ii) ajuste de preço no montante de R\$634; e (iii) a assunção de dívida líquida da Rosa dos Ventos no valor de R\$32.428.

### Informações adicionais sobre aquisição da controlada Rosa dos Ventos

#### a) Considerações transferidas

	<u>Rosa dos</u> <u>Ventos</u> <u>28.02.2014</u>
Considerações transferidas:	
Caixa transferido em caixa e equivalentes de caixa diretamente aos acionistas	70.296
Ajuste de preço pago aos vendedores de acordo com cláusula contratual	634
Caixa líquido de aquisição	<u>70.930</u>

#### b) Ativos adquiridos e passivos reconhecidos na data de aquisição

A totalidade das contraprestações transferidas (pagas) foi alocada aos ativos adquiridos e passivos assumidos a valores justos, incluindo os ativos intangíveis associados ao direito de exploração da autorização, o qual será amortizado pelo prazo remanescente da autorização vinculada à exploração do empreendimento eólico adquirido, sendo o prazo médio estimado em 18 anos para Rosa dos Ventos. Consequentemente, como a totalidade do valor pago foi alocado à ativos e passivos identificados, nenhum valor residual foi alocado como ágio nesta transação.

As alocações do valor pago foram suportadas por laudos de avaliação econômico-financeiro.

A Administração da CPFL Renováveis não espera que os valores alocados como direito de exploração dessa aquisição sejam dedutíveis para fins fiscais e, portanto, constituiu imposto de renda e contribuição social diferidos relacionados à diferença entre os valores alocados e as bases fiscais destes ativos.

A contabilização da aquisição de Rosa dos Ventos foi concluída. A seguir apresentamos os ativos adquiridos e passivos assumidos de Rosa dos Ventos a valor justo:

	<u>Rosa dos Ventos</u> <u>28.02.2014</u>
Ativos circulantes:	
Caixa e equivalentes de caixa	2.466
Contas a receber de clientes	6.122
Impostos a recuperar	10
Outros créditos	99
Ativos não circulantes:	
Aplicações financeiras vinculadas	4.223
Depósito judicial	307
Imposto diferido	570
Imobilizado	50.102
Intangível - direito de exploração	67.741
Passivos circulantes:	
Fornecedores	3
Empréstimos e financiamentos	1.960
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	744
Obrigações tributárias e trabalhistas	212
Outros passivos	878
Passivos não circulantes:	
Empréstimos e financiamentos	32.934
Impostos diferidos sobre o direito de exploração	23.032
Provisão para desmobilização de ativos	947
Ativos líquidos adquiridos	<u>70.930</u>
Contrapartida transferida	<u>70.930</u>

c) Saída de caixa líquido na aquisição da Rosa dos Ventos

	<u>Rosa dos Ventos</u> <u>28.02.2014</u>
Contrapartida pagas em caixa	70.930
Menos: Saldo de caixa e equivalentes de caixa adquiridos	<u>(2.466)</u>
Caixa líquido de aquisição	<u>68.464</u>

- d) Informações financeiras sobre a receita operacional líquida e lucro líquido da controlada adquirida incluída nas demonstrações financeiras consolidadas no ano da aquisição.

	Receita	Lucro líquido
	2014	2014
Rosa dos Ventos 01/03/2014 a 31/12/2014	15.166	7.711
	<u>15.166</u>	<u>7.711</u>

- e) Informações financeiras combinadas sobre a receita operacional líquida e lucro líquido (prejuízo) do exercício caso a aquisição tivesse ocorrido no início do exercício (1º de janeiro de 2014)

	Receita	Lucro líquido (prejuízo)
	2014	2014
CPFL Renováveis - histórico	1.247.627	(167.361)
Ajuste pro-forma Rosa dos Ventos (i)	2.929	706
Total	<u>1.250.556</u>	<u>(166.655)</u>

- (i) Os ajustes “pro forma” da receita operacional consideram a adição da receita operacional líquida da controlada Rosa dos Ventos para o período em que ela não era consolidada pela Companhia, de 1º de janeiro a 28 de fevereiro de 2014.

Os ajustes “pro forma” do lucro líquido (prejuízo) consideram: (i) adição do resultado da controlada Rosa dos Ventos para o período de 1º de janeiro a 28 de fevereiro de 2014, em que esta não era consolidada pela Companhia, no montante de R\$1.360; e (ii) inclusão da amortização do direito de exploração, líquido de impactos fiscais, caso essa Companhia tivesse sido adquirida no início do exercício (1º de janeiro de 2014), no montante de R\$654.

As informações consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 contemplam 10 (dez) meses de operações de Rosa dos Ventos.

### 1.3. Divulgações complementares

- Os laudos de avaliação de ativos tangíveis e ativos intangíveis de WF2/DESA estão em processo de elaboração.
- Os grupos de contas que estão sujeitos a alterações são: imobilizado, intangível - direito de exploração, impostos diferidos, provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis e participação de não controladores.

### 1.4. Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía as seguintes concessões e autorizações outorgadas pela ANEEL para exploração do potencial hidrelétrico:



<u>PCHs</u>	<u>Status</u>	<u>Resolução original</u>	<u>Data</u>	<u>Prazo</u>	<u>Capacidade de energia instalada (MW)**</u>
Aiuruoca	3	Res.357	22/12/1999	30 anos	18,0
Alto Irani	1	Res.587	29/10/2002	30 anos	21,0
Americana	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	30,0
Andorinhas	1	Des.1990	30/11/2005	Indeterminado ***	0,5
Arvoredo	1	Res.606	05/11/2002	30 anos	13,0
Barra da Paciência	1	Res.348	17/12/1999	30 anos	23,0
Boa Vista II	3	Em andamento *	-	-	29,9
Bonanza	3	Res.425	30/01/2006	30 anos	9,9
Buritis	1	Contrato de Concessão nº014	19/11/1997	30 anos	0,8
Cachoeira Grande	3	Res.540	14/10/2003	30 anos	16,0
Capão Preto	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	4,3
Cherobim	3	Res.573	17/12/2001	30 anos	25,5
Chibarro	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	2,6
Cocais Grande	1	Res.349	22/12/1999	30 anos	10,0
Corrente Grande	1	Res.17	14/01/2000	30 anos	14,0
Diamante	1	Portaria 475	13/11/1997	30 anos	4,2
Dourados	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	10,8
Eloy Chaves	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	18,8
Esmeril	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	5,0
Figueirópolis	1	Res.198	04/05/2004	30 anos	19,4
Gavião Peixoto	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	4,8
Guaporé	1	Res.1987	30/11/2005	Indeterminado ***	0,7
Jaguari	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	11,8
Laranjinha	3	Res.440	06/02/2006	30 anos	3,2
Lençóis	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	1,7
Ludesa	1	Res.705	17/12/2002	30 anos	30,0
Mata Velha	2	Res.262	16/05/2002	30 anos	24,0
Monjolinho	1	Contrato de Concessão nº014	19/11/1997	30 anos	0,6
Ninho da Águia	1	Res.370	29/12/1999	30 anos	10,0
Novo Horizonte	1	Res. 652	26/11/2002	30 anos	23,0
Paíol	1	Res.406	06/08/2002	30 anos	20,0
Penedo	3	Em andamento *	-	-	17,0
Pinhal	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	6,8
Pirapó	1	Des.1989	30/11/2005	Indeterminado ***	0,8
Plano Alto	1	Res.607	07/11/2002	30 anos	16,0
Salinho	1	Desp.1988	30/11/2005	Indeterminado ***	0,8
Salto Góes	1	Res.2510	10/08/2010	30 anos	20,0
Salto Grande	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	4,6
Santa Cruz	3	Res.718	17/12/2002	30 anos	12,5
Santa Luzia	1	Portaria 352	20/12/2007	35 anos	28,5
Santana	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	4,3
São Gonçalo	1	Res.13	13/01/2000	30 anos	11,0
São Joaquim	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	8,1
Socorro	1	Contrato de Concessão nº014	19/11/1997	30 anos	1,0
Tombo	3	Em andamento *	-	-	16,0
Três Saltos	1	Contrato de Concessão nº014	19/11/1997	30 anos	0,6
Varginha	1	Res.355	22/12/1999	30 anos	9,0
Várzea Alegre	1	Res.367	29/12/1999	30 anos	7,5
Total					<u>571,0</u>

\* Resolução autorizativa em processo de obtenção.

\*\* Informação não auditada pelos auditores independentes

\*\*\* Potenciais hidráulicos iguais, ou inferiores a 1,0 MW estão dispensados de concessão, permissão ou autorização, devendo apenas ser registrados com à ANEEL.

(1) - Operação

(2) - Construção

(3) - Preparação

Os prazos das autorizações e concessões são contados a partir da data da assinatura dos respectivos contratos.

### 1.5. Projetos de geração eólica

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía as seguintes autorizações outorgadas pela ANEEL para exploração do potencial eólico:

<u>Projetos Eólicos</u>	<u>Status</u>	<u>Resolução original</u>	<u>Data</u>	<u>Prazo</u>	<u>Capacidade de energia instalada (MW)**</u>
Atlântica I	1	Portaria 134	25/02/2011	35 anos	30,0
Atlântica II	1	Portaria 148	03/03/2011	35 anos	30,0
Atlântica IV	1	Portaria 147	03/03/2011	35 anos	30,0
Atlântica V	1	Portaria 168	21/03/2011	35 anos	30,0
Baixa Verde	3	Em andamento *	-	-	13,8
Bons Ventos	1	Resolução 093	07/03/2003	30 anos	50,0
Cajueiro	3	Em andamento *	-	-	29,9
Campos dos Ventos I	2	Resolução 3967	26/03/2013	30 anos	30,0
Campos dos Ventos II	1	Portaria 257	18/04/2011	35 anos	30,0
Campos dos Ventos III	2	Resolução 3968	26/03/2013	30 anos	30,0
Campos dos Ventos V	2	Resolução 3969	27/03/2013	30 anos	26,0
Canoa Quebrada	1	Resolução 680	10/12/2002	30 anos	57,0
Canoa Quebrada (Rosa dos Ventos)	1	REA 329	18/06/2002	30 anos	10,5
Costa Branca	1	Portaria 585	11/10/2011	35 anos	20,7
Costa das Dunas	3	Em andamento *	-	-	29,9
Curral Velho I	3	Em andamento *	-	-	26,0
Curral Velho II	3	Em andamento *	-	-	28,0
Curral Velho IV	3	Em andamento *	-	-	30,0
Enacel	1	Resolução 625	12/11/2002	30 anos	31,5
Eurus I	1	PRT 264	19/04/2011	35 anos	30,0
Eurus III	1	PRT 266	27/04/2011	35 anos	30,0
Eurus VI	1	Portaria 749	24/08/2010	35 anos	8,0
Farol de Touros	3	Em andamento *	-	-	23,0
Figueira Branca	3	Em andamento *	-	-	13,8
Foz do Rio Choró	1	Resolução 306	04/06/2002	30 anos	25,2
Icaraízinho	1	Resolução 454	27/08/2002	30 anos	54,6
Iraúna I	3	Em andamento *	-	-	19,4
Iraúna II	3	Em andamento *	-	-	25,9
Iraúna IX	3	Em andamento *	-	-	25,9
Iraúna X	3	Em andamento *	-	-	29,2
Iraúna XI	3	Em andamento *	-	-	24,3
Iraúna XII	3	Em andamento *	-	-	21,1
Iraúna XIII	3	Em andamento *	-	-	19,4
Iraúna XIV	3	Em andamento *	-	-	29,2
Iraúna XV	3	Em andamento *	-	-	29,2
Iraúna XVI	3	Em andamento *	-	-	19,4
Iraúna XVII	3	Em andamento *	-	-	22,7
Juremas	1	Portaria 556	27/09/2011	35 anos	16,1
Lagoa do Mato	1	REA 340	25/06/2002	30 anos	3,2
Macacos	1	Portaria 557	27/09/2011	35 anos	20,7
Morro dos Ventos I	1	PRT 664	27/07/2010	35 anos	28,8
Morro dos Ventos II	2	PRT 373	12/06/2012	35 anos	28,8
Morro dos Ventos III	1	PRT 685	04/08/2010	35 anos	28,8
Morro dos Ventos IV	1	PRT 686	04/08/2010	35 anos	28,8
Morro dos Ventos IX	1	PRT 665	27/07/2010	35 anos	28,8
Morro dos Ventos VI	1	PRT 663	27/07/2010	35 anos	28,8
Paracuru	1	Resolução 460	27/08/2002	30 anos	25,2
Pedra Cheirosa	3	Em andamento *	-	-	27,0
Pedra Cheirosa II	3	Em andamento *	-	-	24,3
Pedra Preta	1	Portaria 564	11/10/2011	35 anos	20,7
Pontal das Falésias I	3	Em andamento *	-	-	7,2
Pontal das Falésias II	3	Em andamento *	-	-	9,0
Pontal das Falésias III	3	Em andamento *	-	-	9,0
Pontal das Falésias IV	3	Em andamento *	-	-	12,6
Praia da Atalaia	3	Em andamento *	-	-	151,2
Praia de Bitupitá I	3	Em andamento *	-	-	30,0
Praia de Bitupitá II	3	Em andamento *	-	-	28,0
Praia de Bitupitá III	3	Em andamento *	-	-	12,0
Praia Formosa	1	Resolução 307	04/06/2002	30 anos	105,0
Santa Clara I	1	Portaria 609	01/07/2010	35 anos	30,0
Santa Clara II	1	Portaria 683	04/08/2010	35 anos	30,0
Santa Clara III	1	Portaria 610	01/07/2010	35 anos	30,0
Santa Clara IV	1	Portaria 672	29/07/2010	35 anos	30,0
Santa Clara V	1	Portaria 838	08/10/2010	35 anos	30,0
Santa Clara VI	1	Portaria 670	29/07/2010	35 anos	30,0
Santa Mônica	2	REA 4592	18/03/2014	-	30,0
Santa Úrsula	2	REA 4591	18/03/2014	30 anos	30,0
São Domingos	3	Em andamento *	-	-	29,9
Taíba Albatroz	1	Resolução 778	23/12/2002	30 anos	16,5
Ventos de Gameleira	3	Em andamento *	-	-	18,4
Ventos de Santo Dimas	2	REA 4562	25/02/2014	30 anos	30,0
Ventos de São Benedito	2	REA 4563	25/02/2014	30 anos	28,0
Ventos de São Martinho	2	REA 4572	11/03/2014	30 anos	28,0
Total					<u>2.078,4</u>

\* Resolução autorizativa em processo de obtenção.

\*\* Informação não auditada pelos auditores independentes

(1) - Operação

(2) - Construção

(3) - Preparação

Os prazos das autorizações são contados a partir da data da assinatura das autorizações.

#### 1.6. Projetos de geração à biomassa

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía as seguintes autorizações outorgadas pela ANEEL para exploração de energia movida à biomassa:

<u>Projeto Biomassa</u>	<u>Status</u>	<u>Resolução original</u>	<u>Data</u>	<u>Prazo</u>	<u>Capacidade de energia instalada (MW)*</u>
Alvorada	1	Res.3714	29/10/2012	30 anos	50,0
Baia Formosa	1	Res.259	14/05/2002	30 anos	40,0
Baldin	1	Res.2106	22/09/2009	30 anos	45,0
Buriti	1	Res.2643	07/12/2010	30 anos	50,0
Coopcana	1	Res.3328	07/02/2012	30 anos	50,0
Ipê	1	Res.2375	27/04/2010	30 anos	25,0
Lacenas	1	Res.117	20/05/1999	30 anos	40,0
Pedra	1	Prt.129	24/02/2011	35 anos	70,0
Total					<u>370,0</u>

\* Informação não auditada pelos auditores independentes

(1) - Operação

Os prazos das autorizações são contados a partir da data da assinatura das autorizações.

#### 1.7. Projetos de geração de energia solar

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía a seguinte autorização outorgada pela ANEEL para exploração do potencial solar:

<u>Projeto Solar</u>	<u>Status</u>	<u>Resolução original</u>	<u>Data</u>	<u>Prazo</u>	<u>Capacidade de energia instalada (MW)*</u>
Solar 1	1	Of.ANEEL nº961/2012	29/10/2012	Indeterminado**	1,1
Total					<u>1,1</u>

\* Informação não auditada pelos auditores independentes

\*\*Usina com capacidade reduzida, dispensada de outorga, devendo apenas ser registrado na ANEEL.

(1) - Operação

#### 1.8. Acordo de Acionistas

Desde 24 de agosto de 2011, a Companhia é regida por Acordo de Acionistas.

Em 28 de abril de 2014, a Companhia e seus acionistas celebraram o 7º aditivo e consolidação ao Acordo de Acionistas, com o objetivo de adequar a governança da Companhia decorrente da realização da Oferta Pública Inicial (nota explicativa nº 1), incluindo: (i) mudanças do quadro acionário da Companhia; (ii) ajuste nas cláusulas não mais aplicáveis ao Acordo de Acionistas; e (iii) implementação das alterações necessárias para adaptar o Acordo de Acionistas à atual estrutura societária e operacional da Companhia.

Em 1º de outubro de 2014, a Companhia e seus acionistas celebraram o 8º aditivo e consolidação ao Acordo de Acionistas, com o objetivo de refletir as mudanças no quadro acionário da Companhia em razão da saída do acionista DEG Deutsche Investitions und Entwicklungsgesellschaft MbH como signatário do Acordo de Acionistas e da adesão dos acionistas Daniel Gallo e Arrow - Fundo de Investimento em Participações ao Acordo de Acionistas, bem como para implementar as alterações necessárias para adaptar o Acordo de Acionistas à atual estrutura societária e operacional da Companhia.

Atualmente fazem parte do Acordo de Acionista os seguintes acionistas, com as respectivas participações no capital votante: CPFL Geração de Energia S.A. (51,61%), Arrow - Fundo de Investimento em Participações (12,27%), Pátria Energia - Fundo de Investimento em Participações (4,19%), Secor - LLC (4,82%), Fundo de Investimento em Participações Multisetorial Plus (2,60%), GMR Energia S.A. (1,64%), Fundo de Investimento em Participações Brasil Energia (6,25%), Pátria Energia Renovável - Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura (0,74%) e Daniel Gallo (0,02%), totalizando uma participação de 84,14%.

Em resumo, o Acordo de Acionistas da Companhia dispõe sobre questões relativas ao exercício de direitos de voto em Assembleias Gerais de Acionistas e Reuniões do Conselho de Administração; a participação dos Acionistas e de seus respectivos representantes societários nos órgãos diretivos da Companhia; ao direito de preferência em relação à aquisição das ações da emissão da Companhia e outras restrições específicas relativas à transferência das ações da emissão da Companhia e direitos econômicos associados à titularidade das ações; a administração da Companhia; ao direito de preferência nos aumentos de capital.

#### 1.9. Informações por segmento

A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras considerando somente um segmento operacional, o de geração e comercialização de energia elétrica gerada e comprada por meio de contratos de longo prazo, que representam integralmente a receita total da Companhia, uma vez que a natureza dos serviços e processos de produção, categoria de clientes e dos serviços, métodos de distribuição e comercialização e outros aspectos, como o ambiente regulatório, são os mesmos para os diversos tipos de usinas (biomassa, solar, eólica e pequenas centrais hidrelétricas). É desta forma que o Conselho de Administração da Companhia avalia a performance das usinas e aloca os recursos necessários.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRSs”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora.

- As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e de suas controladas, foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRSs”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e as interpretações do Comitê de Interpretações das Normas Internacionais de Contabilidade (“International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC”) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado.

## 2.2. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o valor justo de ativos adquiridos em combinação de negócios e ainda por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, quando requerido pelas normas. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

## 2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia são apresentadas em reais (R\$), que é sua moeda funcional e de apresentação.

## 2.4. Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações de valor adicionado, individual e consolidada, nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC aplicáveis às companhias abertas, enquanto para as IFRSs representam informação financeira adicional.

## 2.5. Principais estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e também aplicadas de maneira prospectiva.

As contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que apresentam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas são:

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa (notas explicativas nº 7 e nº 9).
- Impostos a recuperar (nota explicativa nº 8).
- Pagamento baseado em ações (nota explicativa nº 10.2).
- Imobilizado (nota explicativa nº 12).

- Intangível (nota explicativa nº 13).
- Provisão para custos socioambientais e de desmobilização de ativos (nota explicativa nº 19).
- Provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis (nota explicativa nº 20).
- Impostos de renda e contribuição social diferidos (nota explicativa nº 25.2).
- Instrumentos financeiros (nota explicativa nº 26).

### 3. BASE DE CONSOLIDAÇÃO E INVESTIMENTO EM CONTROLADAS

As demonstrações financeiras incluem as demonstrações da CPFL Renováveis e suas controladas abaixo relacionadas:

Empresas	Forma de Consolidação	Participação - %		Empresas	Forma de Consolidação	Participação - %	
		Direta	Indireta			Direta	Indireta
Aiuruoca	Integral	-	100%	Ludesa	Integral	-	60%
Alto Irani	Integral	100%	-	Macacos	Integral	-	95%
Arvoredo	Integral	-	100%	Mata Velha	Integral	-	100%
Atlântica I	Integral	100%	-	Mohini	Integral	-	100%
Atlântica II	Integral	100%	-	Morro do Vento	Integral	-	100%
Atlântica IV	Integral	100%	-	Morro dos Ventos I	Integral	-	100%
Atlântica V	Integral	100%	-	Morro dos Ventos II	Integral	-	100%
Baixa Verde	Integral	95%	-	Morro dos Ventos III	Integral	-	100%
Barra da Paciência	Integral	-	100%	Morro dos Ventos IV	Integral	-	100%
Bio Alvorada	Integral	100%	-	Morro dos Ventos IX	Integral	-	100%
Bio Buriti	Integral	100%	-	Morro dos Ventos VI	Integral	-	100%
Bio Coopcana	Integral	100%	-	Navegantes	Integral	95%	-
Bio Ester	Integral	100%	-	Ninho da Águia	Integral	-	100%
Bio Formosa	Integral	100%	-	Novo Horizonte	Integral	-	100%
Bio Ipê	Integral	100%	-	Paio	Integral	-	100%
Bio Pedra	Integral	100%	-	PCH Holding	Integral	100%	-
Bioenergia	Integral	100%	-	PCH Holding 2	Integral	100%	-
Bitupitá I	Integral	-	100%	PCH Participações	Integral	41%	59%
Bitupitá II	Integral	-	100%	Pedra Cheirosa I	Integral	-	100%
Bitupitá III	Integral	-	100%	Pedra Cheirosa II	Integral	-	100%
Boa Vista 2	Integral	100%	-	Pedra Preta	Integral	-	95%
Bonanza	Integral	-	100%	Penedo	Integral	100%	-
Bons Ventos	Integral	-	100%	Plano Alto	Integral	100%	-
BVP	Integral	-	100%	Renascer	Integral	-	100%
Cachoeira Grande	Integral	100%	-	Rio Claro	Integral	-	94%
Cajueiro	Integral	95%	-	Rosa dos Ventos	Integral	100%	-
Campos dos Ventos I	Integral	100%	-	Salto Góes	Integral	100%	-
Campos dos Ventos II	Integral	-	100%	Santa Clara I	Integral	100%	-
Campos dos Ventos III	Integral	100%	-	Santa Clara II	Integral	100%	-
Campos dos Ventos IV	Integral	100%	-	Santa Clara III	Integral	100%	-
Campos dos Ventos V	Integral	100%	-	Santa Clara IV	Integral	100%	-
Cherobim	Integral	-	89%	Santa Clara V	Integral	100%	-
Chimay	Integral	-	100%	Santa Clara VI	Integral	100%	-
Cocais Grande	Integral	-	100%	Santa Cruz	Integral	100%	-
Corrente Grande	Integral	-	100%	Santa Luzia	Integral	-	100%
Costa Branca	Integral	-	95%	Santa Mônica	Integral	100%	-
Costa das Dunas	Integral	90%	-	Santa Ursula	Integral	100%	-
Curral Velho I	Integral	-	100%	São Benedito	Integral	100%	-
Curral Velho II	Integral	-	100%	São Domingos	Integral	100%	-
Curral Velho IV	Integral	-	100%	São Gonçalo	Integral	-	100%
DESA Comercializadora	Integral	-	100%	SIIF Cinco	Integral	-	100%
DESA Eólicas	Integral	-	100%	SIIF Desenvolvimento	Integral	9%	91%
DESA PCH 1 Holding	Integral	-	100%	SIIF Energies	Integral	100%	-
Distância	Integral	-	100%	Solar 1	Integral	100%	-
Dobrevê Energia	Integral	100%	-	Sul Centrais Elétricas	Integral	-	100%
Eólica Formosa	Integral	-	100%	T-15	Integral	100%	-
Eólica Holding	Integral	100%	-	Tombo	Integral	100%	-
Eólica Icaraizinho	Integral	-	100%	Turbina 16	Integral	100%	-
Eólica Paracuru	Integral	-	100%	Turbina 17	Integral	100%	-
Eurus I	Integral	-	100%	Varginha	Integral	-	100%
Eurus III	Integral	-	100%	Varginha - DESA	Integral	-	94%
Eurus V	Integral	100%	-	Varzea Alegre	Integral	-	100%
Eurus VI	Integral	100%	-	Ventos de Santo Dimas	Integral	100%	-
Farol de Touros	Integral	90%	-	Ventos de São Martinho	Integral	100%	-
Figueira Branca	Integral	100%	-	WF Wind Holding V	Integral	-	100%
Figueirópolis	Integral	-	100%	WF Wind Holding VII	Integral	-	100%
Gameleira	Integral	100%	-	WF Wind Holding VIII	Integral	-	100%
Jayaditya	Integral	-	100%	WF Wind Holding X	Integral	-	100%
Juremas	Integral	-	95%	WF Wind Holding XI	Integral	-	100%
Laranjinha	Integral	-	100%	WFI Holding	Integral	-	100%

Os principais critérios de consolidação estão descritos a seguir:

- a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas.
- b) Eliminação de participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas.
- c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas.
- d) Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas, como parte integrante do patrimônio líquido. Quando os acionistas não controladores não possuem obrigações adicionais nos casos em que as controladas apresentam passivo a descoberto, provisões são constituídas para cobrir responsabilidades adicionais pela deficiência de patrimônio líquido e cujo valor é de R\$44.839 em 31 de dezembro de 2014 (R\$53.511 em 31 de dezembro de 2013) registrada na conta provisão para perda de investimentos, no passivo não circulante. Os valores das participações dos acionistas não controladores no patrimônio líquido consolidado são de R\$112.001 em 31 de dezembro de 2014 e R\$13.879 em 31 de dezembro de 2013.

A seguir estão destacadas as controladas diretas que apresentaram patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) em 31 de dezembro de 2014:

<u>Empresas</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
PCH Holding 2	44.801	23.381
SIIF Desenvolvimento	-	30.101
Navegantes	38	16
Solar I	-	13
Total	<u>44.839</u>	<u>53.511</u>

#### 4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

##### 4.1. Combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição.

As participações dos acionistas não controladores, que correspondam a participações atuais e conferem aos seus titulares o direito a uma parcela proporcional dos ativos líquidos da Companhia no caso de liquidação, são mensuradas com base no valor justo das participações não controladoras nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida.

As transações relacionadas à aquisição de Rosa dos Ventos e a associação com a DESA, mencionadas na nota explicativa nº 1, foram avaliadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios. A forma de apresentação das demonstrações financeiras, incluindo registro contábil e impactos tributários dessas transações, estão detalhadas nas notas explicativas nº 1.1 e nº 1.2.

#### 4.2. Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros

São reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. A Companhia e suas controladas possuem os seguintes principais ativos financeiros:

- a) Instrumentos financeiros registrados pelo valor justo por meio de resultado: são ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia e suas controladas gerenciam esses ativos e tomam decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Esses ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros que a Companhia e suas controladas possuem e mantêm classificados nesta categoria são: (i) títulos e valores mobiliários; e (ii) aplicações financeiras.

- b) Empréstimos e recebíveis: são ativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, após o reconhecimento inicial, avaliados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, deduzidos de perdas por redução ao valor recuperável.

A Companhia e suas controladas têm como principais ativos financeiros classificados nessa categoria: (i) caixa e equivalentes de caixa; (ii) contas a receber de clientes; (iii) partes relacionadas; (iv) aplicações financeiras; (v) aplicações financeiras vinculadas; (vi) outros créditos; e (vii) dividendos a receber.

- Passivos financeiros:

São reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas possuem os seguintes principais passivos financeiros:

- a) Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis, e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.



Os principais passivos financeiros classificados nessa categoria são: (i) fornecedores; (ii) partes relacionadas; (iii) empréstimos e financiamentos; (iv) debêntures; (v) contas a pagar de aquisições; e (vi) adiantamentos de clientes.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de liquidação, em uma base líquida, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

- Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

#### 4.3. Plano de pagamento baseado em ações

O plano de remuneração baseado em ações para empregados e outros provedores de serviços similares é mensurado pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. Os detalhes da determinação do valor justo desses planos estão descritos na nota explicativa nº 10.2.

O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. No fim de cada período de relatório, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do período, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido na conta que registrou o benefício aos empregados.

As transações que resultem em pagamentos baseados em ações, cuja liquidação é feita com instrumentos de patrimônio, com terceiros, exceto funcionários e executivos, são mensuradas pelo valor justo dos produtos ou serviços recebidos. Quando o valor justo não pode ser estimado com confiabilidade, as transações são mensuradas pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio concedidos na data em que os produtos e serviços foram recebidos.

No caso dos pagamentos baseados em ações que são liquidados em caixa, um passivo é inicialmente registrado proporcionalmente ao valor justo dos produtos e serviços recebidos. No fim de cada período de relatório, o passivo é atualizado com base em seu valor justo e as mudanças são registradas no resultado do exercício.

#### 4.4. Arrendamentos

No começo de um contrato deve-se determinar se ele é ou contém um arrendamento. Um ativo específico é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato dependa do uso daquele ativo. O contrato transfere o direito de usar o ativo caso o contrato transfira o direito ao arrendatário de controlar o uso do ativo subjacente.

Os arrendamentos, nos quais os riscos e benefícios permanecem substancialmente com o arrendador, são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos/recebimentos relacionados aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesas/receitas na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos, nos quais se contemplem não só o direito de uso de ativos, mas também a transferência substancial dos riscos e benefícios para o arrendatário, são classificados como arrendamentos financeiros.

Para os arrendamentos financeiros em que a Companhia ou suas controladas atuam como arrendatárias, os bens são capitalizados no ativo imobilizado no início do arrendamento, em contrapartida a um passivo mensurado pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. O imobilizado é depreciado de acordo com a política aplicável para o ativo.

Para os arrendamentos financeiros em que a Companhia ou suas controladas atuam como arrendadora, o investimento é inicialmente reconhecido pelos custos incorridos na construção/aquisição do bem.

Em ambos os casos, as receitas/despesas financeiras são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício durante o período do arrendamento, de modo que seja obtida uma taxa constante sobre o saldo do investimento/passivo existente.

A Companhia e suas controladas participam de transações de arrendamento operacionais relacionados ao uso de terrenos dos parques eólicos.

#### 4.5. Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas de redução ao valor recuperável acumuladas. Incluem, ainda, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que este esteja em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

No caso de substituição de componentes do ativo imobilizado, o novo componente é registrado pelo custo de aquisição (reposição) caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e suas controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas anuais variáveis de 2% a 20%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens. Os ativos estão sendo depreciados por essas taxas, desde que a vida útil estimada dos bens não ultrapasse o prazo da concessão/autorização, quando, então, são depreciados por este prazo.

Os ganhos e as perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos ao líquido, dentro de outras receitas/despesas operacionais.

#### 4.6. Provisões para custos socioambientais

Considerando que: (a) até a entrada em operação comercial das PCHs ou das eólicas, a Companhia obtém todas as licenças ambientais e, consequentemente, tem uma obrigação de cumprir as obrigações nelas constantes para poder operar; (b) que essa obrigação decorre de eventos já ocorridos (construção da usina); e (c) que se espera que exista saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos futuros, a Companhia provisiona os custos socioambientais no passivo circulante e não circulante e incorpora tal custo no ativo imobilizado durante o período de construção dos empreendimentos. Após a entrada em operação, tais custos são registrados diretamente no resultado.

A provisão é inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e por mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados, os quais são considerados suficientes para os desembolsos futuros das controladas durante a fase de construção e operação das usinas em operação.

#### 4.7. Provisões para desmobilização de ativos

Considerando que determinadas controladas, parques eólicos com contratos de arrendamento do terreno, assumiram obrigações de retirada de ativos no final do prazo do contrato. A provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

#### 4.8. Intangível

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, direito de exploração de concessões, software e servidão.

Nas demonstrações financeiras individuais, o direito de exploração de autorização, e respectivos impostos, são incluídos no valor contábil dos investimentos e são apresentados como intangível e impostos diferidos nas demonstrações financeiras consolidadas.

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de autorização decorrente de combinação de negócios é amortizado com base no prazo remanescente de autorização.

A Administração da CPFL Renováveis não espera que o valor alocado como direito de exploração dessas aquisições seja dedutível para fins fiscais na data da aquisição e, portanto, constituiu imposto de renda e contribuição social diferidos relacionados à diferença entre os valores alocados e as bases fiscais destes ativos.

#### 4.9. Redução ao valor recuperável (“impairment”)

- Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável, que pode ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

A Companhia e suas controladas avaliam a evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento, tanto no nível individualizado, como no nível coletivo, para todos os títulos significativos. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

A redução do valor recuperável de um ativo financeiro é reconhecida como segue:

- a) Custo amortizado: pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão parcial ou total da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.
  - b) Disponíveis para venda: pela diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As perdas são reconhecidas no resultado.
- Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de “impairment” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou o seu valor em uso.

O ágio integrante do valor contábil de um investimento em uma controlada, por não ser reconhecido individualmente, é testado em conjunto com o valor total do investimento, como se fosse um ativo único.

O ativo imobilizado é submetido ao teste de “impairment” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

#### 4.10. Provisões

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

#### 4.11. Reconhecimento de receita

A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Controladora e suas controladas é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a controladora e suas controladas, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

#### 4.12. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido, na combinação de negócios, ou na conta de ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido reconhecidos líquidos desses efeitos fiscais.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Conforme facultado pela legislação tributária, determinadas empresas consolidadas optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido. A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculada à razão de 32% sobre as receitas brutas provenientes da prestação de serviços e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Por esse motivo, essas empresas consolidadas não registraram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos e diferenças temporárias e não estão inseridas no contexto da não cumulatividade na apuração do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS.

#### 4.13. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício.

O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício, considerando os efeitos dilutivos e de instrumentos conversíveis em ações (vide nota explicativa nº 21(i)).

#### 4.14. Novas normas, alterações e interpretações de normas

##### IFRSs novas e revisadas adotadas sem efeitos relevantes nas demonstrações financeiras

As “International Financial Reporting Standards - IFRSs” novas e revisadas a seguir foram adotadas nas demonstrações financeiras. A adoção dessas IFRSs novas e revisadas não teve nenhum efeito relevante sobre os valores reportados e/ou divulgados para os exercícios corrente e anterior; no entanto, poderá afetar a contabilização de transações ou acordos futuros.

- Nova Interpretação - IFRIC 21 - Tributos.
- Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 - Entidades de Investimento.
- Alterações à IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Compensação de Ativos e Passivos Financeiros.
- Alterações à IAS 36 - Divulgações do Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros.
- Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2010 - 2012.
- Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2011 - 2013

##### Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (3).
- IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes (2).
- Alterações à IFRS 11 - Contabilização para Aquisições de Participações em Operações em Conjunto (1).
- Alterações à IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimento sobre os Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização (1).

(1) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016.

(2) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017.

(3) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas acima. Em decorrência do compromisso do CPC e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

A Administração da Companhia avaliou as novas normas e não espera efeitos significativos sobre os valores reportados.

## 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Circulante				
Saldos de caixa e bancos	1.893	271	124.294	58.008
Aplicações financeiras:				
Certificado de depósitos bancários (a)	-	-	973	1.862
Fundos de investimento (b)	278.632	250.131	687.159	662.215
Operações compromissadas em debêntures (a)	-	-	15.985	8.970
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>280.525</u>	<u>250.402</u>	<u>828.411</u>	<u>731.055</u>

- (a) Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário - CDBs e debêntures compromissadas, e são remunerados a taxas médias equivalentes a 97,21% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, na data do balanço.
- (b) Representa valores aplicados no Fundo Exclusivo da CPFL Renováveis, o qual foi constituído em setembro de 2012 e tem como característica aplicações pós-fixadas lastreadas no CDI, substancialmente em CDBs, títulos públicos federais, debêntures compromissadas de instituições financeiras de grande porte e fundos de investimentos de baixo risco e alta liquidez. A taxa média de remuneração destes fundos é 100,86% do CDI na data do balanço.

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, em montante sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. São instrumentos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis (nota explicativa nº 26.1) e estão registrados pelo valor do custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, o qual corresponde ao valor justo do instrumento financeiro.

## 6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Controladas	Agente financeiro	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	Remuneração	Consolidado	
						31/12/2014	31/12/2013
Arvoredo (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	99,01% *	1.633	2.021
Atlântica I (j)	Itaú	Fundo Soberano	Indefinido	Diversos	99,09% *	3.103	-
Atlânticas II (j)	Itaú	Fundo Soberano	Indefinido	Diversos	99,09% *	3.138	-
Atlânticas IV (j)	Itaú	Fundo Soberano	Indefinido	Diversos	99,09% *	3.138	-
Atlânticas V (j)	Itaú	Fundo Soberano	Indefinido	Diversos	99,09% *	3.139	-
Barra da Paciência (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	99,01% *	2.654	3.134
Bio Alvorada (i)	Itaú	Fundo Soberano	Indefinido	Diversos	99,09% *	3.349	-
Bio Coopcana (i)	Itaú	Fundo Soberano	Indefinido	Diversos	99,09% *	3.499	-
Bio Formosa (e)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	99,01% *	1.211	2.259
Bio Pedra (e)	Itaú	CDB/Op. Compromissada	Diversos	DI	91,32% *	3.835	3.902
Bons Ventos (b)	BNB	LFTs	Indefinido	Diversos	99,00% *	37.665	38.720
Campo dos Ventos II (h)	Itaú	Fundo Soberano	Indefinido	Diversos	99,09% *	3.645	-
Cocais Grandes (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	99,01% *	1.165	1.554
Corrente Grande (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	99,01% *	1.869	2.286
Desa Eólicas (l)	Itaú	Fundo Soberano	Indefinido	Diversos	99,09% *	65.025	-
Eurus I (l)	Itaú	Fundo Soberano	Indefinido	Diversos	99,09% *	2.711	-
Eurus III (l)	Itaú	Fundo Soberano	Indefinido	Diversos	99,09% *	3.175	-
Figueirópolis (n)	Banco do Brasil	CDB	Diversos	DI	99,98% *	2.642	-
Ludesa (m)	Santander	Fundo Títulos Públicos	Indefinido	Diversos	97,48% *	3.423	-
Morro dos Ventos I (l)	Itaú	Fundo Soberano	Indefinido	Diversos	99,09% *	4.269	-
Morro dos Ventos III (l)	Itaú	Fundo Soberano	Indefinido	Diversos	99,09% *	4.311	-
Morro dos Ventos IV (l)	Itaú	Fundo Soberano	Indefinido	Diversos	99,09% *	4.027	-
Morro dos Ventos IX (l)	Itaú	Fundo Soberano	Indefinido	Diversos	99,09% *	4.563	-
Morro dos Ventos VI (l)	Itaú	Fundo Soberano	Indefinido	Diversos	99,09% *	3.411	-
Ninho da Águia (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	99,01% *	1.261	1.535
Novo Horizonte (k)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	99,01% *	2.579	-
Paol Energia (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	99,01% *	2.665	3.533
PCH Holding (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	99,01% *	14.697	18.649
Rosa dos Ventos (g)	BNB	CDB	ago/28	DI	99,00% *	3.839	-
Salto Góes (f)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	99,01% *	2.960	2.714
Santa Luzia (d)	Banco do Brasil	Fundo aberto	Indefinido	Diversos	90,51% *	7.050	6.541
São Gonçalo (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	99,01% *	1.450	1.910
SIIF Energies (c)	BNB	Fundo aberto e CDB	Indefinido	Diversos	97,24% *	38.948	42.015
Varginha (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	99,01% *	1.088	1.954
Varzea Alegre (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	99,01% *	990	1.164
Total						248.127	133.891

(\*) Remuneração média na data base, tendo como referência o Depósito Interbancário - DI.

- (a) Referem-se a contas reservas constituídas nas controladas. De acordo com os contratos de financiamento com o BNDES, 80% do faturamento de venda de energia é destinado às contas de reservas até a total integralização da garantia do empréstimo, a qual deve corresponder a três meses de serviço de dívida. Em 31 de dezembro de 2014, a garantia estava 100% integralizada.
- (b) Referem-se a contas reservas constituídas por Letras Financeiras do Tesouro, nas controladas, de acordo com o contrato de financiamento firmado com o BNB - Banco do Nordeste do Brasil S.A., BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e NIB - Nordic Investment Bank e deverão ser mantidas até a amortização do empréstimo. Em 31 de dezembro de 2014, a garantia estava 100% integralizada.
- (c) Referem-se a contas reservas constituídas nas controladas das empresas controladas pela SIIF Énergies, de acordo com os contratos de financiamento firmados com o BNB - Banco do Nordeste do Brasil S.A. e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e deverão ser mantidas até a amortização dos empréstimos dessas empresas. Em 31 de dezembro de 2014, a garantia estava 100% integralizada.
- (d) Referem-se a contas reservas constituídas na controlada Santa Luzia, de acordo com o contrato de financiamento firmado com o Banco do Brasil S.A. e o BNDES, que devem corresponder a três meses de serviço da dívida e deverão ser mantidas até a amortização do empréstimo dessa empresa. Em 31 de dezembro de 2014, a garantia estava 100% integralizada.
- (e) Referem-se a contas reservas constituídas nas controladas diretas Bio Formosa e Bio Pedra. De acordo com o contrato com o BNDES, o faturamento de venda de energia é destinado às contas de reserva até a total integralização da garantia, a qual deve corresponder a três vezes o último serviço da dívida. Em 31 de dezembro de 2014, a garantia estava 100% integralizada.



- (f) Refere-se a conta reserva constituída na controlada Salto Góes, de acordo com o contrato de financiamento com o BNDES, o faturamento de venda de energia é destinado às contas de reserva até a total integralização da garantia, a qual deve corresponder a três vezes o último serviço da dívida mais três vezes o próximo serviço da dívida vincendo. Em 31 de dezembro de 2014, a garantia estava 100% integralizada.
- (g) Refere-se a conta reserva constituída na controlada Rosa dos Ventos, de acordo com o contrato de financiamento firmado com o BNB - Banco do Nordeste do Brasil S.A., a qual deve corresponder a seis vezes ao último serviço da dívida e deverá ser mantida até a amortização do empréstimo. Em 31 de dezembro de 2014, a garantia estava 100% integralizada.
- (h) Refere-se a conta reserva do serviço da dívida e de O&M constituída na controlada Campo dos Ventos II, de acordo com o contrato de financiamento firmado com o BNDES, que devem corresponder a três vezes ao último serviço da dívida e três vezes a maior prestação mensal do contrato de O&M e deverão ser mantidas até a amortização do empréstimo dessa empresa. Em 31 de dezembro de 2014, a garantia estava 100% integralizada.
- (i) Referem-se a contas reservas constituídas nas controladas diretas Bio Alvorada e Bio Coopcana que de acordo com o contrato com o BNDES devem corresponder a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, e deverão ser mantidas até a amortização do empréstimo dessas empresas. Em 31 de dezembro de 2014, a garantia estava 100% integralizada.
- (j) Refere-se a conta reserva do serviço da dívida e de O&M constituída nas controladas Atlântica I, II, IV e V, de acordo com o contrato de financiamento firmado com o BNDES, que devem corresponder a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida e três vezes a maior prestação mensal do contrato de O&M e deverão ser mantidas até a amortização do empréstimo dessas empresas. Em 31 de dezembro de 2014, a garantia estava 100% integralizada.
- (k) Refere-se conta reserva do serviço da dívida constituída na controlada Companhia Energética Novo Horizonte, de acordo com o contrato de financiamento firmado com o BNDES, deve corresponder a três vezes o valor da última parcela vencida do serviço da dívida e deverá ser mantida até a amortização do empréstimo. Em 31 de dezembro de 2014, a garantia estava 100% integralizada.
- (l) Refere-se a conta reserva de serviço da dívida e de O&M constituídas nas controladas Eurus I e III, Morro dos Ventos I, III, IV, VI e IX, e Conta Reserva Especial constituída na Desa Eólicas, que de acordo com o contrato de financiamento firmado com o BNDES deve corresponder a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida e 50% do valor da prestação semestral do contrato de O&M. Adicionalmente, a controlada direta DESA Eólicas S.A. deverá manter uma conta reserva especial, destinada a receber a totalidade dos recursos excedentes advindos da conta centralizadora de sua controlada, até que seu saldo seja equivalente ao somatório do saldo integral mínimo de três vezes a última prestação vencida do serviço da dívida de toda a sua controlada, até o final do contrato de financiamento. Em 31 de dezembro de 2014, a garantia estava 100% integralizada.
- (m) Refere-se conta reserva do serviço da dívida e de O&M constituída na controlada Ludes Energética S.A, de acordo com o contrato de financiamento firmado com o BNDES que deve corresponder a soma das últimas três prestações vencidas de principal e juros e a soma dos três últimos pagamentos mensais do contrato de O&M e deverão ser mantidas até a amortização do empréstimo dessa empresa. Em 31 de dezembro de 2014, a garantia estava 100% integralizada.
- (n) Refere-se conta reserva do serviço da dívida constituída na controlada Companhia Hidroelétrica Figueirópolis, que de acordo com o contrato de financiamento firmado com o Banco do Brasil, deve corresponder a soma das três parcelas vincendas de principal e juros do contrato de financiamento, e deverá ser mantida até a amortização do empréstimo. Em 31 de dezembro de 2014, a garantia estava 100% integralizada.

Os instrumentos financeiros relativos a essas contas de reservas são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são designados como empréstimos e recebíveis e mensurados pelo custo amortizado.

Os saldos das contas de reservas destinados as garantias dos empréstimos e financiamentos são apresentados por instituição financeira no quadro abaixo:

Instituição Financeira	Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
BNDES	182.403	71.758
BNB	55.463	54.443
NIB	7.619	7.690
Banco do Brasil	2.642	-
Total	248.127	133.891

### 6.1. Aplicações financeiras

SPE	Agente financeiro	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	Remuneração	Consolidado	
						31/12/2014	31/12/2013
Bons Ventos	BNB	Fundo aberto	indeterminado	Diversos	77,08%	4.888	23.854
						4.888	23.854

Representam o valor aplicado no Fundo Aberto BNB FI Curto Prazo. O fundo tem como característica aplicações em títulos federais e/ou operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais. Este fundo é remunerado a taxa média equivalente a 77,08% do CDI na data do balanço.

### 6.2. Títulos e valores mobiliários

SPE	Agente financeiro	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	Remuneração	Consolidado	
						31/12/2014	31/12/2013
SIIF Energies (a)	BNB	Título de capitalização	indeterminado	TR	100,00%	321	635
Bons Ventos (b)	Sulamérica	Título de capitalização	indeterminado	TR	100,00%	10	9
Bons Ventos (b)	BNB	Título de capitalização	indeterminado	TR	100,00%	-	203
Bons Ventos (b)	Itaú	Título de capitalização	indeterminado	TR	100,00%	105	105
						436	952

- (a) As controladas da SIIF Énergies possuem títulos e valores mobiliários com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB no montante de R\$321, remunerados pela TR, referentes a títulos de capitalização com prazo de vencimento superior a 90 dias, de alta liquidez, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.
- (b) A controlada indireta Bons Ventos possui títulos e valores mobiliários com a Sulamerica S.A., Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB e Banco Itaú no montante de R\$115, remunerados pela TR, referentes a títulos de capitalização com prazos de vencimento superiores a 90 dias, de alta liquidez, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

## 7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Os saldos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 referem-se a contas a receber de concessionárias e permissionárias de energia, como demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Concessionárias e permissionárias	33.172	6.474	234.964	210.746
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(106)	(4)	(1.629)	(1.637)
Total	<u>33.066</u>	<u>6.470</u>	<u>233.335</u>	<u>209.109</u>

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
CCEAR (*)	-	-	40.645	44.803
CER (**)	-	-	38.330	23.625
Mercado Livre	33.172	6.474	45.086	37.264
Proinfa	-	-	110.903	105.054
Total	<u>33.172</u>	<u>6.474</u>	<u>234.964</u>	<u>210.746</u>

\* Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado

\*\* Contrato de Energia de Reserva

Composição por vencimento do contas a receber:

Controladora		Consolidado	
	Total		Total
Vencidos		Vencidos (*)	
0 - 15 dias	55	0 - 15 dias	1.034
16 - 30 dias	-	16 - 30 dias	91
31 - 45 dias	3	31 - 45 dias	3.010
Acima de 45 dias	106	Acima de 45 dias	5.050
	<u>164</u>		<u>9.185</u>
A vencer		A vencer	
0 - 15 dias	17.950	0 - 15 dias	28.313
16 - 30 dias	14.988	16 - 30 dias	91.708
31 - 45 dias	70	31 - 45 dias	47.537
Acima de 45 dias	-	Acima de 45 dias	58.221
	<u>33.008</u>		<u>225.779</u>
Total	<u>33.172</u>		<u>234.964</u>
PCLD	(106)	PCLD	(1.629)
Total	<u>33.066</u>	Total	<u>233.335</u>

- (\*) Do total de vencidos no consolidado, o montante de R\$5.738 estava em atraso por inconsistência em informações enviadas a órgão público, as mesmas foram alteradas e o montante foi totalmente recebido em janeiro de 2015, o restante no montante de R\$3.447 está em processo de negociação de recebimento.

A movimentação do saldo da provisão para crédito de liquidação duvidosa é como segue:

Em 2013:

Controladora				
Saldo em 31/12/2012	Constituição	Reversão	Baixa	Saldo em 31/12/2013
-	(4)	-	-	(4)

  

Consolidado				
Saldo em 31/12/2012	Constituição	Reversão	Baixa	Saldo em 31/12/2013
-	(1.637)	-	-	(1.637)

Em 2014:

Controladora				
Saldo em 31/12/2013	Constituição	Reversão	Baixa	Saldo em 31/12/2014
(4)	(102)	-	-	(106)

  

Consolidado				
Saldo em 31/12/2013	Constituição	Reversão	Baixa	Saldo em 31/12/2014
(1.637)	(818)	211	615	(1.629)

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de contas a receber de clientes, consolidado, inclui entre outros, valores devidos pelos seguintes agentes: (i) R\$110.903 (47% do total) pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS (Proinfra); (ii) R\$52.190 (22% do total) pela Câmara de Comercialização de Energia - CCEE (R\$38.330 de CER, R\$10.570 de CCEAR e R\$3.290 de mercado livre); (iii) R\$32.225 (14% do total) pelo Grupo CPFL (acionista controlador); e (iv) R\$39.624 (17% do total) por outras empresas.

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de 45 dias da data de faturamento.

No consolidado, foi constituída uma provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$1.629 que refere-se, substancialmente, a débitos de agentes inadimplentes na liquidação financeira feita pela CCEE, relativa às transações realizadas no âmbito daquele mercado. Tais valores estão sendo objeto de negociações bilaterais. Contudo, em razão das incertezas quanto ao recebimento, a Companhia mantém tal provisão para perda.

## 8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Impostos de renda e contribuição social a compensar	259	264	36.216	17.743
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	5.270	1.940	22.208	20.719
COFINS	877	1.283	21.474	28.893
PIS	190	279	4.720	6.220
Outros	36	35	1.673	948
	<u>6.632</u>	<u>3.801</u>	<u>86.291</u>	<u>74.523</u>
Ativo circulante	6.632	3.801	70.875	48.177
Ativo não circulante	-	-	15.416	26.346
Total	<u>6.632</u>	<u>3.801</u>	<u>86.291</u>	<u>74.523</u>

O saldo da rubrica “Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF” refere-se a retenções sobre aplicações financeiras gerado a partir das operações da Companhia e de suas controladas. Estas não dependem de decisões judiciais ou administrativas para sua realização, e conforme expectativa da administração será compensado com o pagamento do imposto devido.

Os saldos das rubricas “PIS” e “COFINS” a recuperar referem-se, basicamente, a créditos retidos de órgãos públicos sobre a venda de energia e sobre as aquisições do ativo imobilizado nas controladas diretas da SIIF Énergies.

## 9. OUTROS CRÉDITOS NÃO CIRCULANTES

<u>Não circulante</u>	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Créditos a receber - consórcios (a)	-	-	44.245	43.245
Provisão para perda Baldin Bioenergia S.A. (a)	-	-	(13.838)	(13.838)
Ajuste a valor presente Baldin Bioenergia S.A.(a)	-	-	(19.795)	-
Contratos de pré-compra de energia (a)	-	-	30.138	30.981
Ativos por indenização (b)	-	-	13.950	23.950
Despesas pagas antecipadamente (c)	-	-	15.875	-
Outros créditos a receber	-	87	5.533	3.535
Total	<u>-</u>	<u>87</u>	<u>76.108</u>	<u>87.873</u>

## (a) Baldin Bioenergia S.A.

Em 2008, a Companhia constituiu a SPE denominada CPFL Bioenergia S.A. com o objetivo de formar um consórcio para construir, operar e manter uma usina termelétrica movida a biomassa (bagaço de cana), com capacidade de geração de 45 MW. Esse consórcio foi firmado em conjunto com o Grupo Baldin, através da controlada Baldin Bioenergia S.A. (parte não relacionada), pelo prazo de 17 anos.

De acordo com os instrumentos jurídicos integrantes dessa transação, destacamos os seguintes: (i) a CPFL Bioenergia foi a responsável primária pelo financiamento da construção do empreendimento e em contrapartida a Baldin Bioenergia deveria reembolsar o valor correspondente a sua participação no consórcio (50%); e (ii) a CPFL Bioenergia

realizou pré-pagamento à Baldin Bioenergia referente à entrega futura de energia a ser gerada pelo empreendimento (parcela do Grupo Baldin), pelo prazo de 15 anos da data de entrada em operação.

A Administração da Baldin Bioenergia S.A. protocolou, em 25 de junho de 2012, pedido de recuperação judicial.

No dia 8 de março de 2013, ocorreu a aprovação do Plano de Recuperação Judicial, entretanto, determinados credores interpuseram agravos de instrumento alegando que o Plano contemplaria ilegalidades e, em 25 de abril de 2013, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo decidiu conferir efeito suspensivo aos agravos interpostos, isto é, a decisão que homologou o Plano foi suspensa até a decisão final nos agravos.

Em agosto de 2013, o plano de recuperação judicial foi anulado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (“TJ/SP”), que determinou que um novo plano de recuperação deveria ser apresentado no prazo de 60 dias. A Administração da Baldin Bioenergia S.A. apresentou embargos de declaração contra a decisão do TJ/SP e entende que os mesmos suspendem os efeitos dessa decisão, inclusive em relação ao prazo para apresentação de novo plano de recuperação. Consequentemente, a decisão do TJ/SP sobre os embargos apresentados e seus respectivos efeitos foram suspensos.

Em 3 de julho de 2014, os embargos de declaração apresentados contra a decisão do TJ/SP foram julgados e rejeitados, prevalecendo a anulação do plano de recuperação judicial e a determinação de apresentação de um novo plano de recuperação no prazo máximo de 60 dias (e deliberação em assembleia de credores no prazo de 90 dias), contados a partir da publicação da decisão que rejeitou os embargos. A Administração da Baldin apresentou o novo plano de recuperação judicial em 24 de setembro de 2014, o qual foi submetido para aprovação dos credores em 24 de outubro de 2014 na Assembleia Geral de Credores. O plano não foi aprovado nessa data devido à falta de quórum, portanto, foi convocada uma nova Assembleia Geral de Credores para 10 de novembro de 2014, na qual o novo plano de recuperação judicial foi aprovado. Em 22 de novembro de 2014 foi realizada a homologação do plano de recuperação judicial.

A opção escolhida (ainda não formalizada) pela CPFL Renováveis para o recebimento de seus créditos, é a subscrição dos mesmos em Debêntures, observada as seguintes condições, de acordo com o novo plano de recuperação judicial:

- Será constituída uma nova companhia, denominada “Nova Baldin Participações S.A.”, que será a holding controladora do Novo Grupo Baldin e será a proprietária direta das ações da Baldin Bioenergia. A Nova Baldin emitirá, no prazo de até seis meses após a sua constituição, Debêntures, cujo valor limite de emissão será correspondente ao total dos créditos com garantia real e quirografários detidos pelos credores das Debêntures. Essas Debêntures serão garantidas pelas demais sociedades do Grupo Baldin.
- As Debêntures serão subscritas e integralizadas com os créditos com garantia real e quirografários dos credores que escolherem por essa opção.
- As garantias reais constituídas no plano de recuperação judicial anterior ficam mantidas para esse novo plano de recuperação judicial.

- O preço de emissão de cada Debênture será de R\$1,00 para cada R\$1,00 de crédito e o vencimento será de 15 anos a contar da Homologação Judicial do Plano em 22 de novembro de 2014.
- Os credores das Debêntures receberão os valores correspondentes atualizados monetariamente pela TR, acrescidos de juros simples a razão de 12% ao ano. A atualização monetária (TR) será paga 4 parcelas anuais, com vencimento todo dia 30 dos meses de junho, julho, agosto e setembro de cada ano safra. Os juros incidentes sobre o valor principal serão acumulados, capitalizados, incorporados e pagos no vencimento das Debêntures.
- Em caso de adimplência (no mínimo pagamento da atualização monetária - TR) da Nova Baldin, os créditos terão deságio (bônus de adimplência) ao final de 15 anos de 90% sobre os juros e 30% sobre o valor do principal.

Em 31 de dezembro de 2014, a exposição total da Companhia relacionada às operações da Baldin Bioenergia S.A. compreende:

- (i) O montante de R\$10.612 é composto da seguinte forma:
  - (1) R\$36.871 de valor de principal, referente ao direito da controlada CPFL Bioenergia S.A. receber da Baldin Bioenergia S.A. os investimentos realizados para a construção da usina termelétrica de cogeração movida à queima de biomassa como combustível (50% do investimento inicial).
  - (2) R\$6.374 de encargos financeiros.
  - (3) R\$1.000 de créditos a receber. A Companhia por meio de sua controlada Bio Energia adquiriu em 6 de novembro de 2014, Cessão de Créditos Sem Coobrigação, Direitos e Obrigações e Outras Avenças do Itaú Unibanco S.A., um dos credores do plano de recuperação judicial. O valor de crédito cedido foi de R\$26.100, que descontado a valor presente resultou no montante desembolsado de R\$1.000.
  - (4) (R\$13.838) de provisão para perdas no saldo a receber. A Administração da Companhia, com base nas informações disponíveis sobre a situação financeira e operacional da Baldin Bioenergia S.A., mantém provisão para cobrir potenciais perdas no saldo a receber da Baldin Bioenergia S.A. em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a qual julga suficiente para cobrir riscos na realização desse saldo.
  - (5) (R\$19.795) de ajuste a valor presente. Em decorrência da aprovação do novo plano de recuperação judicial e da expectativa de recebimento, em 31 de dezembro de 2014, a Companhia registrou ajuste a valor presente dos créditos a receber, líquidos da provisão para perdas.
- (ii) O montante de R\$30.138, refere-se ao contrato de pré-compra de energia, para o qual não foi registrada provisão para perda, tendo em vista que a usina termelétrica de cogeração está operando normalmente. A realização desse saldo ocorre através do fornecimento mensal de bagaço de cana pelo Grupo Baldin, utilizado para geração de energia, que é entregue a CPFL Bioenergia.

O saldo de “Outros créditos a receber - não circulante” inclui o montante de R\$1.981 a receber, decorrente de pagamento à CCEE de garantia física em nome da Baldin Bioenergia S.A., tendo em vista a expectativa do não recebimento deste montante, em 31 de dezembro de 2014 foi constituída provisão para perda de 100% desse montante, correspondente a parcela a receber a da Baldin Bioenergia S.A.

Adicionalmente, a Companhia possui registrado no ativo imobilizado e intangível o montante de R\$40.954, referente ao custo incorrido na construção da usina termelétrica de cogeração. A Companhia não identificou a necessidade de registro de provisão para perda na realização deste ativo imobilizado, tendo em vista que a usina termelétrica de cogeração está operando normalmente e gerando energia.

- (b) O montante de R\$13.950 refere-se à indenização decorrente da avaliação a valor justo de passivos contingentes identificados na combinação de negócios, conforme condições determinadas no contrato de compra e venda da Jantus. A Companhia tem garantia de reembolso por parte dos vendedores da Jantus sobre determinadas contingências, caso estas sejam materializadas dentro do período contratual. Esses valores têm como contrapartida provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis (nota explicativa nº 20).

Em 30 de junho de 2014, a controlada Bons Ventos efetuou baixa do montante a receber de R\$10.000 referente a indenização decorrente da avaliação a valor justo de passivos contingentes identificados na combinação de negócios, em decorrência da expiração do prazo de dois anos para indenização conforme determinado no contrato de compra e venda desta controlada. Adicionalmente, os respectivos passivos contingentes foram analisados pelos assessores jurídicos da controlada Bons Ventos e sua expectativa de perda foi considerada como remota, sendo efetuada a baixa correspondente.

- (c) Do montante de R\$15.875: (i) R\$4.570 refere-se a parcela de longo prazo de pagamentos antecipados de encargos feitos à Eletrobras das controladas da Companhia que possuem contratos do PROINFA, vinculados ao REIDI - Regime Especial de Incentivo para o Desenvolvimento da Infraestrutura, e que está sendo alocada ao resultado como redutora da receita pelo período remanescente dos contratos de venda de energia dessas controladas, dentro da rubrica de “Outros créditos - circulante”, está contabilizada a parcela de curto prazo de mesma natureza, no montante de R\$1.022; (ii) R\$4.841 refere-se ao reconhecimento de reembolso de compra de energia, pelo não cumprimento dos prazos acordados pelo fornecedor de aerogerador e que será apropriado ao resultado nos próximos 3 anos; e (iii) R\$6.464 refere-se a compra de matéria prima pela controlada Bio Ester para a melhoria da geração de energia. Esse montante será reembolsado pelo consorciado desse projeto durante o exercício de 2015.



## 10. PARTES RELACIONADAS

Ativo	Controladora					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Circulante:						
Caixa e equivalentes de caixa (nota nº 5)						
Banco Bradesco	278.860	250.188	-	-	21.542	13.736
	278.860	250.188	-	-	21.542	13.736
Contas a receber de clientes (nota nº 7)						
CPFL Brasil	-	-	-	-	2.490	11.191
Arvoredo	-	-	-	-	-	21
Atlântica I	-	-	-	-	4.389	601
Atlântica II	-	549	-	-	1.016	561
Atlântica IV	-	2.021	-	-	4.811	2.807
Atlântica V	-	-	-	-	1.612	5.170
Barragem da Paciência	456	-	-	-	601	-
Bio Alvorada	-	-	-	-	15.390	5.023
Bio Coopcana	-	-	-	-	22.195	5.636
Bio Formosa	-	860	-	-	-	4.614
Bio Energia	-	-	-	-	829	3.581
Bio Buriti	-	-	-	-	-	342
Chimay	-	-	-	-	-	241
Corrente Grande	9.569	-	-	-	9.600	-
Jayaditya	-	-	-	-	6.225	-
Juremas	-	-	-	-	4.320	-
Lacenas	-	-	-	-	-	678
Macacos	-	-	-	-	5.587	-
Mohini	-	49	-	-	-	477
Ninho da Águia	544	-	-	-	552	-
Paiof	15.748	-	-	-	15.891	-
Santa Luzia	-	453	-	-	-	3.352
São Gonçalo	1.735	-	-	-	1.757	-
Solar I	65	-	-	-	65	-
Sul Centrais Elétricas	-	183	-	-	-	800
Varginha	-	-	-	-	-	3
Varzea Alegre	4.529	-	-	-	4.544	-
	32.646	4.115	-	-	101.874	45.098
Valores a receber de empresas ligadas (a)						
Alto Itaipu	25	27	-	-	317	309
Arvoredo	729	23	-	-	272	264
Atlântica I	14	-	-	-	233	-
Atlântica II	11	-	-	-	200	-
Atlântica IV	21	-	-	-	222	-
Atlântica V	11	-	-	-	228	-
Barragem da Paciência	313	27	-	-	317	308
Bio Alvorada	-	-	-	-	633	-
Bio Coopcana	-	-	-	-	42	-
Bioenergia	11	15	-	-	174	176
Bons Ventos	137	73	-	-	2.256	2.381
Campos dos Ventos I	-	-	-	-	59	-
Campos dos Ventos II	14	-	-	-	145	-
Campos dos Ventos III	88	-	-	-	463	-
Campos dos Ventos V	-	-	-	-	59	-
Chimay	84	92	-	-	1.086	1.057
Cocais Grande	32	35	-	-	407	396
Corrente Grande	219	23	-	-	271	264
Costa Branca	103	-	-	-	393	-
Desa	1	-	-	-	-	-
Eólica Formosa	53	46	-	-	660	623
Eólica Icarazinho	74	81	-	-	954	916
Eólica Paracuru	14	46	-	-	332	570
Eurus VI	-	-	-	-	1	-
Jayaditya	46	50	-	-	588	573
Juremas	14	-	-	-	52	-
Macacos	14	-	-	-	52	-
Mohini	49	54	-	-	633	617
Ninho da Águia	200	35	-	-	407	396
Paiof	699	35	-	-	407	396
PCH Holding	-	-	-	-	-	281
Pedra Cheirosa I	25	-	-	-	84	-
Pedra Preta	14	-	-	-	52	-
Plano Alto	89	35	-	-	331	396
Rosa dos Ventos	88	-	-	-	820	-
Salto Goés	21	23	-	-	272	261
Santa Clara I	35	35	-	-	395	173
Santa Clara II	25	27	-	-	204	143
Santa Clara III	28	27	-	-	236	155
Santa Clara IV	14	-	-	-	16	-
Santa Clara V	14	-	-	-	16	-
Santa Clara VI	14	-	-	-	16	-
Santa Luzia	46	-	-	-	177	-
Santa Mônica	-	-	-	-	63	-
Santa Ursula	-	-	-	-	63	-
Santo Dimas	-	-	-	-	63	-
São Benedito	-	-	-	-	63	-
São Domingos	76	-	-	-	407	-
São Gonçalo	42	46	-	-	543	581
São Martinho	76	-	-	-	765	-
Sif Cinco	105	31	-	-	1.083	392
Sul Centrais	56	73	-	-	838	837
Varginha	169	23	-	-	271	264
Varzea Alegre	11	12	-	-	136	132
	3.924	994	-	-	18.777	12.861
Total	315.430	255.297	-	-	142.193	71.695

## CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

	Controladora					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Não circulante:						
Mútuos:						
Sul Centrais (b)	4.222	3.908	-	-	314	298
Campos dos Ventos II (d)	-	79.534	-	-	360	1.595
Bio Formosa (d)	-	7.436	-	-	334	1
Bio Alvorada (d)	-	22.345	-	-	959	619
Bio Coopcana (d)	-	6.851	-	-	77	210
Lacenas (d)	-	829	-	-	21	30
Sócios não controladores (c)	4.308	5.589	-	-	563	1.041
	8.530	126.492	-	-	2.628	3.794
Aplicações financeiras Vinculadas (nota nº 6)						
Banco Bradesco	-	-	-	-	101	-
	-	-	-	-	101	-
Total	8.530	126.492	-	-	2.729	3.794

  

	Controladora					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Passivo						
Circulante:						
Mútuos:						
Alto Irani (d)	-	-	2.980	-	(5)	-
Arvoredo (d)	-	-	6.776	6.327	(449)	(249)
Barra da Paciência (d)	-	-	3.276	3.059	(217)	(121)
Bio Buri (d)	-	-	11.507	-	(24)	-
Bio Ipê (d)	-	-	11.594	-	(27)	-
Bio Pedra (d)	-	-	21.304	-	(51)	-
Campo dos Ventos I (d)	-	-	8.570	-	(34)	-
Campo dos Ventos III (d)	-	-	7.220	-	(31)	-
Campo dos Ventos V (d)	-	-	8.882	-	(34)	-
Cocais Grande (d)	-	-	4.382	4.092	(291)	(161)
Corente Grande (d)	-	-	904	844	(60)	(33)
DESA (d)	-	-	-	-	(8)	-
Edifica Formosa (d)	-	-	8.334	-	(16)	-
Edifica Icarizinho (d)	-	-	39.357	-	(302)	-
Edifica Paracuru (d)	-	-	23.356	-	(148)	-
Eurus VI (d)	-	-	6.702	-	(25)	-
Ninho da Águia (d)	-	-	10.134	9.462	(672)	(373)
Paio (d)	-	-	3.781	3.530	(251)	(139)
Pedra Cheirosa I (d)	-	-	6.813	-	(16)	-
Pedra Cheirosa II (d)	-	-	6.471	-	(16)	-
Plano Alto (d)	-	-	2.675	-	(5)	-
Rosa dos Ventos (d)	-	-	6.855	-	(16)	-
Santa Clara I (d)	-	-	2.982	-	(7)	-
Santa Clara II (d)	-	-	14.898	-	(58)	-
Santa Clara III (d)	-	-	15.005	-	(54)	-
Santa Clara IV (d)	-	-	21.169	-	(85)	-
Santa Clara V (d)	-	-	4.555	-	(10)	-
Santa Clara VI (d)	-	-	22.256	-	(87)	-
Santa Mônica (d)	-	-	8.378	-	(33)	-
Santa Ursula (d)	-	-	7.828	-	(32)	-
São Benedito (d)	-	-	7.979	-	(32)	-
São Domingos (d)	-	-	7.169	-	(31)	-
São Gonçalo (d)	-	-	3.962	3.699	(263)	(146)
SIIF Cinco (d)	-	-	5.125	-	(11)	-
SIIF Energias do Brasil (d)	-	-	405	1.163	(9)	-
Varginha (d)	-	-	3.228	3.772	(259)	(154)
Varzea Alegre (d)	-	-	1.845	1.723	(122)	(68)
Vento de Santo Dims (d)	-	-	8.399	-	(33)	-
Vento de São Martinho (d)	-	-	7.149	-	(31)	-
Sub total	-	-	344.205	37.671	(3.855)	(1.444)
T-15 (e)	-	-	-	12.810	-	-
	-	-	344.205	50.481	(3.855)	(1.444)
Fornecedores: (nota nº 14)						
Arvoredo	-	-	-	-	-	(210)
Atlântica I	-	-	-	-	-	(990)
Atlântica II	-	-	-	-	-	(1.316)
Atlântica IV	-	-	-	-	-	(2.587)
Atlântica V	-	-	-	-	-	(1.782)
Barra da Paciência	-	-	-	-	(37)	-
Bio Alvorada	-	-	-	-	(3.117)	(464)
Bio Buri	-	-	-	-	-	(31)
Bio Coopcana	-	-	-	-	-	(521)
Bio Formosa	-	-	-	-	-	(347)
Bioenergia	-	-	-	-	-	(4.489)
Costa Branca	-	-	-	-	-	(552)
Corente Grande	-	-	-	-	(38)	-
CPFL Comercialização Brasil	-	-	-	-	(12.944)	-
CPFL Comercialização Cone Sul	-	-	-	-	(122)	-
Lacenas Participações	-	-	-	-	-	(833)
Macacos	-	-	-	-	-	(1.451)
Mohini	-	-	-	-	-	(39)
Ninho da Águia	-	-	-	-	(1)	-
Paio	-	-	-	-	(50)	-
Plano Alto	-	-	315	-	-	-
Santa Luzia	-	-	-	-	-	(473)
São Gonçalo	-	-	-	-	(25)	-
Sul Centrais	-	-	-	-	-	(267)
Nect consultoria	-	-	166	157	(1.705)	(2.037)
Varginha	-	-	-	178	-	(991)
Varzea Alegre	-	-	-	-	(14)	-
	-	-	481	335	(18.053)	(19.380)
Contas a pagar de aquisições: (nota nº17)						
Sócios não controladores	-	-	59.993	4.442	(2.599)	(160)
	-	-	59.993	4.442	(2.599)	(160)
Total	-	-	404.679	55.258	(24.507)	(20.984)
Patrimônio líquido						
Pagamento baseado em ações (Diretoria)	-	-	1.292	1.171	(121)	(74)
	-	-	1.292	1.171	(121)	(74)
Resultado						
Despesas operacionais	-	-	-	-	-	(30)
Consultoria de sócios	-	-	-	-	-	(30)
Total	-	-	-	-	-	(30)

	Consolidado					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Ativo						
Circulante:						
Caixa e equivalentes de caixa (nota nº 5)						
Banco Bradesco	702.548	720.583	-	-	73.304	47.694
	702.548	720.583	-	-	73.304	47.694
Contas a receber de clientes (nota nº 7)						
CPFL Brasil	28.195	22.903	-	-	272.260	220.875
CPFL Geração	2.256	-	-	-	-	-
CPFL Paulista	471	528	-	-	4.580	4.416
CPFL Piratininga	1.218	1.167	-	-	10.217	6.958
Cia de Luz e Força	70	57	-	-	509	212
RGE Rio Grande Energia	15	17	-	-	211	194
	32.225	24.672	-	-	287.777	232.655
Total	734.773	745.255	-	-	361.081	280.349
	Consolidado					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Não circulante:						
Aplicações financeiras vinculadas (nota nº 6)						
Banco Bradesco	36.255	42.713	-	-	3.558	3.249
	36.255	42.713	-	-	3.558	3.249
Mútuo:						
Sócios não controladores (c)	6.281	6.862	-	-	864	1.041
	6.281	6.862	-	-	864	1.041
Total	42.536	49.575	-	-	4.422	4.290
Passivo						
Circulante:						
Fornecedores: (nota nº 14)						
CPFL Brasil	-	-	3.669	7.725	(49.947)	-
CPFL Paulista	-	-	349	725	(3.277)	-
CPFL Comercialização Cone Sul	-	-	-	-	(122)	-
CPFL Serviços	-	-	-	126	-	-
Nect consultoria	-	-	166	158	-	(2.037)
RGE Rio Grande Energia	-	-	5	6	(60)	-
	-	-	4.189	8.740	(53.406)	(2.037)
Contas a pagar de aquisições: (nota nº 17)						
Sócios não controladores	-	-	59.993	4.442	(55.551)	(160)
	-	-	59.993	4.442	(55.551)	(160)
Total	-	-	64.182	13.182	(108.957)	(2.197)
Patrimônio líquido						
Pagamento baseado em ações (Diretoria)	-	-	1.292	1.171	(121)	(74)
Total	-	-	1.292	1.171	(121)	(74)
Resultado						
Despesas operacionais						
Consultoria de sócios	-	-	-	-	-	(30)
	-	-	-	-	-	(30)
Total resultado	-	-	-	-	-	(30)

- (a) Valores a receber de empresas ligadas: referem-se a rateios de despesas de operação, manutenção e engenharia registradas na rubrica “Outros créditos” no ativo circulante. Parte do pessoal da CPFL Renováveis é alocada para a operação e manutenção das operações das usinas e o valor é cobrado das controladas por meio de rateio de despesas.
- (b) Mútuo realizado entre a CPFL Renováveis e a controlada indireta CPFL Sul Centrais, com prazo de um ano e taxa de juros de 8% ao ano para a quitação antecipada de empréstimo com o BNDES.
- (c) A controladora e um sócio não controlador celebraram contratos de mútuo, visando à concessão de financiamento, para que o acionista não controlador pudesse integralizar sua parcela de capital subscrito nas SPEs (em decorrência dos aumentos de capital pela CPFL Renováveis), evitando que sua participação acionária fosse diluída. Os contratos foram assinados em abril de 2012, renovados em abril de 2013 e um novo contrato foi assinado em novembro de 2013 e renovado em 2014, todos com vigência de um ano, a remuneração é de 8% ao ano mais atualização monetária pelo IGP-M.
- (d) Referem-se a contratos de mútuo com a controladora CPFL Renováveis, com remuneração de 8% ao ano e atualização monetária pelo IGP-M, para capital de giro.
- (e) O saldo de R\$12.810 referia-se a acerto de contas para a controlada T-15 Energia S.A., como parte de pagamento na aquisição da BVP, esse valor foi pago em setembro de 2014.

## 10.1. Informações financeiras das controladas

Conforme o disposto na letra “b” do item 37 do pronunciamento técnico CPC 18, demonstramos abaixo as informações financeiras resumidas das controladas:

Empresa	Ativo		Passivo		Patrimônio Líquido		Reserva Líquida		Lucro (Prejuízo)	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Aimacsa	14.828	14.311	2	23	14.826	14.288	-	-	(22)	(31)
Aho Iani	62.500	64.079	32.405	18.448	30.097	45.631	16.255	21.851	9.854	14.825
Arvoredo	93.654	96.303	37.160	39.815	56.493	56.528	14.057	12.034	2.326	1.848
Atlântica I	137.138	121.012	87.705	115.529	49.433	5.483	16.925	7.572	1.630	(6.140)
Atlântica II	136.219	113.968	86.767	110.486	49.452	3.482	13.878	11.875	(2.569)	(8.027)
Atlântica IV	145.140	139.156	87.555	134.670	57.585	4.486	15.440	7.728	(2.766)	(6.861)
Atlântica V	164.844	217.930	98.107	211.419	66.736	6.511	14.534	8.651	(772)	(6.371)
Baixa Verde	254	291	-	-	254	291	-	-	(37)	(19)
Barra da Paciência	127.009	127.730	65.720	66.731	61.888	60.999	28.923	23.047	14.280	8.876
Bio Alvorada	212.227	227.671	97.729	200.929	114.599	26.942	56.965	23.417	(9.449)	(33.151)
Bio Butiá	141.363	151.834	2.922	3.434	138.441	148.400	34.766	32.999	5.040	5.187
Bio Copacana	168.846	172.094	110.344	148.631	58.502	23.463	51.704	25.739	(24.822)	(20.862)
Bio Formosa	130.432	146.635	42.510	31.574	87.922	115.061	4.456	22.988	(30.481)	(8.106)
Bio Ipê	36.229	27.618	7.714	837	28.515	26.781	15.302	13.373	5.022	3.181
Bio Pedra	209.349	209.330	357	945	208.992	208.405	29.083	37.964	17.602	22.460
Bionegreja	85.115	111.199	55.876	68.572	29.239	42.627	19.470	20.219	(18.448)	(2.183)
Bitupitá I	11	234	152	203	-	(59)	-	-	(246)	(56)
Bitupitá II	7	233	48	287	(41)	(54)	-	-	(205)	(51)
Bitupitá III	7	233	100	286	(93)	(53)	-	-	(203)	(50)
Boa Vista 2	3.045	3.049	86	593	2.959	2.456	-	-	(278)	(151)
Bonanza	2.147	-	396	-	1.751	-	-	-	(28)	-
Bons Ventos	803.181	838.241	485.354	520.232	317.827	318.009	163.005	156.707	49.236	52.419
BVP	363.087	376.899	8.392	9.719	354.695	367.180	-	-	45.313	49.330
Cachoeira Grande	6.676	7.589	27	48	6.649	7.589	-	-	79	41
Cajupia	501	507	-	3	501	504	-	-	(2)	(17)
Campos dos Ventos I	15.344	9.701	1.937	447	13.406	9.254	-	-	258	(74)
Campos dos Ventos II	149.164	236.968	100.829	181.133	48.335	55.855	16.980	5.120	2.222	(382)
Campos dos Ventos III	15.025	9.254	1.522	450	13.503	8.804	-	-	95	(294)
Campos dos Ventos IV	125	127	104	4	21	123	-	-	1	(49)
Campos dos Ventos V	15.395	9.720	2.595	304	12.800	9.416	-	-	265	31
Chimim	1.760	-	-	-	1.760	-	-	-	-	-
Chimim	134.227	132.826	20.304	18.199	113.923	114.627	42.789	36.805	17.174	14.921
Cocais Grande	49.911	51.235	26.307	26.186	23.603	25.049	6.112	7.949	(164)	1.410
Comercializadora de Energia	13	-	-	-	13	-	(2.190)	-	(7)	-
Companhia Energética Novo Horizonte	150.794	-	51.278	-	99.516	-	(14.553)	-	9.345	-
Companhia Hidroelétrica Figueirópolis	139.630	-	45.352	-	94.278	-	(14.553)	-	5.208	-
Corrente Grande	97.109	98.081	52.223	47.170	44.886	50.911	18.132	12.534	(2.499)	1.178
Costa Branca	102.990	137.225	74.119	101.017	28.471	36.208	8.131	501	444	(480)
Costa da Dama	900	921	-	(1)	900	921	-	-	(22)	(32)
Curral Velho I	2	186	-	256	2	(70)	-	-	(178)	(67)
Curral Velho II	28	188	1	251	27	(63)	-	-	(173)	(60)
Curral Velho IV	5	189	-	240	5	(51)	-	-	(175)	(48)
Distância	2.539	-	-	-	2.539	-	-	-	-	-
Dobrevé	852.807	-	146.975	-	705.833	-	-	-	6.129	-
Ediçã	429.122	-	72.506	-	356.616	-	-	-	41.414	-
Ediçã Formosa	480.447	479.797	318.327	367.669	162.120	112.468	95.601	90.580	27.123	22.267
Ediçã Holding	134.634	178.989	426	91.232	134.208	87.757	-	-	7.664	(783)
Ediçã Itaipu	288.072	282.138	188.760	194.013	99.312	88.125	64.975	63.625	25.102	25.233
Ediçã Paracuru	113.048	116.761	74.723	77.685	38.325	39.076	33.804	32.682	17.745	17.358
Eurus I	117.730	-	70.861	-	46.869	-	(18.267)	-	1.178	-
Eurus III	118.194	-	82.644	-	35.550	-	(18.835)	-	212	-
Eurus V	112	115	97	4	15	111	-	-	1	(48)
Eurus VI	38.643	42.266	1.240	767	37.403	41.589	4.392	4.531	2.012	2.388
Fazenda de Teófilo	311	-	-	-	373	-	373	-	(44)	-
Figueira Branca	142	145	-	32	142	113	-	-	(42)	(124)
Gamedeira	1.081	1.115	1	1	1.080	1.114	-	-	(34)	(81)
Jatunã SL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.488
Jay aditya	38.480	42.921	20.111	9.069	18.369	33.852	23.337	22.478	(33.266)	11.261
Juremas	71.932	72.504	54.227	47.313	17.706	25.191	10.163	-	978	(86)
Laemus	116.045	113.369	60.820	59.223	55.225	54.146	36.937	26.558	19.975	9.976
Larajubá	718	-	132	-	606	-	-	-	(9)	-
Ledosa	142.112	-	29.538	-	112.575	-	(27.336)	-	(15.756)	-
Macacos	93.301	97.036	73.419	63.739	19.883	33.297	13.703	1.317	1.111	(528)
Mata Velha	103.427	-	1.688	-	101.739	-	-	-	(191)	-
Mohai	73.998	71.247	8.270	4.303	65.728	66.944	35.680	33.282	14.464	18.592
Morro do Vento	785	-	-	-	785	-	-	-	-	-
Morro dos Ventos I	137.088	-	86.884	-	50.204	-	(22.873)	-	6.040	-
Morro dos Ventos II	86.503	-	49.990	-	36.513	-	-	-	(80)	-
Morro dos Ventos III	129.869	-	84.165	-	45.704	-	(23.688)	-	(31.345)	-
Morro dos Ventos IV	129.173	-	78.689	-	50.484	-	(22.729)	-	(29.960)	-
Morro dos Ventos IX	143.830	-	89.664	-	54.167	-	(24.233)	-	(31.370)	-
Morro dos Ventos VI	134.201	-	67.086	-	67.116	-	(20.980)	-	(27.383)	-
Navegantes	2	3	45	20	(43)	(17)	-	-	(27)	(29)
Ninho de Águia	73.099	76.139	29.168	31.388	43.931	44.731	9.911	9.567	1.979	2.391
Paial	105.016	102.680	76.594	64.130	28.422	38.509	25.149	17.384	(3.411)	4.539
PCH Holding	427.596	440.075	443	-	427.153	447.576	-	-	19.752	26.945
PCH Holding 2	200.211	195.198	245.012	218.579	(44.801)	(23.381)	-	-	(21.628)	(13.485)
PCH Participações	910.893	956.337	226.483	238.879	684.410	717.458	-	-	28.722	33.926
Pedra Preta	92.666	93.660	71.197	61.616	21.468	32.044	8.427	-	2.033	(86)
Pendo	1.818	1.818	-	10	1.818	1.808	-	-	-	(11)
Plano Alto	45.559	46.053	25.417	12.231	19.942	33.822	12.262	16.478	7.083	10.812
Pedra Chetiva I	11.274	5.188	67	5.117	11.206	71	-	-	134	(97)
Pedra Chetiva II	10.682	5.191	54	5.043	10.628	148	-	-	125	(14)
Renasser Central Elétrica	-	584	-	-	584	-	-	-	(1)	-
Rio Claro	1.056	-	321	-	735	-	-	-	-	-
Rosa dos Ventos	68.731	-	34.946	-	33.785	-	18.095	-	9.021	-
São Góes	181.321	172.021	88.531	77.518	92.790	94.503	17.196	16.750	1.388	5.388
Santa Clara I	145.505	153.010	2.661	3.037	142.843	149.973	21.868	19.691	9.610	8.986
Santa Clara II	132.712	132.147	2.641	2.392	130.071	129.755	19.646	18.154	9.673	9.633
Santa Clara III	134.278	133.026	2.393	2.470	131.885	130.556	11.564	18.123	11.667	9.520
Santa Clara IV	139.163	138.002	3.928	2.555	135.235	135.447	18.703	18.158	9.260	9.951
Santa Clara V	138.343	138.306	2.374	2.439	135.969	135.867	20.497	18.123	9.856	9.856
Santa Clara VI	140.639	137.836	4.692	2.391	135.947	135.445	18.133	18.123	8.219	9.924
Santa Cruz	5.818	6.281	13	8	5.806	6.273	-	-	33	19
Santa Luzia	227.239	229.260	113.796	117.138	113.443	112.122	33.262	34.995	4.821	5.932
Santa Mônica	14.626	8.352	92	7	14.534	8.345	-	-	214	(32)
Santa Olinda	13.646	17.713	89	6	13.557	-	-	-	(41)	(12)
São Raimundo	14.106	7.811	97	4	14.011	7.807	-	-	229	(19)
São Domingos	14.063	7.946	532	6	13.531	7.940	-	-	182	(246)
São Gonçalo	72.550	71.808	33.534	35.299	39.016	36.509	14.110	10.445	4.753	2.215
SHF CCH	115.670	123.178	82.233	91.201	33.437	31.977	26.880	26.149	8.883	8.888
SHF Desenvolvimento	1.642	2.255	1.066	32.356	576	(30.101)	-	-	(1.495)	(1.567)
SHF Energias	363.859	453.080	15.929	26.937	347.930	426.113	-	-	74.690	90.373
Solar I	8.290	1.445	5.592	8.458	2.698	(13)	293	277	20	(100)
Sol Central Elétrica	27.214	26.274	12.453	9.547	14.761	16.727	6.514	7.036	258	1.688
T-15	729.808	668.625	456.872	343.203	272.937	325.427	-	-	(18.884)	35.370
Tombos	937	937	-	5	937	932	-	-	-	(3)
Turbina 16	18	20	-	-	18	20	-	-	(1)	(5)
Turbina 17	17	19	-	1	17	18	-	-	(2)	(5)
WF I Holding	333	-	-	-	333	-	-	-	9.257	-
WF Wind Holding V	179	-	6	-	173	-	-	-	11	-
WF Wind Holding VII	145	-	2	-	143	-	-	-	9	-
WF Wind Holding VIII	146	-	2	-	144	-	-	-	9	-
WF Wind Holding X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
WF Wind Holding XI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Vargem - DESA	368	-	35	-	333	-	-	-	-	-
Vargem	55.617	59.551	26.157	27.697	29.460	31.854	10.864	8.688	1.708	1.250
Vazara Alago	58.391	56.978	28.126	25.662						

## 10.2. Pagamentos baseados em ações

Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 29 de outubro de 2009, foi aprovado o Programa de 2009, com outorga de 1.114.938 opções de compra de ações. Em 9 de março de 2010, foi aprovado o Programa de 2010, com outorga de 1.220.791 opções de compra de ações. Em 1º de março de 2011, foi aprovado o Programa de 2011, com outorga de 2.350.000 opções de compra de ações, sendo que cada 5 (cinco) opções atribuem aos participantes à subscrição de 1 (uma) ação.

As opções somente poderiam ser exercidas pelos participantes do programa em caso de ocorrência de um dos dois eventos: (a) Oferta Pública Inicial (“IPO”) (primária ou secundária) para ações ordinárias; e (b) alienação, direta ou indireta, por qualquer acionista da Companhia, de número de ações representativas de 10% ou mais do capital social da Companhia, a terceiros adquirentes, antes da ocorrência de um IPO. Com a conclusão da Oferta Pública de Ações, ocorrida em 19 de agosto de 2013 (nota explicativa nº 1), os beneficiários passaram a poder exercer as opções em que o “vesting” já tinha ocorrido.

Os beneficiários do Plano de Opção de Ações poderão exercer suas opções dentro de até dez anos contados da respectiva outorga. O “vesting” das opções ocorre em quatro anos, com liberações de 25% a partir do primeiro aniversário, 50% a partir do segundo aniversário, 75% a partir do terceiro aniversário e 100% a partir do quarto aniversário.

As opções em aberto a serem exercidas ao final dos planos de 2009, 2010 e 2011 representa o montante de 496.223 ações.

Em 31 de maio de 2012, a Companhia agrupou suas ações na proporção 5 para 1. Para fins de apresentação, o quadro abaixo considera o agrupamento de ações.

<u>Séries de opções</u>	<u>Quantidade de ações exercíveis</u>	<u>Data de outorga</u>	<u>Valor justo na data da outorga</u>	<u>Saldo contabilizado</u>	<u>Preço de exercício (5 opções)</u>
			<u>R\$</u>		
Programa de 2009					
1ª Tranche	55.747	29/10/2009	1,83	102	R\$ 6,15 atualizado pelo IPCA desde 01/01/2009
2ª Tranche	45.026	29/10/2009	1,55	70	
3ª Tranche	27.873	29/10/2009	1,26	35	
4ª Tranche	27.873	29/10/2009	1,33	37	
	<u>156.519</u>			<u>244</u>	
Programa de 2010					
1ª Tranche	48.832	09/03/2010	2,87	140	R\$ 9,18 atualizado pelo IPCA desde 08/10/2009
2ª Tranche	32.554	09/03/2010	3,01	98	
3ª Tranche	32.554	09/03/2010	2,73	89	
4ª Tranche	32.554	09/03/2010	2,89	94	
	<u>146.494</u>			<u>421</u>	
Programa de 2011					
1ª Tranche	82.500	01/03/2011	1,93	159	R\$ 9,18 atualizado pelo IPCA desde 08/10/2009
2ª Tranche	82.500	01/03/2011	2,06	170	
3ª Tranche	82.500	01/03/2011	1,83	151	
4ª Tranche	75.625	01/03/2011	1,94	147	
	<u>323.125</u>			<u>627</u>	
Total	<u>626.138</u>			<u>1.292</u>	

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foi provisionado o montante de R\$121 (R\$74 foi provisionado em 31 de dezembro 2013) na rubrica “Remuneração dos Administradores”.

Durante o exercício de 2013 nenhuma opção foi exercida.

Em 28 de fevereiro de 2014, alguns beneficiários exerceram suas opções de compra de ações da Companhia, com a realização de aumento do capital social, no montante de R\$551, e emissão de 61.304 novas ações (vide nota explicativa nº 21.(a)). Das novas ações emitidas 45.027 ações referem-se a 1ª e 2ª tranches do programa de 2009 e 16.277 ações referem-se a 1ª tranche do programa de 2010.

Em 26 de junho de 2014, determinado beneficiário exerceu sua opção de compra de ações da Companhia, com a realização de aumento do capital social, no montante de R\$355, e emissão de 42.882 novas ações (vide nota explicativa nº 21.(a)). As novas ações emitidas referem-se a todas as tranches do programa de 2009.

Em 30 de outubro de 2014, determinado beneficiário exerceu sua opção de compra de ações da Companhia, com a realização de aumento do capital social, no montante de R\$217, e emissão de 25.729 novas ações (vide nota explicativa nº 21.(a)). As novas ações emitidas referem-se a todas as tranches do programa de 2009.

Em 31 de dezembro de 2014, as opções exercidas resultaram na emissão de 129.915 novas ações da Companhia. As opções não exercidas são de 496.223 ações.

### 10.3. Pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 alcançou o montante de R\$8.905 (R\$7.755 em 2013), como segue:

	Controladora/Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Benefícios de curto prazo a empregados		
Salários e honorários	4.282	4.126
Encargos sociais e benefícios	1.772	1.664
Remuneração variável:		
Pagamento baseado em ações	121	74
Participações nos lucros	2.387	1.891
Outros	343	-
Total	<u>8.905</u>	<u>7.755</u>

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada 28 de abril de 2014, foi autorizado o montante de R\$8.450, para a remuneração global anual da Administração da Companhia referente ao exercício de 2014. O valor de R\$455, pago além do autorizado, decorre do pagamento de verbas rescisórias relativas ao desligamento de diretores estatutários da Companhia.

A Companhia e suas controladas não têm nenhuma obrigação adicional de pós-emprego, bem como não oferecem outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia e suas controladas também não oferecem outros benefícios no desligamento de seus membros da Alta Administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

## 11. INVESTIMENTOS

A composição é como segue:

	Controladora	
	31/12/2014	31/12/2013
Participações societárias permanentes avaliadas por equivalência patrimonial:		
Pelo patrimônio líquido da controlada	4.163.553	3.284.267
Adiantamentos para futuro aumento de capital	123.290	172.833
Direito de exploração de atividade de geração - autorização incluindo os efeitos tributários	1.800.846	1.350.832
Total do investimento	<u>6.087.689</u>	<u>4.807.932</u>

	Controladora	
	31/12/2014	31/12/2013
Composição da equivalência patrimonial:		
Equivalência patrimonial	129.633	193.907
Amortização de juros capitalizados	(1.365)	(1.365)
Amortização direito de autorização (i)	(87.579)	(88.210)
Impostos diferidos (i)	30.271	30.117
Subtotal	<u>(57.308)</u>	<u>(58.093)</u>
Total	<u>70.960</u>	<u>134.449</u>

(i) Apresentado líquido R\$57.308 (conforme nota nº11) - Direito de exploração, líquido dos impostos diferidos

## Participações em empresas controladas diretas e indiretas:

## Informações gerais:

Controladas diretas	Quantidade (mil) de ações/quotas	Participação no capital %	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Resultado do período	Participação patrimônio líquido (passivo a descoberto)		Resultado de equivalência patrimonial	
					31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Alto Irani	1.510	100%	30.097	9.854	30.097	45.631	9.854	14.825
Atlântica I	125.404	100%	49.433	1.630	49.433	5.483	1.630	(6.140)
Atlântica II	118.568	100%	49.452	(2.569)	49.452	3.482	(2.569)	(8.027)
Atlântica IV	118.916	100%	57.585	(2.766)	57.585	4.486	(2.766)	(6.861)
Atlântica V	139.087	100%	66.736	(772)	66.736	6.511	(772)	(6.371)
Baixa Verde	54	95%	255	(37)	241	276	(35)	(18)
Bio Alvorada	41.020	100%	114.599	(9.449)	114.599	26.942	(9.449)	(33.151)
Bio Buri	144.825	100%	138.441	5.040	138.441	148.400	5.040	5.187
Bio Coopcana	35.891	100%	58.502	(24.822)	58.502	23.463	(24.822)	(20.862)
Bio Energia	46.288	100%	29.239	(18.448)	29.239	42.627	(18.448)	(2.183)
Bio Formosa	126.910	100%	87.922	(30.481)	87.922	115.061	(30.481)	(8.106)
Bio Ipe	26.241	100%	29.484	5.022	29.484	27.811	5.022	3.181
Bio Pedra	204.972	100%	212.956	17.602	212.956	212.617	17.602	22.460
Boa Vista 1	-	0%	-	(3)	-	12	(3)	(5)
Boa Vista 2	2.938	100%	2.959	(278)	2.959	2.456	(278)	(151)
Cachoeira Grande	7.632	100%	6.649	79	6.649	7.570	79	41
Cajaciro	47	95%	501	(3)	476	479	(3)	(15)
Campos dos Ventos I	8.139	100%	13.406	258	13.406	9.254	258	(73)
Campos dos Ventos III	7.953	100%	13.503	95	13.503	8.804	95	(293)
Campos dos Ventos IV	64	100%	21	1	21	123	1	(50)
Campos dos Ventos V	7.845	100%	12.800	265	12.800	9.416	265	31
Costa Branca	14.566	0%	28.471	444	-	-	-	(380)
Costa das Dunas	61	90%	900	(22)	810	830	(20)	(28)
Dobrevé Energia	12.020.176	100%	637.995	689	637.995	-	689	-
Eólica Holding	14.082	100%	134.209	7.664	134.209	87.757	7.664	(782)
Eurus V	57	100%	15	1	15	111	1	(48)
Eurus VI	36.495	100%	37.772	2.012	37.772	41.981	2.012	2.388
Farol de Touros	54	90%	331	(44)	298	338	(40)	(39)
Figueira Branca	47	100%	142	(42)	142	113	(42)	(124)
Gumeleira	855	100%	1.080	(34)	1.080	1.114	(34)	(81)
Jantus	-	0%	-	-	-	-	-	(1.165)
Juremas	14.075	0%	17.706	978	-	-	-	(68)
Lacenas	43.455	100%	55.226	19.975	55.226	54.146	19.975	9.976
Macacos	15.417	0%	19.883	1.111	-	-	-	(375)
PCH Holding	436.180	100%	437.153	19.752	437.153	447.576	19.752	26.946
PCH Participações	67.153.569	41%	684.438	28.722	280.620	294.158	11.776	13.910
Pedra Preta	14.594	0%	21.468	2.033	-	-	-	(67)
Pedra Cheirosa I	11.423	100%	11.503	185	11.503	-	134	-
Pedra Cheirosa II	10.466	100%	10.628	177	10.628	-	125	-
Penedo	2.000	100%	1.818	-	1.818	1.808	-	(11)
Plano Alto	1.337	100%	19.942	7.083	19.942	33.822	7.083	10.813
Rosa dos Ventos	40	100%	31.983	7.711	31.983	-	7.711	-
Salto Góes	74.919	100%	92.790	1.388	92.790	94.503	1.388	5.388
Santa Clara I	139.189	100%	146.656	9.609	146.656	154.024	9.609	8.986
Santa Clara II	136.697	100%	133.507	9.672	133.507	133.406	9.672	9.631
Santa Clara III	136.697	100%	134.850	11.666	134.850	133.706	11.666	9.519
Santa Clara IV	136.697	100%	137.578	9.259	137.578	137.934	9.259	9.953
Santa Clara V	136.697	100%	138.176	10.996	138.176	137.789	10.996	9.925
Santa Clara VI	136.697	100%	137.713	8.218	137.713	137.743	8.218	9.856
Santa Cruz	6.703	100%	5.806	33	5.806	6.273	33	19
Santa Mônica	8.163	100%	14.534	214	14.534	8.345	214	(32)
Santa Ursula	7.521	100%	13.467	212	13.467	7.707	212	(41)
São Benedito	7.620	100%	14.011	229	14.011	7.807	229	(19)
São Domingos	8.071	100%	13.531	182	13.531	7.940	182	(246)
SIIF Desenvolvimento	1.958	9%	576	(1.495)	53	-	(297)	-
SIIF Energies	327.895	100%	242.402	81.355	242.402	309.722	81.355	96.761
Solar	4	100%	2.898	20	2.898	-	20	-
T-15	9.969.135	100%	272.936	(18.884)	272.936	325.422	(18.884)	35.370
Tombo	1.239	100%	937	-	937	932	-	(2)
Turbina 16	34	100%	18	(2)	18	20	(2)	(4)
Turbina 17	27	100%	16	(2)	16	18	(2)	(5)
Ventos de Santo Dimas	8.200	100%	14.559	231	14.559	8.352	231	(27)
Ventos de São Marinho	8.090	100%	11.420	178	11.420	7.966	178	(230)
Subtotal					4.163.553	3.284.267	151.283	209.086
Navegantes	308	95%	(40)	(27)	(38)	(16)	(22)	(27)
PCH Holding 2	4.977	100%	(44.801)	(21.628)	(44.801)	(23.381)	(21.628)	(13.485)
SIIF Desenvolvimento	1.958	9%	-	-	-	(30.101)	-	(1.567)
Solar	4	100%	-	-	-	(13)	-	(100)
					4.118.714	3.230.756	129.633	193.907



Controladas indiretas	Quantidade (mil de ações/quotas)	Participação no capital %	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Resultado do período	Participação patrimônio líquido (passivo a descoberto)		Resultado de equivalência patrimonial	
					31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Aiumoca	21.303	100%	14.826	(22)	14.826	14.288	(22)	(31)
Arvoredo	45.995	100%	56.493	2.926	56.493	56.288	2.926	1.848
Barra da Paciência	31.264	100%	61.888	14.280	61.888	60.999	14.280	8.876
Bitupia I	164	100%	(141)	(246)	(141)	(59)	(246)	(56)
Bitupia II	219	100%	(41)	(205)	(41)	(54)	(205)	(51)
Bitupia III	164	100%	(93)	(203)	(93)	(53)	(203)	(50)
Bonanza	2.032	100%	1.751	(28)	1.751	-	(28)	-
Bons Ventos	233.067	100%	317.827	49.236	317.827	318.009	49.236	52.419
BVP	311.106	100%	354.695	45.313	354.695	367.180	45.313	49.330
Campos dos Ventos II	13.049	100%	48.335	2.222	48.335	55.835	2.222	(382)
Cherobim	1.010	11%	1.760	-	194	-	-	-
Chimney	85.538	100%	113.923	17.174	113.923	114.627	17.174	14.921
Cocais Grande	15.377	100%	23.603	(164)	23.603	25.049	(164)	1.410
DESA Comercializadora de Energia	100	100%	13	(7)	13	-	(7)	-
Companhia Energética Novo Horizonte	96.536	100%	99.516	9.345	99.516	-	9.345	-
Companhia Hidroelétrica Figueirópolis	34.559	100%	94.278	4.047	94.278	-	4.047	-
Corrente Grande	27.521	100%	44.886	(2.499)	44.886	50.911	(2.499)	1.178
Costa Branca	14.566	95%	28.471	444	27.047	36.208	422	(81)
Curra Velho I	155	100%	2	(178)	2	(70)	(178)	(67)
Curra Velho II	150	100%	27	(173)	27	(63)	(173)	(60)
Curra Velho IV	145	100%	5	(175)	5	(51)	(175)	(48)
Distância	2.522	100%	2.539	-	2.539	-	-	-
DESA Eólicas	255.648	100%	356.616	41.414	356.616	-	41.414	-
Eólica Formosa	92.900	100%	132.120	27.123	132.120	112.668	27.123	22.387
Eólica Icarazinho	57.930	100%	99.312	25.102	99.312	88.125	25.102	25.233
Eólica Paracuru	22.230	100%	38.325	17.745	38.325	39.076	17.745	17.358
Eurus I	30.835	100%	46.869	1.178	46.869	-	1.178	-
Eurus III	22.184	100%	35.550	212	35.550	-	212	-
Jayaditya	17.691	100%	18.369	(33.266)	18.369	33.852	(33.266)	11.261
Juremas	14.075	95%	17.706	978	16.821	25.191	929	(13)
Laranjinha	1.017	100%	606	(9)	606	-	(9)	-
Ludesa	68.540	60%	112.575	6.040	45.030	-	2.416	-
Macacos	15.417	95%	19.883	1.111	18.889	33.297	1.055	(127)
Mata Velha	10.322	100%	101.739	(191)	101.739	-	(191)	-
Mohini	59.933	100%	65.728	14.464	65.728	66.944	14.464	18.592
Morro do Vento	1.200	100%	785	-	785	-	-	-
Morro dos Ventos I	42.635	100%	36.513	(80)	36.513	-	(80)	-
Morro dos Ventos II	3.916	100%	50.204	6.040	50.204	-	6.040	-
Morro dos Ventos III	36.703	100%	45.704	7.656	45.704	-	7.656	-
Morro dos Ventos IV	41.433	100%	50.484	7.231	50.484	-	7.231	-
Morro dos Ventos VI	62.312	100%	54.167	7.137	54.167	-	7.137	-
Morro dos Ventos IX	45.666	100%	67.116	6.402	67.116	-	6.402	-
Ninho da Águia	33.897	100%	43.931	1.979	43.931	44.731	1.979	2.391
Paíol	27.428	100%	29.222	(3.431)	29.222	38.550	(3.431)	6.539
PCH Participações	67.153.569	59%	684.410	28.722	403.802	423.300	16.946	20.016
Pedra Preta	14.594	95%	21.468	2.033	20.395	32.044	1.931	(14)
Renascer Centrais Elétricas	1.500	100%	584	(1)	584	-	(1)	-
Rio Claro	371	6%	735	-	44	-	-	-
Santa Luzia	89.288	100%	113.443	4.821	113.443	112.122	4.821	5.932
São Gonçalo	28.734	100%	39.016	4.753	39.016	36.509	4.753	2.215
SIIF Cinco	24.030	100%	33.437	8.883	33.437	31.977	8.883	8.858
SIIF Desenvolvimento	1.958	91%	576	(1.495)	523	-	(1.358)	-
SUL Centrais Elétricas	14.183	100%	14.861	258	14.861	18.727	258	(1.688)
WF I Holding	9.903	100%	333	9.257	333	-	9.257	-
WF Wind Holding V	1.504	100%	173	11	173	-	11	-
WF Wind Holding VII	1.327	100%	143	9	143	-	9	-
WF Wind Holding VIII	1.504	100%	144	9	144	-	9	-
Varginha - DESA	1	6%	333	-	20	-	-	-
Varginha	20.692	100%	29.460	1.708	29.460	31.854	1.708	1.250
Varzea Alegre	24.644	100%	30.265	126	30.265	31.316	126	993

## Movimentação dos investimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 - controladora:

	Saldo em 31/12/2012	Aumento / (Reduções) de capital	Amortização da capitalização de juros	Transferência de investimento	Incorporação	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos Pagos	Saldo em 31/12/2013
Alto Irani	37.826	-	-	-	-	14.825	(7.020)	45.631
Atlântica I	11.623	-	-	-	-	(6.140)	-	5.483
Atlântica II	11.509	-	-	-	-	(8.027)	-	3.482
Atlântica IV	11.347	-	-	-	-	(6.861)	-	4.486
Atlântica V	12.882	-	-	-	-	(6.371)	-	6.511
Baixa Verde	294	-	-	-	-	(18)	-	276
Bio Alvorada	26.653	33.440	-	-	-	(33.151)	-	26.942
Bio Buriti	147.217	-	-	-	-	5.187	(4.004)	148.400
Bio Coopcana	26.449	17.876	-	-	-	(20.862)	-	23.463
Bio Energia	44.810	-	-	-	-	(2.183)	-	42.627
Bio Formosa	122.822	345	-	-	-	(8.106)	-	115.061
Bio Ipe	29.495	-	(61)	-	-	3.181	(4.804)	27.811
Bio Pedra	194.613	-	(249)	-	-	22.460	(4.207)	212.617
Boa Vista 1	17	-	-	-	-	(5)	-	12
Boa Vista 2	2.607	-	-	-	-	(151)	-	2.456
Cachoeira Grande	7.529	-	-	-	-	41	-	7.570
Cajueiro	494	-	-	-	-	(15)	-	479
Campos dos Ventos I	14.237	(4.910)	-	-	-	(73)	-	9.254
Campos dos Ventos III	14.193	(5.096)	-	-	-	(293)	-	8.804
Campos dos Ventos IV	173	-	-	-	-	(50)	-	123
Campos dos Ventos V	14.589	(5.204)	-	-	-	31	-	9.416
Costa Branca	13.347	5.913	-	(18.880)	-	(380)	-	-
Costa das Dunas	858	-	-	-	-	(28)	-	830
Eólica Holding	13.881	2.783	-	71.875	-	(782)	-	87.757
Eurus V	159	-	-	-	-	(48)	-	111
Eurus VI	41.240	-	(23)	-	-	2.388	(1.624)	41.981
Farol de Touros	377	-	-	-	-	(39)	-	338
Figueira Branca	237	-	-	-	-	(124)	-	113
Gamelaire	1.195	-	-	-	-	(81)	-	1.114
Jantus	255.179	-	-	(255.179)	1.165	(1.165)	-	-
Juremas	13.083	3.041	-	(16.056)	-	(68)	-	-
Lacenas	44.170	-	-	-	-	9.976	-	54.146
Macacos	13.813	4.760	-	(18.198)	-	(375)	-	-
Navegantes	11	-	-	16	-	(27)	-	-
PCH Holding (**)	442.833	-	-	5.099	-	26.946	(27.302)	447.576
PCH Participações	280.220	28	-	-	-	13.910	-	294.158
Pedra Preta	13.516	5.292	-	(18.741)	-	(67)	-	-
Penedo	1.819	-	-	-	-	(11)	-	1.808
Plano Alto	25.761	-	-	-	-	10.813	(2.752)	33.822
Salto Góes	89.115	-	-	-	-	5.388	-	94.503
Santa Clara I	154.583	-	(238)	-	-	8.986	(9.307)	154.024
Santa Clara II	134.478	-	(215)	-	-	9.631	(10.490)	133.406
Santa Clara III	134.164	82	(185)	-	-	9.519	(9.874)	133.706
Santa Clara IV	138.341	-	(146)	-	-	9.953	(10.212)	137.934
Santa Clara V	138.305	-	(138)	-	-	9.925	(10.303)	137.789
Santa Clara VI	138.174	-	(110)	-	-	9.856	(10.177)	137.743
Santa Cruz	6.254	-	-	-	-	19	-	6.273
Santa Mônica	8.377	-	-	-	-	(32)	-	8.345
Santa Ursula	7.748	-	-	-	-	(41)	-	7.707
São Benedito	7.826	-	-	-	-	(19)	-	7.807
São Domingos	8.186	-	-	-	-	(246)	-	7.940
SIIF Energies	-	-	-	283.713	-	96.761	(70.752)	309.722
Solar	87	-	-	13	-	(100)	-	-
T-15	290.052	-	-	-	-	35.370	-	325.422
Tombo	934	-	-	-	-	(2)	-	932
Turbina 16	23	1	-	-	-	(4)	-	20
Turbina 17	23	-	-	-	-	(5)	-	18
Ventos de Santo Dimas	8.379	-	-	-	-	(27)	-	8.352
Ventos de São Martinho	8.196	-	-	-	-	(230)	-	7.966
<b>Subtotal do investimento</b>	<b>3.166.323</b>	<b>58.351</b>	<b>(1.365)</b>	<b>33.662</b>	<b>1.165</b>	<b>208.959</b>	<b>(182.828)</b>	<b>3.284.267</b>
PCH Holding 2 (*)	(9.896)	-	-	-	-	(13.485)	-	(23.381)
Navegantes (*)	-	-	-	(16)	-	-	-	(16)
SIIF Desenvolvimento (*)	-	-	-	(28.534)	-	(1.567)	-	(30.101)
Solar (*)	-	-	-	(13)	-	-	-	(13)
<b>Total do investimento</b>	<b>3.156.427</b>	<b>58.351</b>	<b>(1.365)</b>	<b>5.099</b>	<b>1.165</b>	<b>193.907</b>	<b>(182.828)</b>	<b>3.230.756</b>

(\*) Provisão para perda de investimento, valor reclassificado para o passivo não circulante.

(\*\*) Transferência para intangível de direito de exploração.

## CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

	Saldo em 31/12/2013	Aumento / (Reduções) de capital	Amortização de Capitalização de Juros	Transferência de Investimento	Reestruturação societária	Aquisição (nota explicativa 1.1 e 1.2)	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos recebidos	Dividendos a receber	Saldo em 31/12/2014
Alto Irani	45.631	-	-	-	-	-	9.854	(3.000)	(22.388)	30.097
Atlântica I	5.483	42.320	-	-	-	-	1.630	-	-	49.433
Atlântica II	3.482	48.539	-	-	-	-	(2.569)	-	-	49.452
Atlântica IV	4.486	55.865	-	-	-	-	(2.766)	-	-	57.585
Atlântica V	6.511	60.997	-	-	-	-	(772)	-	-	66.736
Baixa Verde	276	-	-	-	-	-	(35)	-	-	241
Bio Alvorada	26.942	97.106	-	-	-	-	(9.449)	-	-	114.599
Bio Buri	148.400	(8.200)	-	-	-	-	5.040	(6.799)	-	138.441
Bio Coopcana	23.463	59.861	-	-	-	-	(24.822)	-	-	58.502
Bio Energia	42.627	5.060	-	-	-	-	(18.448)	-	-	29.239
Bio Formosa	115.061	7.135	-	-	-	-	(30.481)	-	(3.793)	87.922
Bio Ipe	27.811	166	(61)	-	-	-	5.022	(3.454)	-	29.484
Bio Pedra	212.617	13.153	(249)	-	-	-	17.602	(30.167)	-	212.956
Boa Vista 1	12	-	-	-	(9)	-	(3)	-	-	-
Boa Vista 2	2.456	781	-	-	-	-	(278)	-	-	2.959
Cachoeira Grande	7.570	(1.000)	-	-	-	-	79	-	-	6.649
Cajueiro	479	-	-	-	-	-	(3)	-	-	476
Campos dos Ventos I	9.254	3.894	-	-	-	-	258	-	-	13.406
Campos dos Ventos III	8.804	4.604	-	-	-	-	95	-	-	13.503
Campos dos Ventos IV	123	-	-	-	-	-	1	-	(103)	21
Campos dos Ventos V	9.416	3.387	-	-	-	-	265	-	(268)	12.800
Costa das Dunas	830	-	-	-	-	-	(20)	-	-	810
Dobrevê Energia	-	-	-	-	-	637.306	689	-	-	637.995
Eólica Holding	87.757	38.788	-	-	-	-	7.664	-	-	134.209
Eurus V	111	-	-	-	-	-	1	-	(97)	15
Eurus VI	41.981	(3.471)	(23)	-	-	-	2.012	(2.727)	-	37.772
Farol de Touros	338	-	-	-	-	-	(40)	-	-	298
Figueira Branca	113	71	-	-	-	-	(42)	-	-	142
Ganaleira	1.114	-	-	-	-	-	(34)	-	-	1.080
Lacenas	54.146	3.099	-	-	-	-	19.975	(6.319)	(15.675)	55.226
PCH Holding	447.576	264	-	-	-	-	19.752	(30.439)	-	437.153
PCH Participações	294.158	(7.403)	-	-	-	-	11.776	(17.911)	-	280.620
Pedra Cheirosa I	-	11.250	-	-	119	-	134	-	-	11.503
Pedra Cheirosa II	-	10.303	-	-	200	-	125	-	-	10.628
Penedo	1.808	10	-	-	-	-	-	-	-	1.818
Plano Alto	33.822	-	-	-	-	-	7.083	(2.000)	(18.963)	19.942
Rosa dos Ventos	-	-	-	-	-	26.221	7.711	(1.949)	-	31.983
Salto Góes	94.503	-	-	-	-	-	1.388	(776)	(2.325)	92.790
Santa Clara I	154.024	(7.441)	(238)	-	-	-	9.609	(9.298)	-	146.656
Santa Clara II	133.406	-	(215)	-	-	-	9.672	(9.356)	-	133.507
Santa Clara III	133.706	-	(185)	-	-	-	11.666	(10.337)	-	134.850
Santa Clara IV	137.934	-	(146)	-	-	-	9.259	(9.469)	-	137.578
Santa Clara V	137.789	-	(138)	-	-	-	10.996	(10.471)	-	138.176
Santa Clara VI	137.743	-	(110)	-	-	-	8.218	(8.138)	-	137.713
Santa Cruz	6.273	(500)	-	-	-	-	33	-	-	5.806
Santa Mônica	8.345	5.975	-	-	-	-	214	-	-	14.534
Santa Ursula	7.707	5.548	-	-	-	-	212	-	-	13.467
São Benedito	7.807	5.975	-	-	-	-	229	-	-	14.011
São Domingos	7.940	5.409	-	-	-	-	182	-	-	13.531
SIIF Energies	309.722	309	-	-	(29.592)	-	81.355	(117.545)	(1.847)	242.402
SIIF Desenvolvimento	-	-	-	256	94	-	(297)	-	-	53
Solar	-	2.891	-	-	(13)	-	20	-	-	2.898
T-15	325.422	-	-	-	-	-	(18.884)	-	(33.602)	272.936
Tombo	932	5	-	-	-	-	-	-	-	937
Turbina 16	20	-	-	-	-	-	(2)	-	-	18
Turbina 17	18	-	-	-	-	-	(2)	-	-	16
Ventos de Santo Dimas	8.352	5.976	-	-	-	-	231	-	-	14.559
Ventos de São Martinho	7.966	3.276	-	-	-	-	178	-	-	11.420
Subtotal do investimento	3.284.267	474.002	(1.365)	256	(29.201)	663.527	151.283	(280.155)	(99.061)	4.163.553
Navegantes (*)	(16)	-	-	-	-	-	(22)	-	-	(38)
PCH Holding 2 (*)	(23.381)	208	-	-	-	-	(21.628)	-	-	(44.801)
Solar (*)	(13)	-	-	-	13	-	-	-	-	-
SIIF Desenvolvimento (*)	(30.101)	1.169	-	(256)	29.188	-	-	-	-	-
Total do investimento	3.230.756	475.379	(1.365)	-	-	663.527	129.633	(280.155)	(99.061)	4.118.714

(\*) Provisão para perda de investimento, valor reclassificado para o passivo não circulante

Direitos de exploração líquido dos efeitos fiscais

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a Companhia possuía saldo de direito de exploração das seguintes SPEs:

	Controladora			
	Saldo em 31/12/2012	Amortização	Ajuste de preço	Saldo em 31/12/2013
Aiuuoca	24.163	(1.804)	-	20.657
Alto Irani	107.493	(5.236)	-	102.257
Arvoredo	22.419	(1.384)	-	21.035
Atlântica I	308	-	-	308
Atlântica II	308	-	-	308
Atlântica IV	308	-	-	308
Atlântica V	308	-	-	308
Baixa Verde	3.200	-	-	3.200
Barra da Paciência	30.950	(1.404)	-	27.390
Boa Vista 2	48.873	-	-	48.873
Cachoeira Grande	1.752	-	-	1.752
Cajueiro	4.890	-	-	4.890
Campos dos Ventos I	3.227	-	-	3.227
Campos dos Ventos II	5.578	-	-	5.578
Campos dos Ventos III	3.227	-	-	3.227
Campos dos Ventos IV	3.227	-	-	3.227
Campos dos Ventos V	3.227	-	-	3.227
Cocais Grande	17.245	(1.064)	-	16.181
Corrente Grande	19.125	(890)	-	16.994
Costa Branca	32.311	-	-	32.311
Costa das Dunas	1.851	-	-	1.851
Eólica Formosa	142.323	(7.065)	-	135.258
Eólica Icaraízinho	219.468	(11.252)	-	208.216
Eólica Paracuru	145.056	(7.168)	-	137.888
Eurus V	3.227	-	-	3.227
Eurus VI	1.289	(43)	-	1.246
Farol de Touros	2.144	-	-	2.144
Figueira Branca	1.608	-	-	1.608
Gemeleira	2.144	-	-	2.144
Juremas	25.551	-	-	25.551
Lacenas	11.706	(599)	(1.313)	9.794
Macacos	33.471	-	-	33.471
Ninho da Águia	17.245	(1.064)	-	16.181
Paíol	34.490	(2.128)	-	32.362
Pedra Preta	33.475	-	-	33.475
Penedo	24.210	-	-	24.210
Plano Alto	80.031	(3.952)	-	76.079
Salto Góes	36.591	(1.323)	-	35.268
Santa Clara I	5.144	(168)	-	4.976
Santa Clara II	5.144	(168)	-	4.976
Santa Clara III	5.144	(168)	-	4.976
Santa Clara IV	5.144	(168)	-	4.976
Santa Clara V	5.144	(168)	-	4.976
Santa Clara VI	5.144	(168)	-	4.976
Santa Cruz	850	-	-	850
Santa Mônica	5.963	-	-	5.963
Santa Ursula	5.963	-	-	5.963
São Benedito	5.963	-	-	5.963
São Domingos	5.963	-	-	5.963
São Gonçalo	18.969	(1.168)	-	17.801
SIIF Cinco	86.183	(4.264)	-	81.919
SIIF Desenvolvimento	48.726	(3.508)	-	45.218
Tombo	17.493	-	-	17.493
Varginha	15.520	(964)	-	14.556
Varzea Alegre	12.935	(805)	-	12.130
Ventos de Santo Dimas	5.963	-	-	5.963
Ventos de São Martinho	5.963	-	-	5.963
Total do direito de exploração, líquido impostos diferidos	1.415.337	(58.093)	(1.313)	1.350.832

	Controladora					Saldo em 31/12/2014
	Saldo em 31/12/2013	Adição	Baixa	Amortização	Transferência	
Aiuruoca	20.657	-	-	3.742	(2.000)	22.399
Alto Irani	102.257	-	-	(6.195)	(3.243)	92.819
Arvoredo	21.035	-	-	(1.209)	(1.265)	18.561
Atlântica I	308	-	-	(8)	-	300
Atlântica II	308	-	-	(8)	-	300
Atlântica IV	308	-	-	(8)	-	300
Atlântica V	308	-	-	(8)	-	300
Baixa Verde	3.200	-	-	-	1.661	4.861
Barra da Paciência	27.390	-	-	(2.138)	(539)	24.713
Boa Vista 2	48.873	-	-	-	-	48.873
Cachoeira Grande	1.752	-	-	-	(1)	1.751
Cajueiro	4.890	-	-	-	1.710	6.600
Campos dos Ventos I	3.227	-	-	-	(415)	2.812
Campos dos Ventos II	5.578	-	-	(228)	-	5.350
Campos dos Ventos III	3.227	-	-	-	(415)	2.812
Campos dos Ventos IV	3.227	-	-	-	(415)	2.812
Campos dos Ventos V	3.227	-	-	-	(415)	2.812
Cocais Grande	16.181	-	-	(930)	(973)	14.278
Corrente Grande	16.994	-	-	(1.301)	(363)	15.330
Costa Branca	32.311	-	-	(714)	841	32.438
Costa das Dunas	1.851	-	-	-	(49)	1.802
Dobrevê Energia S.A.	-	462.938	-	(4.242)	-	458.696
Eólica Formosa	135.258	-	-	(7.305)	1.936	129.889
Eólica Icarazinho	208.216	-	-	(11.246)	3.010	199.980
Eólica Paracuru	137.888	-	-	(7.447)	1.192	131.633
Eurus V	3.227	-	-	-	-	3.227
Eurus VI	1.246	-	-	(36)	(417)	793
Farol de Touros	2.144	-	-	-	138	2.282
Figueira Branca	1.608	-	-	-	-	1.608
Gameleira	2.144	-	-	-	-	2.144
Juremas	25.551	-	-	(590)	693	25.654
Lacenas	9.794	-	-	(533)	155	9.416
Macacos	33.471	-	-	(772)	908	33.607
Ninho da Águia	16.181	-	-	(930)	(973)	14.278
Paio	32.362	-	-	(1.860)	(1.947)	28.555
Pedra Cheirosa I	23.799	-	(171)	1.625	342	25.594
Pedra Cheirosa II	21.419	-	(154)	1.463	307	23.036
Pedra Preta	33.475	-	-	(771)	908	33.612
Penedo	24.210	-	-	-	-	24.210
Plano Alto	76.079	-	-	(4.220)	136	71.995
Rosa dos Ventos	-	44.709	-	(2.032)	-	42.677
Salto Goes	35.268	-	-	(1.573)	169	33.864
Santa Clara I	4.976	-	-	(142)	-	4.834
Santa Clara II	4.976	-	-	(142)	-	4.834
Santa Clara III	4.976	-	-	(142)	-	4.834
Santa Clara IV	4.976	-	-	(142)	-	4.834
Santa Clara V	4.976	-	-	(142)	1	4.835
Santa Clara VI	4.976	-	-	(142)	-	4.834
Santa Cruz	850	-	-	-	-	850
Santa Mônica	5.963	-	-	-	-	5.963
Santa Ursula	5.963	-	-	-	-	5.963
São Benedito	5.963	-	-	-	-	5.963
São Domingos	5.963	-	-	-	-	5.963
São Gonçalo	17.801	-	-	(1.023)	(1.071)	15.707
SIIF Cinco	81.919	-	-	(4.424)	2.000	79.495
Tombo	17.493	-	-	-	-	17.493
Varginha	14.556	-	-	(837)	(876)	12.843
Várzea Alegre	12.130	-	-	(698)	(730)	10.702
Ventos de Santo Dinis	5.963	-	-	-	-	5.963
Ventos de São Martinho	5.963	-	-	-	-	5.963
Total do direito de exploração, líquido impostos diferidos	1.350.832	507.647	(325)	(57.308)	-	1.800.846

O direito de exploração será amortizado pelo prazo remanescente das respectivas autorizações/concessões, a partir da entrada em operação dos empreendimentos.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia não identificou nenhum evento que pudesse gerar a necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável dos investimentos.

### Incorporações

#### a) Jantus

Em 26 de março de 2013, os acionistas da Companhia aprovaram, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação da sua subsidiária integral Jantus S.L., nos termos do Protocolo de Incorporação e Justificação e do Laudo de Avaliação relacionado à Incorporação, também aprovados na referida data, mediante prévia recomendação do Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada no dia 29 de novembro de 2012.

Conforme decisão da CVM, prevista no OFÍCIO/CVM/SEP/GEA-1/nº 725/12, a Companhia foi dispensada, com base na Deliberação nº 559, de 18 de novembro de 2008, emitida pela CVM, de atender aos requisitos dispostos no artigo 264 da Lei das S.A. e na Instrução CVM nº 319/99.

A Jantus S.L detinha, direta ou indiretamente, 100% do capital social da SIIF Énergies do Brasil Ltda. e da SIIF Desenvolvimento de Projetos de Energia Eólica Ltda., as quais passaram, após a incorporação, a ser controladas diretas da Companhia. Como resultado da incorporação, a Jantus foi extinta, e a totalidade das ações representativas de seu capital social detida pela Companhia foi cancelada, mantendo-se inalterado o capital social da Companhia após a incorporação.

#### b) SPE Boa Vista 1

Em 15 de outubro de 2014, os acionistas aprovaram, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação da SPE Boa Vista 1 Energia S.A. (“Boa Vista 1”) pela sua acionista minoritária PCH Holding S.A., nos termos do Protocolo de Incorporação e Justificação e do Laudo de Avaliação, também aprovados na referida data. Como resultado da incorporação, a SPE Boa Vista 1 foi extinta, e o capital social da PCH Holding aumentou em R\$11, mediante a emissão de 10.767 novas ações ordinárias. Tendo em vista que a Companhia era a controladora da Boa Vista 1, as novas ações foram emitidas em nome da CPFL Renováveis em substituição as ações que possuía no capital social da incorporada.

### Transferência de contratos societários

Reestruturação de empresas sobre controle comum, portanto, realizadas pelo valor de livros.

- a) Em 18 de outubro de 2013, a CPFL Renováveis conferiu o controle societário das controladas SPE Pedra Preta Energia S.A., SPE Juremas Energia S.A., SPE Macacos Energia S.A. e SPE Costa Branca Energia S.A. para a Eólica Holding S.A., controlada direta da CPFL Renováveis, com o objetivo de viabilizar a contratação de financiamento para os respectivos projetos com o BNDES.
- b) Em 28 de fevereiro de 2014, a CPFL Renováveis e a SIIF Énergies do Brasil Ltda. (“SIIF Énergies”) efetuaram aumento de capital na SIIF Desenvolvimento de Projetos de Energia Eólica Ltda. (“SIIF Desenvolvimento”), nos montantes de R\$1.169 e R\$469, respectivamente, utilizando o saldo de adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC. Com esse aumento, a CPFL Renováveis, antes detentora de 99,99% do capital social da SIIF Desenvolvimento, passou a ter 86,93% do capital social e a SIIF Énergies passou a ter a participação de 13,07%. Após essa operação, a SIIF Énergies, efetuou um novo aumento de

capital na SIIF Desenvolvimento, no montante de R\$30.533, referente aos saldos em aberto de mútuo a receber e compartilhamento de despesas a receber. Com esse aumento a SIIF Énergies passou a ser controladora da SIIF Desenvolvimento, detendo a participação de 90,84% do capital social e a CPFL Renováveis passou a deter a participação de 9,16% do capital social da SIIF Desenvolvimento. Considerando que a CPFL Renováveis é controladora da SIIF Énergies, com participação de 99,99% do capital social, a mesma passou a ser controladora indireta da SIIF Desenvolvimento.

#### Adiantamentos para futuros aumentos de capital - (a)

	Controladora	
	Ativo	
	31/12/2014	31/12/2013
Alto Irani	1.541	1.541
Atlântica I	-	5.194
Atlântica II	87	1.753
Atlântica IV	1.875	9.172
Atlântica V	4.918	19.780
Bio Alvorada	-	8.524
Bio Coopcana	6.664	10.970
Boa Vista 2	25	591
Campos dos Ventos I	28	432
Campos dos Ventos III	86	447
Campos dos Ventos V	-	318
CPFL Bioenergia	50	3.499
Eólica Holding	25	91.232
Figueira Branca	-	32
Navegantes	45	20
PCH Holding 2	3.019	143
PCH Participações	-	34
Penedo	-	10
São Domingos	338	-
São Martinho	385	-
Lacenas	-	5.098
T-15	103.209	10
Tombo	-	5
Solar I	-	2.891
SIIF Desenvolvimento	995	1.097
SIIF Enegies	-	10.000
Turbina 17	-	1
Bitupitá I	-	3
Bitupitá III	-	2
Curra Velho I	-	11
Curra Velho II	-	14
Curra Velho IV	-	9
	<u>123.290</u>	<u>172.833</u>

- (a) Saldos referentes a aportes de capital a título de adiantamentos para futuros aumentos de capital em suas controladas. A Companhia pretende integralizá-los até 31 de março de 2015.

#### Dividendos a receber

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía saldo de dividendos declarados a receber das seguintes SPEs:

	Controladora	
	Ativo	
	31/12/2014	31/12/2013
Alto Irani	22.388	-
Bio Formosa	3.793	-
Campos dos Ventos IV	103	-
Campos dos Ventos V	268	-
Eurus V	97	-
Lacenas	15.675	-
Plano Alto	18.963	-
Salto Góes	2.325	-
SIIF Energies	1.847	-
T-15	33.602	-
	<u>99.061</u>	<u>-</u>

## 12. IMOBILIZADO

	Controladora					
	Terrenos	Edificações, obras civis e benfeitoria	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso
Saldos em 31/12/2012	3.446	776	5.219	460	816	1.733
Custo histórico	3.446	871	5.845	573	1.139	1.733
Depreciação acumulada	-	(95)	(626)	(113)	(323)	-
Adições	-	-	-	-	-	1.172
Baixas	-	-	-	(165)	-	-
Transferências	367	730	499	179	229	(2.684)
Depreciação	-	(53)	(425)	(78)	(80)	-
Baixa da depreciação	-	-	-	40	-	-
Transferência - Depreciação	-	45	345	39	251	-
Saldos em 31/12/2013	3.813	1.498	5.638	475	1.216	221
Custo histórico	3.813	1.601	6.344	587	1.368	221
Depreciação acumulada	-	(103)	(706)	(112)	(152)	-
Taxa média de depreciação %	-	3 a 4	5 a 6	17 a 18	7 a 8	-

	Controladora					
	Terrenos	Edificações, obras civis e benfeitoria	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso
Saldos em 31/12/2013	3.813	1.498	5.638	475	1.216	221
Custo histórico	3.813	1.601	6.344	587	1.368	221
Depreciação acumulada	-	(103)	(706)	(112)	(152)	-
Adições	-	-	-	-	-	2.714
Baixas	-	-	(371)	(180)	(11)	-
Transferências	-	1.305	594	-	158	(2.057)
Depreciação	-	(360)	(565)	(82)	(101)	-
Baixa da depreciação	-	-	175	75	10	-
Saldos em 31/12/2014	3.813	2.443	5.471	288	1.272	878
Custo histórico	3.813	2.906	6.567	407	1.515	878
Depreciação acumulada	-	(463)	(1.096)	(119)	(243)	-
Taxa média de depreciação - %	-	3 a 4	5 a 6	17 a 18	7 a 8	-



Consolidado							
	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitoria	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Total
Saldos em 31/12/2012	77.043	715.263	480.581	2.770.915	976	4.271	4.634.346
Custo histórico	79.961	895.702	587.782	3.197.193	1.161	6.033	5.353.129
Depreciação acumulada	(2.918)	(180.439)	(107.201)	(426.278)	(185)	(1.762)	(718.783)
Adições	-	-	-	-	-	2	874.334
Baixas	-	-	-	(1.071)	(190)	-	(1.261)
Transferências	5.489	(90.188)	200.826	445.726	270	(119)	(562.004)
Transferências - Outros Ativos	-	820	(147.743)	163.539	14	69	24.516
Reversão de custo socioambiental e desmobilização	-	-	(17.747)	-	-	-	(17.747)
Depreciação	(3.123)	(28.222)	(35.631)	(148.030)	(318)	(685)	(216.009)
Baixa da depreciação	-	-	-	103	42	-	145
Transferência - Depreciação	-	(581)	37.858	(35.568)	-	378	2.087
Saldos em 31/12/2013	79.409	597.092	518.144	3.195.614	794	3.916	5.300.413
Custo histórico	85.450	806.334	623.118	3.805.387	1.255	5.985	6.232.973
Depreciação acumulada	(6.041)	(209.242)	(104.974)	(609.773)	(461)	(2.069)	(932.560)
Taxa média de depreciação %	3 a 4	3 a 4	3 a 4	5 a 6	17 a 18	7 a 8	-

(\*) O valor de R\$ 26.603 é referente a R\$ 11.353 de transferência do ativo intangível e R\$ 15.250 a transferência de impostos a recuperar

Consolidado							
	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitoria	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Total
Saldo em 31/12/2013	79.409	597.092	518.144	3.195.614	794	3.916	5.300.413
Custo histórico	85.450	806.334	623.118	3.805.387	1.255	5.985	6.232.973
Depreciação acumulada	(6.041)	(209.242)	(104.974)	(609.773)	(461)	(2.069)	(932.560)
Adições	-	-	-	-	-	-	241.911
Adição de custo sócioambiental e desmobilização	-	-	9.193	-	-	-	9.193
Aquisição Rosa dos Ventos/DESA (nota nº1)	48.644	180.642	70.343	715.585	93	241	1.345.578
Baixas (**)	(1.772)	-	(12.723)	(14.422)	(180)	(11)	(98.933)
Transferências	500	(3.768)	159.978	1.001.427	3	503	(1.141.647)
Transferência depreciação	-	94	(3.692)	(13.399)	(1)	2	(16.996)
Transferências - outros ativos (*)	(24)	162	(7.468)	(5.381)	-	(3)	(16.402)
Depreciação	(3.161)	(31.803)	(29.274)	(233.157)	(173)	(595)	(298.163)
Baixa da Depreciação	-	-	-	142	75	12	229
Saldo em 31/12/2014	123.596	742.419	704.501	4.646.409	611	4.065	6.483.826
Custo histórico	132.798	983.370	842.441	5.502.596	1.171	6.715	7.731.316
Depreciação acumulada	(9.202)	(240.951)	(137.940)	(856.187)	(560)	(2.650)	(1.247.490)
Taxa média de depreciação %	3 a 4	3 a 4	3 a 4	5 a 6	17 a 18	7 a 8	-

(\*) O valor de R\$16.402 refere-se a transferência do imobilizado para intangível.

(\*\*) O valor de R\$98.933 refere-se, substancialmente, a baixa de imobilizado, sendo que R\$5.020 refere-se a investimento na planta do consorciado da controlada Bio Formosa que será reembolsado pelo valor de custo; R\$23.424 refere-se a construção de linha de transmissão da controlada Bio Alvorada a ser reembolsada pelo valor de custo pela distribuidora de energia responsável pela distribuição na região da controlada; e R\$67.342 refere-se a devolução em caixa de adiantamento de fornecedores, pela rescisão de contrato com fornecedor de equipamentos.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía saldo de imobilizado em curso das seguintes SPEs:

Imobilizado em curso	Saldo líquido		Data prevista de entrada em operação (**)
	31/12/2014	31/12/2013	
Aiuruoca	13.753	14.295	(*)
Alto Irani	261	87	Em operação
Arvoredo	387	2.827	Em operação
Atlântica I	-	81.907	Em operação
Atlântica II	-	77.221	Em operação
Atlântica IV	-	102.328	Em operação
Atlântica V	-	201.770	Em operação
Baixa Verde	142	142	(*)
Bio Buriti	3.777	25	Em operação
Bio Formosa	4.570	8.363	Em operação
Bio Pedra	1.435	2.119	Em operação
Bioenergia	1.795	1.501	Em operação
Bitupitá I	-	222	(*)
Bitupitá II	-	221	(*)
Bitupitá III	-	221	(*)
Boa Vista 2	1.606	1.606	(*)
Cachoeira Grande	6.513	6.517	(*)
Cajueiro	115	115	(*)
Campo dos Ventos I	6.435	7.642	1T16
Campo dos Ventos III	7.473	7.852	1T16
Campo dos Ventos V	6.197	7.384	1T16
Campos dos Ventos II	524	1.767	Em operação
Cherobim	1.747	-	(*)
Chimay	2.411	4.136	Em operação
Costa Branca	-	118.638	Em operação
Costa das Dunas	331	331	(*)
CPFL Renováveis	878	220	Em operação
Curral Velho I	-	185	(*)
Curral Velho II	-	185	(*)
Curral Velho IV	-	183	(*)
Farol de Touros	173	173	(*)
Figueira Branca	94	94	(*)
Gameleira	551	551	(*)
Jayaditya	253	3.265	Em operação
Juremas	-	46.005	Em operação
Lacenas	86	7.683	Em operação
Macacos	-	60.504	Em operação
Mata Velha	77.635	-	1T16
Mohini	627	2.521	Em operação
Morro dos Ventos I	4.189	-	Em operação
Morro dos Ventos II	51.222	-	1T16
Pedra Cheirosa I	4.668	4.544	1T18
Pedra Cheirosa II	4.109	4.109	1T18
Pedra Preta	-	58.264	Em operação
Penedo	985	985	(*)
Rosa dos Ventos	349	-	Em operação
Salto Góes	363	-	Em operação
Santa Clara I	734	9.951	Em operação
Santa Cruz	5.699	5.692	(*)
Santa Mônica	6.093	7.644	3T16
Santa Ursula	5.560	6.979	3T16
Santo Dimas	6.079	7.654	3T16
São Benedito	5.960	7.026	3T16
São Domingos	6.757	7.640	3T16
São Martinho	4.991	7.621	3T16
Sul Centrais	1.783	1.601	Em operação
Tombo	933	933	(*)
Varginha	227	773	Em operação
Outros projetos	11.755	3.222	
Total	262.225	905.444	

(\*) Empreendimento em fase de preparação

(\*\*) Informação não auditada pelos auditores independentes

- (a) Do montante de R\$262.225 referente a imobilizado em curso, R\$24.649 referem-se, basicamente, a melhorias nos ativos em operação, visando a otimização da geração de energia.

As autorizações das PCHs e dos parques eólicos poderão ser renovadas no final dos seus respectivos prazos, a critério do Poder Concedente. As concessões de PCHs, caso não sejam renovadas, deverão ser devolvidas ao Poder Concedente no final de seus respectivos prazos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia não identificou nenhum evento que pudesse gerar a necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável dos seus ativos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foi registrada despesa de depreciação no montante de R\$298.163 (consolidado), sendo que R\$296.223 classificada no grupo “Custos de geração de energia elétrica” na rubrica “Depreciação e amortização”, R\$1.940 no grupo “Despesas gerais e administrativas” na rubrica “Depreciação e amortização”.

Em 31 de dezembro de 2014, o valor total de imobilizado dado em garantia às instituições financeiras é de R\$3.625.028, referente a contratos de empréstimos e financiamentos celebrados na modalidade FINAME (nota explicativa nº 15).

#### Início de operação

##### a) Bio Coopcana

Mediante autorização concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em seu Despacho nº 2.988/13 e conforme resolução nº 3.328/12, em 28 de agosto de 2013, entrou em operação a Usina Termelétrica Movida à Biomassa Coopcana (“UTE Coopcana”), localizada no Município São Carlos do Ivaí, Estado do Paraná.

A UTE Coopcana, com potência instalada de 50 MW, teve sua energia vendida no Mercado Livre com o prazo de fornecimento de 21 anos e 18 MW médios de energia contratada.

##### b) Campo dos Ventos II

A ANEEL publicou, em 3 de outubro de 2013, o Despacho nº 3.333, que considera o Parque Eólico Campo dos Ventos II com 30 MW de capacidade instalada, localizado no município de João Câmara no Rio Grande do Norte, contratado no Leilão de Energia de Reserva (LER) 2010, apto para entrada em operação a partir do dia 27 de setembro de 2013.

Em virtude das linhas de transmissão para conexão à Rede Básica não terem sido concluídas até a data de entrada em operação comercial, esses empreendimentos estavam impossibilitados de gerar e transmitir energia elétrica temporariamente. Diante desse fato excepcional, a ANEEL emitiu o Despacho nº 3333 para solucionar a questão do fluxo de caixa desse negócio. Assim sendo, e conforme o Despacho, a Campo dos Ventos fez jus ao recebimento da respectiva receita fixa de acordo com a Subcláusula 5.12 do Contrato de Energia de Reserva - CER, as obrigações de pagamento referentes aos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST ficaram mantidas.

Mediante autorização concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio do Despacho nº 4.706/14, entrou em operação comercial 30 MW, a partir de 5 de dezembro de 2014, correspondente ao parque eólico Campo dos Ventos II, quando a energia produzida por essa usina passou a estar disponível ao sistema, em sua totalidade.

c) Bio Alvorada

Mediante autorização concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em seu Despacho nº 3.769/13 e conforme resolução nº 3.714/13, em 9 de novembro de 2013, entrou em operação a Usina Termelétrica Movida à Biomassa Alvorada (“UTE Alvorada”), localizada no Município de Araporã, Estado de Minas Gerais.

A UTE Alvorada, com potência instalada de 50 MW, teve sua energia vendida no Mercado Livre com o prazo de fornecimento de 20 anos e 18 MW médios de energia contratada.

d) Complexo Eólico Atlânticas

Mediante autorização concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em seu Despacho nº 681/14, em 22 de março de 2014, entrou em operação comercial o Parque Eólico Atlântica IV S.A., que completa o último parque do Complexo Eólico Atlânticas em operação comercial.

O Complexo Eólico Atlântica é composto pelas companhias Atlântica I Parque Eólico S.A., Atlântica II Parque Eólico S.A., Atlântica IV Parque Eólico S.A., e Atlântica V Parque Eólico S.A., localizado no município de Palmares do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul, possui capacidade instalada de 120 MW. Desde novembro de 2013 até abril de 2014 as companhias do Complexo Eólico Atlântica entraram em operação gradualmente.

e) Complexo Santa Clara

Em 1º de julho de 2012, os empreendimentos integrantes do Complexo Santa Clara receberam a certificação de que se encontrava em condições de entrar em operação comercial a partir de 1 de julho de 2012, sendo vendedores no 2º Leilão para contratação de Energia de Reserva, realizado em 2009, conforme o Edital de Leilão nº 003/2 009-ANEEL.

Em virtude das linhas de transmissão para conexão à Rede Básica não terem sido concluídas até a data de entrada em operação comercial, esses empreendimentos estavam impossibilitados de gerar e transmitir energia elétrica temporariamente. Diante desse fato excepcional, a ANEEL emitiu o Despacho nº 2.117, em 26 de junho de 2012, para solucionar a questão do fluxo de caixa desse negócio, o qual foi ratificado em 1º de outubro de 2012. De acordo com esse Despacho, a Santa Clara fez jus ao recebimento da respectiva receita fixa de acordo com a Subcláusula 5.12 do Contrato de Energia de Reserva - CER e as obrigações de pagamento referentes aos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST ficaram mantidas. Os empreendimentos do Complexo Santa Clara passaram a ter suas receitas reconhecidas a partir de julho de 2012.

Mediante autorização concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio dos Despachos nº 792/14 e nº 899/14, entraram em operação comercial 118 MW, a partir de 29 de março de 2014 e 70 MW, a partir de 3 de abril de 2014, respectivamente, os parques eólicos Santa Clara I, Santa Clara II, Santa Clara III, Santa Clara IV, Santa Clara V, Santa Clara VI e Eurus IV (“Complexo Santa Clara”), quando a energia produzida por essas usinas passou a estar disponível ao sistema, em sua totalidade.

## f) Complexo Macacos

Conforme Despacho nº 3.796/13, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, em 12 de novembro de 2013, estabeleceu-se a data de 1º de abril de 2014 para início da operação comercial das Centrais Geradoras Eólicas - EOLs Juremas, Macacos, Pedra Preta e Costa Branca (Complexo Macacos) e alterou-se, de 1º de novembro de 2013 para 1º de abril de 2014, o início do período de suprimento dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs atrelados às usinas mencionadas, mantido o prazo de suprimento de 20 anos.

O Despacho nº 1.642/14, emitido pela ANEEL, em 3 de junho de 2014, postergou o início da entrada em operação e do período de suprimento dos CCEARs atrelados ao Complexo Macacos, de 1º de abril de 2014 para 1º de maio de 2014.

Mediante liberação concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em seus Despachos nº 1.550/14, nº 1.614/14, nº 1.895/14 e nº 1.896/14, emitidos em 16 e 22 de maio de 2014 e 18 de junho de 2014, respectivamente, estão aptos a entrada em operação comercial todas as unidades geradoras do Complexo Macacos, a partir de 1º de maio de 2014.

Em virtude das linhas de transmissão para conexão à Rede Básica não terem sido concluídas até a data de entrada em operação comercial, esses empreendimentos estavam impossibilitados de gerar e transmitir energia elétrica temporariamente. Entretanto, o Complexo Macacos fez jus ao recebimento da respectiva receita fixa de acordo com a Subcláusula 5.12 dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, e as obrigações de pagamento referentes aos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST ficaram mantidas.

Mediante autorização concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio dos Despachos nº 4.656/14, nº 4.706/14 e nº 4.766/14, entraram em operação comercial 41,4 MW, a partir de 3 de dezembro de 2014, 16,1 MW, a partir de 4 de dezembro de 2014 e 20,7 MW, a partir de 11 de dezembro de 2014, respectivamente, os parques eólicos Costa Branca, Pedra Preta, Juremas e Macacos ("Complexo Macacos I"), quando a energia produzida por essas usinas passou a estar disponível ao sistema, em sua totalidade.

## g) Complexo DESA Eurus

Conforme Despachos nº 1.817/13 e nº 1.818/13, emitidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, em 13 de junho de 2014, estabeleceu-se a data de 1º de janeiro de 2014 para início da operação comercial da EOL Eurus I e EOL Eurus III ("Complexo DESA Eurus"), localizadas no município de João Câmara, estado do Rio Grande do Norte, de titularidade da empresa DESA Eurus I S.A. e DESA Eurus III S.A.

Em virtude das linhas de transmissão para conexão à Rede Básica não terem sido concluídas até a data de entrada em operação comercial, esses empreendimentos estavam impossibilitados de gerar e transmitir energia elétrica temporariamente. Entretanto, o Complexo DESA Eurus fez jus ao recebimento da respectiva receita fixa de acordo com a Subcláusula 5.12 dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, e as obrigações de pagamento referentes aos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST ficaram mantidas.

Mediante autorização concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio do Despacho nº 4.656/14, entraram em operação comercial 60 MW, a partir de 3 de dezembro de 2014, os parques eólicos Eurus I e Eurus III, quando a energia produzida por essas usinas passou a estar disponível ao sistema, em sua totalidade.

### 13. INTANGÍVEL

A composição e movimentação do saldo do intangível é como segue:

	Controladora
	Outros ativos intangíveis
Saldo em 31/12/2012	9.017
Custo histórico	10.159
Amortização acumulada	(1.142)
Adições	656
Amortização	(1.990)
Baixa	(208)
Saldo em 31/12/2013	7.475
Custo histórico	10.607
Amortização acumulada	(3.132)
Taxa média anual de amortização - %	20
	Controladora
	Outros ativos intangíveis
Saldo em 31/12/2013	7.475
Custo histórico	10.607
Amortização acumulada	(3.132)
Adições	2.631
Amortização	(2.134)
Baixa	(25)
Saldo em 31/12/2014	7.947
Custo histórico	13.213
Amortização acumulada	(5.266)
Taxa média anual de amortização - %	20

	Consolidado		
	Adquirido em combinações de negócios	Outros ativos intangíveis	Total
Saldos em 31/12/2012	2.981.122	41.121	3.022.243
Custo histórico	3.139.298	45.713	3.185.011
Amortização acumulada	(158.176)	(4.592)	(162.768)
Adições	-	1.696	1.696
Amortização	(128.277)	(4.069)	(132.346)
Baixa	(1.988)	(626)	(2.614)
Transferência (*)	-	(9.217)	(9.217)
Transferência - Depreciação (*)	-	(2.136)	(2.136)
Saldos em 31/12/2013	2.850.857	26.769	2.877.626
Custo histórico	3.137.310	37.566	3.174.876
Amortização acumulada	(286.453)	(10.797)	(297.250)
Taxa média anual de amortização - %	3 a 4	9 a 10	

(\*) O valor de R\$ 11.353 refere-se a transferência do ativo imobilizado

	Consolidado		
	Adquirido em combinações de negócios	Outros ativos intangíveis	Total
Saldos em 31/12/2013	2.850.857	26.769	2.877.626
Custo histórico	3.137.310	37.566	3.174.876
Amortização acumulada	(286.453)	(10.797)	(297.250)
Aquisição Rosa dos Ventos/DESA (nota nº1)	852.201	7.937	860.138
Adições	3.798	2.630	6.428
Amortização	(128.530)	(5.541)	(134.071)
Baixa	-	(39)	(39)
Transferência	-	1.066	1.066
Transferência depreciação	-	(1.066)	(1.066)
Transferência - outros ativos (*)	-	16.402	16.402
Saldos em 31/12/2014	3.578.326	48.158	3.626.484
Custo histórico	3.993.309	65.562	4.058.871
Amortização acumulada	(414.983)	(17.404)	(432.387)
Taxa média anual de amortização - %	3 a 4	9 a 10	

(\*) O valor de R\$ 16.402 é referente a transferências entre imobilizado e intangível

A Companhia possuía saldos de direito de exploração das seguintes SPEs:

Em 2013:

	Consolidado		
	Saldo em 31/12/2012	Baixa	Saldo em 31/12/2013
Aiuruoca	49.394	-	46.560
Alto Irani	159.784	-	151.822
Arvoredo	35.674	-	33.620
Atlântica I	468	-	468
Atlântica II	468	-	468
Atlântica IV	469	-	469
Atlântica V	468	-	468
Baixa Verde	5.057	-	5.057
Barra da Paciência	63.114	-	59.488
Boa Vista II	74.049	-	74.049
Bons Ventos	738.085	-	702.232
Cachoeira Grande	2.654	-	2.654
Cajueiro	7.899	-	7.899
Campos dos Ventos I	3.227	-	3.227
Campos dos Ventos II	5.576	-	5.576
Campos dos Ventos III	3.227	-	3.227
Campos dos Ventos IV	3.227	-	3.227
Campos dos Ventos V	3.227	-	3.227
Cocais Grande	27.441	-	25.867
Corrente Grande	38.418	-	36.208
Costa Branca	49.482	-	49.482
Costas das Dunas	5.278	-	5.278
Eurus V	3.225	-	3.225
Eurus VI	1.290	-	1.248
Farol de Touros	4.060	-	4.060
Figueira Branca	2.436	-	2.436
Siif Cinco	131.598	-	124.818
Gameleira	3.248	-	3.248
Eólica Icaraizinho	332.431	-	315.319
Juremas	40.751	-	40.751
Lacenas	17.692	(1.988)	14.753
Macacos	53.384	-	53.384
Ninho da Águia	27.441	-	25.866
Paio	54.882	-	51.723
Eólica Paracuru	220.931	-	209.555
PCH Holding 2	85.360	-	82.547
Pedra Preta	53.390	-	53.390
Penedo	36.682	-	36.682
Plano Alto	118.765	-	112.741
Eólica Formosa	216.874	-	205.714
Salto Goes	55.442	-	53.440
Santa Clara I	5.145	-	4.976
Santa Clara II	5.145	-	4.976
Santa Clara III	5.145	-	4.976
Santa Clara IV	5.145	-	4.976
Santa Clara V	5.145	-	4.977
Santa Clara VI	5.145	-	4.976
Santa Cruz	1.288	-	1.288
Santa Mônica	5.963	-	5.963
Santa Ursula	5.963	-	5.963
São Benedito	5.963	-	5.963
São Domingos	5.963	-	5.963
São Gonçalo	30.185	-	28.454
Siif Desenvolvimento	74.651	-	70.811
Tombo	26.505	-	26.505
Varginha	24.696	-	23.277
Várzea Alegre	20.581	-	19.414
Ventos de Santo Dimas	5.963	-	5.963
Ventos de São Martinho	5.963	-	5.963
Direito de autorização	2.981.122	(1.988)	2.850.857



Em 2014:

Consolidado					
	Saldo em 31/12/2013	Adição	Amortização	Transferência	Saldo em 31/12/2014
Aiuruoca	46.560	-	5.670	-	52.230
Alto Irani	151.822	-	(8.507)	(4.437)	138.878
Arvoredo	33.620	-	(2.298)	(1.265)	30.057
Atlântica I	468	-	(12)	-	456
Atlântica II	468	-	(12)	-	456
Atlântica IV	469	-	(12)	-	457
Atlântica V	468	-	(12)	-	456
Baixa Verde	5.057	41	-	2.661	7.759
Barra da Paciência	59.488	-	(4.066)	(2.239)	53.183
Boa Vista 2	74.049	-	-	-	74.049
Bons Ventos	702.232	-	(36.380)	(192)	665.660
Cachoeira Grande	2.654	-	-	(1)	2.653
Cajueiro	7.899	90	-	2.710	10.699
Campos dos Ventos I	3.227	-	-	(415)	2.812
Campos dos Ventos II	5.576	-	(228)	-	5.348
Campos dos Ventos III	3.227	-	-	(415)	2.812
Campos dos Ventos IV	3.227	-	-	(415)	2.812
Campos dos Ventos V	3.227	-	-	(415)	2.812
Cocais Grande	25.867	-	(1.768)	(973)	23.126
Corrente Grande	36.208	-	(2.475)	(1.363)	32.370
Costa Branca	49.482	841	(1.082)	841	50.082
Costas das Dunas	5.278	179	-	(349)	5.108
Dobrevê Energia	-	784.460	(7.016)	-	777.444
Eólica Formosa	205.714	-	(11.169)	1.936	196.481
Eólica Icaraizinho	315.319	-	(17.119)	3.010	301.210
Eólica Paracuru	209.555	-	(11.377)	1.192	199.370
Eurus V	3.225	-	-	-	3.225
Eurus VI	1.248	-	(36)	(417)	795
Farol de Touros	4.060	138	-	138	4.336
Figueira Branca	2.436	-	-	-	2.436
Gemeleira	3.248	-	-	-	3.248
Juremas	40.751	693	(893)	693	41.244
Lacenas	14.753	-	(458)	543	14.838
Macacos	53.384	908	(1.170)	908	54.030
Ninho da Águia	25.866	-	(1.768)	(973)	23.125
Paíol	51.723	-	(3.536)	(1.947)	46.240
Santa Luzia	82.547	-	(2.824)	(2)	79.721
Pedra Cheirosa I	37.269	-	2.537	342	40.147
Pedra Cheirosa II	33.542	-	2.283	307	36.133
Pedra Preta	53.390	908	(1.167)	908	54.039
Penedo	36.682	-	-	-	36.682
Plano Alto	112.741	-	(6.059)	136	106.818
Rosa dos Ventos	-	67.741	(3.079)	-	64.662
Salto Goes	53.440	-	(2.004)	169	51.605
Santa Clara I	4.976	-	(142)	-	4.834
Santa Clara II	4.976	-	(142)	-	4.834
Santa Clara III	4.976	-	(142)	-	4.834
Santa Clara IV	4.976	-	(142)	-	4.834
Santa Clara V	4.977	-	(142)	1	4.836
Santa Clara VI	4.976	-	(142)	-	4.834
Santa Cruz	1.288	-	-	-	1.288
Santa Mônica	5.963	-	-	-	5.963
Santa Ursula	5.963	-	-	-	5.963
São Benedito	5.963	-	-	-	5.963
São Domingos	5.963	-	-	-	5.963
São Gonçalo	28.454	-	(1.945)	(1.071)	25.438
Siif Cinco	124.818	-	(6.778)	2.000	120.040
Tombo	26.505	-	-	-	26.505
Varginha	23.277	-	(1.591)	(876)	20.810
Várzea Alegre	19.414	-	(1.327)	(730)	17.357
Ventos de Santo Dimas	5.963	-	-	-	5.963
Ventos de São Martinho	5.963	-	-	-	5.963
Direito de autorização	2.850.857	855.999	(128.530)	-	3.578.326

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, no consolidado foi registrada despesa de amortização do direito de exploração no valor de R\$128.530 (R\$128.277 em 2013), classificada no grupo “Despesas operacionais”.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foi registrada despesa de amortização de outros intangíveis no montante de R\$5.541 (consolidado), sendo que R\$3.407 (consolidado) classificada no grupo “Custos de geração de energia elétrica” na rubrica “Depreciação e amortização”, R\$2.134 (controladora/consolidado) no grupo “Despesas gerais e administrativas” na rubrica “Depreciação e amortização”.

O saldo dos intangíveis é amortizado pelo período remanescente das respectivas autorizações de exploração dos empreendimentos, pelo método da linha reta a partir da data de entrada em operação.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia não identificou nenhum evento que pudesse gerar a necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos intangíveis.

#### 14. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
<b>Circulante</b>				
Suprimento de energia elétrica	17.639	3.596	30.451	31.580
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	3.272	585
Materiais e serviços	7.232	3.976	72.459	61.898
<b>Total</b>	<b>24.871</b>	<b>7.572</b>	<b>106.182</b>	<b>94.063</b>
<b>Não circulante</b>				
Materiais e serviços	-	-	633	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>633</b>	<b>-</b>

A CPFL Renováveis coloca em prática suas políticas de gerenciamento dos riscos financeiros para garantir que todas as obrigações sejam pagas conforme os termos originalmente acordados.

#### 15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora					31/12/2013				
	31/12/2014					31/12/2013				
	Encargos circulante	Principal		Não circulante	Total	Encargos circulante	Principal		Não circulante	Total
		Circulante	Total circulante				Circulante	Total circulante		
Mensuradas ao custo										
Moeda nacional										
BNDES - Repotenciação	-	-	-	-	-	6	1.229	1.235	-	1.235
BNDES - Investimento	2.418	78.167	80.585	788.089	868.674	2.449	77.799	80.248	856.019	936.267
Instituições financeiras	-	-	-	-	-	174	150.000	150.174	-	150.174
<b>Total</b>	<b>2.418</b>	<b>78.167</b>	<b>80.585</b>	<b>788.089</b>	<b>868.674</b>	<b>2.629</b>	<b>229.028</b>	<b>231.657</b>	<b>856.019</b>	<b>1.087.676</b>

Controladora							
Saldo em			Custo de	Amortização do			Saldo em
31/12/2012	Liberações	Juros	captação	custo de captação	Amortização	Pgto juros	31/12/2013
988.500	153.717	69.011	-	-	(68.137)	(55.415)	1.087.676

## Controladora

Saldo em							Saldo em
31/12/2013	Liberações	Juros	Custo de captação	Amortização do custo de captação	Amortização	Pgto juros	31/12/2014
1.087.676	10.348	64.844	(115)	3	(229.015)	(65.067)	868.674

## Consolidado

Saldo em	Liberações	Juros	Custo de captação	Amortização do custo de captação	Amortização	Pgto juros	Saldo em
31/12/2012							31/12/2013
3.199.001	1.408.774	250.497	-	1.932	(1.026.293)	(202.026)	3.631.885

## Consolidado

Saldo em	Aquisição RDV	Aquisição DESA	Liberações	Juros	Custo de captação	Amortização do custo de captação	Amortização	Pgto juros	Saldo em
31/12/2013									31/12/2014
3.631.885	34.894	700.267	527.307	267.442	(115)	1.658	(1.010.586)	(242.776)	3.909.976

## Consolidado

	31/12/2014					31/12/2013				
	Principal				Total	Principal				Total
	Encargos circulante	Circulante	Total circulante	Não circulante		Encargos circulante	Circulante	Total circulante	Não circulante	
Mensuradas ao custo										
BNDES - Repotenciação	-	-	-	-	-	6	1.229	1.235	-	1.235
BNDES - Investimento	9.165	277.304	286.469	2.873.621	3.160.090	16.698	456.581	473.279	2.103.867	2.577.146
Instituições financeiras	4.204	63.617	67.821	682.065	749.886	10.591	363.556	374.147	679.357	1.053.504
Total	13.369	340.921	354.290	3.555.686	3.909.976	27.295	821.366	848.661	2.783.224	3.631.885

## CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

Mensuradas ao custo	Consolidado				Principais garantias
	31/12/2014	31/12/2013	Remuneração anual	Condições de Amortização	
Moeda nacional					
BNDÉS - Repotenciação					
Banco do Brasil e Itaú (*)	-	1.235	TJLP + 3,1% a 4,3%	72 a 75 parcelas mensais a partir de setembro de 2007 e julho de 2008	Aval e Fiança da CPFL Energia e nota promissória
BNDÉS/BNB/FINEP/NIB - Investimento					
FINEM I	321.088	352.829	TJLP + 1,95%	168 parcelas mensais a partir de outubro de 2009 e julho de 2011	PCH Holding devedora solidária, carta fiança
FINEM II	28.605	31.997	TJLP + 1,90%,	144 parcelas mensais a partir de junho de 2011	Fiança da CPFL Energia, bens vinculados em alienação fiduciária e cessão fiduciária dos direitos creditórios
FINEM III (*)	565.890	605.263	TJLP + 1,72%	192 parcelas mensais a partir de maio de 2013	Fiança da CPFL Energia, penhor de quotas, bens vinculados em alienação fiduciária e cessão fiduciária de direitos creditórios
FINEM V	101.723	113.106	TJLP + 2,8% e 3,4%	143 meses a partir de dezembro de 2011	PCH Holding 2 e CPFL Renováveis devedora solidária.
FINEM VI	83.741	76.673	TJLP + 2,05%	173 a 192 parcelas mensais a partir de outubro de 2013 e abril de 2015	Penhor de ações da CPFL Renováveis, cessão de recebíveis
FINEM VII	174.388	194.041	TJLP + 1,92 %	156 parcelas mensais a partir de outubro de 2010 a setembro de 2023	Penhor de ações, cessão fiduciária, alienação fiduciária das máquinas e equipamentos.
FINEM VIII	79.066	50.811	TJLP + 2,02%	192 parcelas a partir de janeiro de 2014	Penhor de Ações e Conta Reserva da SPE Cessão de Recebíveis
FINEM IX	39.581	46.994	TJLP + 2,15%	120 parcelas a partir de maio de 2010	Penhor de Ações da Controlada, alienação fiduciária de máquinas e equipamentos, hipoteca de imóveis e carta de fiança
FINEM X	811	1.108	TJLP	84 parcelas a partir de outubro de 2010	Penhor de Ações.Cessão fiduciária.Alienação fiduciária das máquinas e equipamentos.
FINEM XI (*)	126.670	138.101	TJLP + 1,87% a 1,9%	De 108 a 168 parcelas mensais a partir de janeiro de 2012 e janeiro de 2013.	Fiança da CPFL Energia, penhor de quotas, bens vinculados em alienação fiduciária e cessão fiduciária de direitos creditórios
FINEM XII	357.620	333.745	TJLP e TJLP + 2,18%	192 parcelas mensais a partir de julho de 2014	Fiança da CPFL Energia, bens vinculados em alienação fiduciária e cessão fiduciária conjunta de direitos creditórios e penhor de ações
FINEM XIII	315.596	-	TJLP + 2,02% a 2,18%	192 parcelas mensais a partir de novembro de 2014	Penhor de Ações da SPE, Penhor de Máquinas e Equipamentos do projeto. Cessão Fiduciária.
FINEM XIV	19.707	-	TJLP + 3,50%	120 prestações mensais a partir de junho 2007	Penhor de ações, penhor de direitos creditórios, propriedade fiduciária das máquinas e equipamentos a serem adquiridos como recursos da operação.
FINEM XV	45.973	-	Pré-fixado 5,5% e TJLP + 3,44%	De 101 a 139 parcelas mensais a partir de setembro de 2011.	Penhor de ações da interveniente, cessão dos direitos creditórios, penhor dos direitos emergentes autorizados pela ANEEL e Conta Reserva da SPE.
FINEM XVI	525.540	-	TJLP + 2,18%	192 parcelas mensais a partir de setembro de 2011.	Penhor das ações da Interviente, cessão fiduciária dos direitos creditórios, propriedade fiduciária das máquinas e equipamentos, penhor de direitos emergentes da autorização da ANEEL, conta reserva das SPEs e da Interviente Desa Eólica.
FINAME I (*)	163.476	190.396	Pré-fixado 5,5%	102 a 108 parcelas mensais a partir de janeiro de 2012 a agosto de 2020	Fiança da CPFL Energia, bens vinculados em alienação fiduciária e cessão fiduciária conjunta de direitos creditórios
FINAME II	25.917	31.168	Pré-fixado 4,5%	102 parcelas mensais a partir de junho de 2011	Fiança da CPFL Energia, bens vinculados em alienação fiduciária e cessão fiduciária dos direitos creditórios.
FINAME III	115.623	129.659	Pré-fixado 2,5%	De 96 a 108 parcelas a partir de janeiro de 2014 e fevereiro 2015	Penhor de Ações da CPFL Renováveis Penhor de Ações e Conta Reserva da SPE Cessão de Recebíveis
FINEP I (*)	2.383	2.507	Pré-fixado 3,5%	61 parcelas mensais a partir de outubro de 2014	Fiança Bancária
FINEP II (*)	10.255	-	TJLP - 1%	85 parcelas mensais a partir de junho de 2017	Fiança Bancária
FINEP III	6.945	-	TJLP + 3%	73 parcelas mensais a partir de julho de 2015	Fiança Bancária
Ponte BNDÉS II	-	84.507	TJ6 + 3,02 %	Parcela única em setembro de 2014	Penhor de Ações da SPE
Ponte BNDÉS III	-	194.242	TJLP + 3,02 %	Parcela única em setembro de 2014	Penhor de Ações da SPE
Ponte BNDÉS IV	49.492	-	TJLP + 2,40 %	Parcela única em janeiro de 2016	Fiança Bancária
Instituições Financeiras:					
BNB	117.516	133.194	Pré fixado de 9,5% a 10% a.a. e bonus de adimplência de 15%	168 parcelas mensais a partir de janeiro de 2009 a 2028	Alienação Fiduciária, ação da controlada e garantia da SIIF Energy.
BNB	169.300	175.695	Pré fixado 10% a.a. e bonus de adimplência de 15% e 25%	222 parcelas mensais a partir de maio de 2010 a outubro de 2029	Fiança da CPFL Energia
BNB II	32.591	-	Pré fixado de 9,5% a.a. e bonus de adimplência de 25%	228 parcelas mensais a partir de julho de 2009 a julho de 2028	Fiança, bens vinculados em alienação fiduciária e cessão fiduciária de direitos creditórios
Banco do Brasil	36.739	-	Pré fixado 10% a.a. e bonus de adimplência de 15%	132 parcelas mensais a partir de junho de 2010	Penhor de ações, penhor de direitos emergentes da autorização da ANEEL e de direitos creditórios, cessão e vinculação de receitas, fiança bancária e seguros garantias e conta reserva da SPE.
NIB	73.677	79.109	ICPM + 8,63% a.a.	Juros e Principal amortizados trimestralmente início em junho 2011 até setembro 2023	Não existem garantias
Banco Safra	-	27.713	CDI+ 0,4%	Parcelas anuais até dezembro de 2014	Não existem garantias
HSBC	320.063	343.190	CDI + 0,5%	8 parcelas anuais a partir de junho de 2013	Alienação de ações
Banco do Brasil - Nota promissória	-	144.428	108,5% do CDI	Parcela única em janeiro de 2014	Alienação de ações
Banco Itaú - Nota Promissória (*)	-	150.174	CDI + 105%	Parcela semestral até junho de 2014	Não existem garantias
	<b>3.909.976</b>	<b>3.631.885</b>			

(\*) Empréstimos registrados na controladora.

Principais movimentações no exercícioMoeda nacionalInvestimento:

FINEM VI - No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a controlada Salto Góes liberou R\$9.667, de forma que no final do exercício 100% do saldo de financiamento com o BNDES se encontra liberado.

FINEM XII - No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, as controladas indiretas Campo dos Ventos II, Macacos, Costa Branca, Juremas e Pedra Preta liberaram R\$22.758 do seu financiamento com o BNDES. Neste mesmo exercício, as controladas apresentam o saldo remanescente a ser liberado no montante de R\$33.129.

Ponte BNDES II e III - Em 2013, o BNDES aprovou financiamento no montante de R\$263.714, destinado para controladas pertencentes ao complexo eólico Atlânticas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foi liquidado todo o montante desse financiamento com a liberação do empréstimo de longo prazo celebrado com o BNDES.

FINEM XIII - No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, as controladas pertencentes ao complexo eólico Atlântica captaram com o BNDES empréstimos de longo prazo no montante de R\$314.991. Neste mesmo exercício, as controladas apresentam o saldo remanescente a ser liberado no montante de R\$64.957.

FINAME III - No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, as controladas Coopcana e Alvorada liberaram R\$31.543 do seu saldo de financiamento com o BNDES, de forma que no final do exercício 100% do saldo se encontra liberado. Bio Ester apresenta o saldo remanescente a ser liberado no montante de R\$938, com o BNDES.

FINEM XIV, FINEM XV, FINEM XVI, Ponte BNDES IV, FINEP III - No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, os saldos dessas dívidas passaram a ser consolidados nas demonstrações financeiras da Companhia, a partir de 1º de outubro de 2014, decorrente da associação com a DESA e foram obtidos para financiamentos de projetos relacionados à Pequenas Centrais Hidrelétricas e Complexo Eólico.

Instituições financeiras:

Banco do Brasil (Nota promissória) - Em julho de 2014 o saldo remanescente das notas promissórias emitidas pelas controladas Atlântica I, Atlântica II, Atlântica IV e Atlântica V foram liquidados com recursos advindos de aportes realizados pela CPFL Renováveis, no montante de R\$138.000. Não há cláusulas restritivas para esta operação.

BNB II - A controlada Rosa dos Ventos, adquirida em fevereiro de 2014, possuía estas operações, que passaram a ser consolidadas nas demonstrações financeiras da Companhia a partir de 1º de março de 2014.

BNB (Capital de Giro) - A operação de Capital de Giro foi liquidada em julho de 2014 com recursos próprios.

Banco Itaú (Nota Promissória) - Em junho de 2014 o saldo remanescente das notas promissórias emitidas pela CPFL Energias Renováveis foi liquidado.

Banco do Brasil (FCO) - No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o saldo dessa dívida passou a ser consolidado nas demonstrações financeiras da Companhia, a partir de 1º de outubro de 2014, decorrente da associação com a DESA e foi obtido para financiamentos de projetos relacionados à Pequenas Centrais Hidrelétricas.

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos de longo prazo têm vencimentos assim programados:

Controladora		Consolidado	
Vencimento	Valor	Vencimento	Valor
2016	78.167	2016	399.016
2017	79.019	2017	349.195
2018	79.627	2018	359.961
2019	79.545	2019	372.377
2020	79.135	2020	374.823
2021 a 2025	260.847	2021 a 2025	1.149.195
2026 a 2030	131.749	2026 a 2030	551.119
Total	788.089	Total	3.555.686

#### Condições restritivas

Os contratos de empréstimos e financiamentos estão sujeitos a certas condições restritivas e contemplam cláusulas, entre outras, que requerem que a Companhia e/ou suas controladas mantenham determinados índices financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos. Os empréstimos vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 têm as seguintes cláusulas restritivas relacionadas a indicadores financeiros:

#### FINEM I

- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida em 1,2 vezes, durante o período de amortização.
- Manutenção de Índice de Capitalização Própria igual ou superior a 25%, durante o período de amortização.

#### FINEM VI

- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida em 1,2 vezes, durante o período de amortização.
- Manutenção de Índice de Capitalização Própria igual ou superior a 25%, durante o período de amortização.

Em 1º dezembro de 2014 a Companhia obteve do BNDES a dispensa para apuração do ICSD referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

#### FINEM II e FINAME II

- Restrição à distribuição de dividendos caso não sejam atingidos Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,0 e Índice de Endividamento Geral menor ou igual a 0,8.

FINEM III

- Manutenção de Patrimônio Líquido/(Patrimônio Líquido + Dívidas Bancárias Líquidas) superior a 0,28 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da CPFL Energia, durante a vigência do contrato.
- Manutenção de Índice de Dívida Bancária Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,75 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da CPFL Energia, durante o período de amortização.

Em 30 de dezembro de 2014, a CPFL Energia obteve do BNDES a dispensa para apuração do índice de Dívida Bancária Líquida/EBITDA do FINEM III, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

FINEM V

- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida em 1,2 vezes, durante o período de amortização.
- Manutenção de Índice de Capitalização Própria igual ou superior a 30%, durante o período de amortização.

Em dezembro de 2014, a Companhia obteve do Banco do Brasil a dispensa para apuração do ICSD referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

FINEM VII e X

- Manutenção anual de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida em 1,2 vezes, durante o período de amortização.
- Manutenção de saldos mínimos em conta reserva.
- Distribuição de dividendos limitada ao índice Exigível Total dividido pelo Patrimônio Líquido ex-Dividendos menor que 2,33.

FINEM VIII e FINAME III

- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,2 durante a vigência do contrato.
- Manutenção de Índice de Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 7,5 em 2013, 6,0 em 2014, 5,6 em 2015, 4,6 em 2016 e 3,75 em 2017 em diante e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Renováveis, durante a vigência do contrato.
- Manutenção de Índice de Patrimônio Líquido/(Patrimônio Líquido + Dívidas Líquidas) maior ou igual a 0,41 nos anos de 2013 a 2016 e 0,45 em 2017 e em diante, apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Renováveis, durante a vigência do contrato.

Em dezembro de 2014 as controladas Bio Alvorada e Bio Coopcana obtiveram do BNDES a dispensa para apuração do ICSD e do Índice de Dívida Líquida/EBITDA de cumprimento obrigatório por parte da controladora, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

#### FINEM IX e FINEM XIII

- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,3 durante a vigência do contrato.

#### FINEM XI e FINAME I

- Manutenção de Índice de Dívida Bancária Líquida/EBITDA menor ou igual a 4,0 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da CPFL Energia, durante o período de amortização.

Em 30 de dezembro de 2014, a CPFL Energia obteve do BNDES a dispensa para apuração do índice de Dívida Bancária Líquida/EBITDA do FINEM XI e FINAME I, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

#### FINEM XII

- Manutenção anual do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida das SPEs maior ou igual a 1,3, após o início de amortização e durante a vigência do contrato.
- Manutenção anual do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida Consolidado maior ou igual a 1,3, apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da Eólica Holding, após o início de amortização e durante a vigência do contrato.

#### FINEM XIV

- Manutenção semestral do Índice de Capital Próprio (ICP), definido pela relação Patrimônio Líquido sobre o Ativo Total, igual ou superior a 30% do Investimento total do Projeto, bem como Índice de Cobertura do Serviço da dívida igual ou maior a 1,3 durante o período de amortização.

#### FINEM XV

- Manutenção trimestral do Índice de Capitalização Própria (ICP) igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento), definido como a razão entre o Patrimônio Líquido e o Ativo Total.
- Manutenção trimestral do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de, no mínimo 1,2, durante o período de amortização.

#### FINEM XVI

- Manutenção anual do Índice de Cobertura da Dívida - ICSD igual ou maior a 1,2, durante o período de amortização. Manutenção anual do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida Consolidado maior ou igual a 1,3, apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da Desa Eólicas. A primeira apuração deverá ocorrer até setembro de 2015.

#### HSBC

- A partir de 2014 há a obrigação de manter a relação entre Dívida Líquida e EBITDA inferior a 4,50 em junho de 2014, 4,25 em dezembro de 2014, 4,00 em junho de 2015 e 3,50 nos demais semestres até a quitação.



NIB

- Manutenção semestral de Índice de Cobertura da Dívida em 1,2 vezes, durante o período de amortização.
- Manutenção da razão entre Dívida Total e Patrimônio Líquido igual ou superior a 30%, durante o período de amortização.
- Manutenção de Índice de Cobertura da Duração do Financiamento maior ou igual a 1,7 durante o período de amortização.

Banco do Brasil

- Manutenção anual do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de, no mínimo, 1,2, durante o período de amortização.

A Administração da Companhia e de suas controladas monitoram esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas.

No entendimento da Administração da Companhia e de suas controladas, todas as condições restritivas e cláusulas cujos indicadores sejam mensurados na data base estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2014.

## 16. DEBÊNTURES

							Controladora									
							31/12/14					31/12/13				
							Encargos	Circulante	Total Circulante	Não circulante	Total	Encargos	Circulante	Total Circulante	Não circulante	Total
1ª Emissão - Renováveis	Série Única	43.000	CDI + 1,7%	CDI + 1,82%	Principal anual a ser pago a partir de maio de 2015 e juros semestrais pagos a partir de novembro 2012	Cessão Fiduciária dos dividendos da BVP e PCH Holding	5.795	21.500	27.295	406.385	433.680	5.065	-	5.065	427.403	432.468
2ª Emissão - Renováveis	Série Única	300.000	114% do CDI	115,43% do CDI	Principal anual a ser pago a partir de março de 2017 e juros semestrais pagos a partir de setembro 2014	Quirografia	9.603	-	9.603	298.883	308.486	-	-	-	-	-
1ª Emissão - WF2	Série Única	12	CDI + 1,5%	CDI + 1,5%	Principal e juros a ser pago em março 2015	Quirografia	2.984	30.000	32.984	-	32.984	-	-	-	-	-
2ª Emissão - WF2	Série Única	20	CDI + 2,0%	CDI + 2,0%	Principal e juros a ser pago em novembro 2015	Quirografia	10.582	132.000	142.582	-	142.582	-	-	-	-	-
							28.964	183.500	212.464	705.268	917.732	5.065	-	5.065	427.403	432.468

Controladora							
Saldo em 31/12/2012	Liberações	Juros	Custo de captação	Amortização do custo de captação	Amortização	Pgto juros	Saldo em 31/12/2013
430.682	-	41.667	-	482	-	(40.363)	432.468

## CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

Controladora							
Saldo em							Saldo em
31/12/2013	Incorporação	Emissões	Juros	Custo de emissão	Amortização do custo de emissão	Amortização	31/12/2014
	WF2						
432.468	170.114	300.000	85.911	(1.300)	664	-	917.732

						Consolidado										
						31/12/14					31/12/13					
		Quantidade em circulação	Remuneração anual	Taxa Efetiva	Condições de amortização	Garantias	Encargos	Circulante	Total Circulante	Não circulante	Total	Encargos	Circulante	Total Circulante	Não circulante	Total
CPFL Renováveis																
1ª Emissão - SIIF	1ª a 12ª Série	432.299.666	TJLP + 1%	TJLP + 1% + 0,60%	39 parcelas semestrais e consecutivas a partir de 2009	Alienação Fiduciária	798	36.641	37.439	463.749	501.187	814	34.872	35.686	474.171	509.857
1ª Emissão - Renováveis	Série Única	43.000	CDI + 1,7%	CDI + 1,82%	9 parcelas pagas anualmente a partir de maio de 2015 e juros semestrais pagos a partir de novembro 2012	Cessão Fiduciária dos dividendos da BVP e PCH Holding	5.795	21.500	27.295	406.385	433.680	5.065	-	5.065	427.402	432.467
1ª Emissão - PCH Holding 2	Série Única	1.581	CDI + 1,6%	CDI + 1,8%	9 parcelas pagas anualmente de 2015 a 2023 e juros pagos mensalmente a partir de junho 2015.	Fiança da CPFL Renováveis	57.991	8.701	66.692	148.164	214.856	-	-	-	190.370	190.370
2ª Emissão - Renováveis	Série Única	300.000	114% do CDI	115,43% do CDI	5 parcelas pagas anualmente a partir de 2017 e juros semestrais pagos a partir de setembro 2014	Quirografia	9.603	-	9.603	298.883	308.486	-	-	-	-	-
1ª Emissão - WF2	Série Única	12	CDI + 1,5%	CDI + 1,5%	Principal e juros a ser pago em março 2015	Quirografia	2.984	30.000	32.984	-	32.984	-	-	-	-	-
2ª Emissão - WF2	Série Única	20	CDI + 2,0%	CDI + 2,0%	Principal e juros a ser pago em novembro 2015	Quirografia	10.581	132.000	142.581	-	142.581	-	-	-	-	-
1ª Emissão - Dobrevê	Série Única	20	CDI + 1,75%	CDI + 1,75%	3 parcelas pagas semestralmente a partir de maio 2016 e juros pagos semestralmente a partir de novembro 2013	Quirografia	716	-	716	35.000	35.716	-	-	-	-	-
2ª Emissão - Dobrevê	Série Única	65	CDI + 1,34%	CDI + 1,34%	3 parcelas pagas semestralmente a partir de abril 2018 e juros pagos semestralmente a partir de abril 2018	Quirografia	6.022	-	6.022	64.045	70.067	-	-	-	-	-
							94.490	228.842	323.332	1.416.226	1.739.558	5.879	34.872	40.751	1.091.943	1.132.694

Consolidado							
Saldo em							Saldo em
31/12/2012	Liberações	Juros	Custo de captação	Amortização do custo de captação	Amortização	Pgto juros	31/12/2013
1.119.957	-	90.472	-	2.262	(27.891)	(52.106)	1.132.694

Consolidado							
Saldo em							Saldo em
31/12/2013	Associação	Emissões	Juros	Custo de emissão	Amortização do custo de emissão	Amortização	31/12/2014
1.132.694	DESA	300.000	144.590	(1.300)	2.498	(35.916)	1.739.558

Principais movimentações no exercícioMoeda nacional

- Oferta pública de distribuição da 2ª emissão de debêntures simples

Em 1º de abril de 2014, a Companhia concluiu a oferta pública de distribuição da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única.

Foram emitidas 300.000 debêntures, com valor nominal de R\$1, no montante de R\$300.000 e remuneração equivalente à variação acumulada de 114% das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros. O prazo de vencimento total é de sete anos, com amortização anual crescente a partir da emissão.

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio dessa emissão foram destinados para reforço de caixa e/ou investimentos da Companhia.

- Em 1º de outubro de 2014, a Companhia incorporou o saldo da 1ª e 2ª emissão das debêntures da WF2 e passou a consolidar em suas demonstrações financeiras o saldo das debêntures da DESA decorrente da associação com as mesmas. Os recursos líquidos obtidos por meio dessas emissões foram destinados para aquisição de ações em novas sociedades, desenvolvimento de novos negócios, financiamento de projetos e reforço de caixa.

O saldo de debêntures de longo prazo tem seus vencimentos assim programados:

Controladora		Consolidado	
Vencimento	Valor	Vencimento	Valor
2016	43.000	2016	105.841
2017	73.000	2017	135.841
2018	124.500	2018	213.170
2019	124.500	2019	207.490
2020	124.500	2020	185.819
2021 a 2025	215.768	2021 a 2025	476.238
2026 a 2030	-	2026 a 2030	91.827
Total	705.268	Total	1.416.226

Condições restritivas

As emissões de debêntures vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 contemplam cláusulas que requerem da Companhia a manutenção dos seguintes índices financeiros:

1ª emissão - CPFL Renováveis

- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida da Operação maior ou igual a 1,00.
- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,05.
- Manutenção de Índice de Dívida Líquida/EBITDA inferior ou igual a 7,5 em 2013, 6,5 em 2014, 5,6 em 2015, 5,4 para 2016, 4,6 para 2017, 4,0 para 2018 e 2019 e 3,75 a partir de 2020.
- Manutenção de Índice EBITDA/Despesa Financeira Líquida maior ou igual a 1,75.

2ª emissão - CPFL Renováveis

- Manutenção de Índice de Dívida Líquida/EBITDA inferior ou igual a 6,5 para 2014, 5,6 para 2015, 5,4 para 2016, 4,6 para 2017, 4,0 para 2018 e 2019 e 3,75 a partir de 2020.

1ª emissão - PCH Holding 2

- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida da controlada Santa Luzia maior ou igual a 1,2 a partir de setembro de 2014
- Manutenção de Índice de Dívida Líquida/EBITDA inferior ou igual a 7,5 em 2013, 6,5 em 2014, 5,6 em 2015, 5,4 em 2016 e 4,60 em 2017, 4,0 em 2018 e 2019, e 3,75 a partir de 2020.

2ª emissão - Dobrevê Energia S.A.

- Manutenção de Índice de Dívida Líquida/Dividendos Recebidos inferior ou igual a 5,5 em 2014, 5,5 em 2015, 4,0 em 2016, 3,5 em 2017 e 3,5 em 2018.

A Administração da Companhia e de suas controladas monitoram esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas.

No entendimento da Administração da Companhia e de suas controladas, todas as condições restritivas e cláusulas cujos indicadores sejam mensurados na data base estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2014.

## 17. CONTAS A PAGAR DE AQUISIÇÕES

Os saldos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Campo dos Ventos I (a)	717	692	717	692
Campo dos Ventos IV (a)	717	692	717	692
Campo dos Ventos V (a)	717	692	717	692
São Benedito (a)	704	659	704	659
São Domingos (a)	703	660	703	660
Santa Ursula (a)	703	660	703	660
Santa Mônica (a)	703	660	703	660
Ventos de São Martinhos (a)	703	660	703	660
Ventos de Santo Dimas (a)	703	660	703	660
Navegantes (b)	1.551	1.480	1.551	1.480
Cajueiro (b)	1.552	1.481	1.552	1.481
Baixa Verde (b)	1.552	1.481	1.552	1.481
Renascer Centrais (c)	-	-	3.350	-
PCH Mata Velha (d)	-	-	1.281	-
Aquisição de não controladores (e)	71.490	-	71.490	-
Total	82.515	10.477	87.146	10.477
Circulante	66.363	10.477	70.994	10.477
Não Circulante	16.152	-	16.152	-
Total	82.515	10.477	87.146	10.477

- (a) Inclui R\$6.370 referentes à compra dos projetos de geração eólica, localizados nos Estados do Ceará e Rio Grande do Norte. O valor será pago na entrada em operação desses parques eólicos e é corrigido pela inflação (IGP-M e IPCA).
- (b) A Companhia firmou compromisso com sócio não controlador referente a pagamento complementar na compra de algumas SPEs, condicionado à viabilização dos parques eólicos para participação em leilões de energia para construção de empreendimentos. Caso a transação seja completada, a Companhia deverá desembolsar, até 2015, o montante de R\$4.655, atualizado monetariamente pelo IGP-M.
- (c) Inclui R\$3.350 pela aquisição dessa SPE, saldo este oriundo da associação com a DESA, que será pago quando forem obtidas as licenças necessárias para a implantação da Usina.
- (d) Também inclui R\$1.281, pela aquisição dos direitos sobre a licença de instalação, projeto básico e demais estudos e direitos relacionados à essa PCH, saldo este oriundo da associação com a DESA. Esse montante será pago quando a PCH entrar em operação.
- (e) O montante de R\$71.490 é advindo da incorporação da WF2 (nota explicativa nº 1.1), em 1º de outubro de 2014. Em 31 de janeiro de 2014, foi firmado um contrato de venda e compra de ações e outras avenças entre a WF2 Holding S.A. e os não controladores da Dobrevê Energia S.A., a saber: AKKA Fundo de Investimento em Participações, URBIS Fundo de Investimento em Participações e PYXIS Fundo de Investimento em Participações, detentores de 21,14% do capital votante e total da Dobrevê Energia S.A.

Neste contrato, os não controladores alienaram a totalidade das ações (21,14% do capital votante da Dobrevê Energia S.A.) ao preço, nos termos e sujeito às condições estabelecidas neste contrato, corresponde ao valor total de R\$203.000.

O valor remanescente de R\$71.490, em aberto em 31 de dezembro de 2014, será liquidado em cinco parcelas trimestrais, cujo vencimento da última parcela ocorrerá em 29 de janeiro de 2016. O valor de cada parcela trimestral será corrigido pela taxa CDI, acrescida de 1,2% ao ano, calculado “pro rata die”.

## 18. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Os saldos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, no consolidado, referem-se substancialmente a adiantamentos de clientes relativo ao faturamento antecipado, sem que tenha ocorrido ainda o fornecimento de energia ou serviço, como demonstrado a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
CCEAR*	30.803	9.620
CER**	26.590	1.339
Mercado Livre	3.719	784
Proinfra	30.395	32
Aluguel de linha de transmissão (***)	6.633	-
Total	98.140	11.775
Passivo circulante	74.297	11.775
Passivo não circulante	23.843	-
	98.140	11.775

\* Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado

\*\* Contrato de Energia de Reserva

\*\*\*Aluguel de estrutura de linha de transmissão recebido antecipadamente

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de contas de adiantamentos de clientes, consolidado, inclui valores dos seguintes agentes: (i) R\$30.395 (31% do total) pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A - Proinfa; (ii) R\$7.996 (8% do total) pela Amazonas Distribuidora de Energia S.A. - CCEAR; (iii) R\$26.694 (27% do total) pela Câmara de Comercialização de Energia sendo R\$26.590 de CER e R\$104 de mercado livre; e (iv) R\$33.055 (34% do total) por grandes distribuidores.

## 19. PROVISÕES PARA CUSTOS SOCIOAMBIENTAIS E DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS - CONSOLIDADO

Em 2013:

Consolidado					
Saldo em 31/12/2012	Provisão / (Reversão) de provisão	Aquisição	Pagamento	Ajuste a valor presente	Saldo em 31/12/2013
55.495	(17.747)	-	(4.166)	3.905	37.487

Em 2014:

Consolidado					
Saldo em 31/12/2013	Provisão / (Reversão) de provisão	Aquisição Rosa dos Ventos/Associação Desa	Pagamento	Ajuste a valor presente	Saldo em 31/12/2014
37.487	9.193	5.582	(128)	4.620	56.754

### 19.1. Provisões para custos socioambientais

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo total da provisão para custos socioambientais era de R\$6.816 (R\$3.016 em 31 de dezembro de 2013) no passivo circulante e R\$6.909 (R\$4.970 em 31 de dezembro de 2013) no passivo não circulante.

### 19.2. Provisões para desmobilização de ativos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, as principais provisões registradas em contrapartida do imobilizado foram decorrentes de:

- (i) Adições: Campos dos Ventos II R\$233, Complexo Atlântica R\$5.532, e Complexo Macacos R\$3.736.
- (ii) Aquisição: Rosa dos Ventos R\$947.
- (iii) Associação: Complexo Morros dos Ventos R\$1.549 e Complexo DESA Eurús R\$537.

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo total da provisão para desmobilização de ativos era de R\$43.029 (R\$29.501 em 31 de dezembro de 2013) registrada no passivo não circulante.

## 20. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIOS E CÍVEIS

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a processos judiciais e procedimentos administrativos no âmbito trabalhista, previdenciário, tributário, cível e ambiental.

A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores legais, constitui provisão para causas cujo desfecho desfavorável é avaliado como provável.

O saldo das provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais encontra-se a seguir:

Controladora						
	31/12/2012	Provisão	Reversão	Pagamento	Atualização	31/12/2013
Trabalhista	211	345	(83)	(124)	13	362
Cíveis	606	1.500	-	-	44	2.150
Outros passivos contingentes	35	-	-	-	-	35
	852	1.845	(83)	(124)	57	2.547
Depósitos judiciais	(65)	(137)	26	7	(8)	(177)

Controladora								
	31/12/2013	Provisão	Reversão	Pagamento	Atualização	Aquisição Rosa dos Ventos	Aquisição DESA	31/12/2014
Trabalhista	362	567	(177)	(187)	19	-	-	584
Cíveis	2.150	865	(603)	(60)	106	-	-	2.458
Outros passivos contingentes	35	-	-	-	-	-	-	35
	2.547	1.432	(780)	(247)	125	-	-	3.077
Depósitos judiciais	(177)	(84)	27	-	21	-	-	(213)

Consolidado							
	31/12/2012	Provisão	Reversão	Pagamento	Atualização	Transferência	31/12/2013
Trabalhista	256	500	(129)	(131)	16	-	512
Cíveis	620	1.529	-	-	44	-	2.193
Tributárias	-	-	-	-	-	-	-
Outros passivos contingentes	23.985	-	-	-	-	-	23.985
Total	24.861	2.029	(129)	(131)	60	-	26.690
Depósitos judiciais	(201)	(1.569)	34	7	(22)	-	(1.751)

Consolidado								
	31/12/2013	Provisão	Reversão	Pagamento	Atualização	Aquisição Rosa dos Ventos	Aquisição DESA	31/12/2014
Trabalhista	512	1.836	(247)	(236)	51	-	-	1.916
Cíveis	2.193	1.089	(603)	(81)	108	744	14.257	17.707
Outros passivos contingentes	23.985	-	(10.000)	-	-	-	-	13.985
Total	26.690	2.925	(10.850)	(317)	159	744	14.257	33.608
Depósitos judiciais	(1.751)	(408)	27	-	(199)	(307)	(5.368)	(8.006)

A Companhia reconheceu, na data da aquisição da Jantus, passivos contingentes avaliados ao seu valor justo na combinação de negócios, no montante de R\$13.985, sendo R\$13.950 da Jantus e R\$35 da associação da ERSa e CPFL, decorrente de riscos trabalhistas, tributários e cíveis. A Companhia também reconheceu o ativo indenizável pelo montante de R\$13.950 equivalente ao passivo (nota explicativa nº 9), conforme condições contratuais.

Em 30 de junho de 2014, a controlada Bons Ventos efetuou baixa do montante a receber de R\$10.000 referente a indenização decorrente da avaliação a valor justo de passivos contingentes identificados na combinação de negócios, em decorrência do vencimento dos dois anos para indenização determinados no contrato de compra e venda desta controlada, esses valores tinham como contrapartida provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis. Os respectivos passivos contingentes foram analisados pelos assessores jurídicos da controlada Bons Ventos e sua expectativa de perda foi considerada como remota, sendo efetuada a reversão.

A Companhia reconheceu, na data da aquisição da Rosa dos Ventos e na data da associação com a DESA, passivos contingentes avaliados ao seu valor justo na combinação de negócios, no montante de R\$744 e no montante de R\$14.257, respectivamente, decorrente de riscos trabalhistas, tributários e cíveis.

Riscos cuja probabilidade de perda é considerada possível são:

#### Cíveis

Em 31 de dezembro de 2014, as controladas eram parte passiva em 38 ações judiciais cíveis (2013 - 21 ações) e ambientais e procedimentos administrativos ambientais, com prognóstico de perda classificado como possível e tendo como valor da causa atualizado o montante estimado de R\$156.990 e para o qual, portanto, não foi constituída provisão. As ações cíveis em andamento versam, em geral, sobre: (i) indenização decorrente de desapropriação de área ou servidão; (ii) procedimento arbitral (iniciado no final de dezembro de 2014), pleiteando a indenização em razão de perdas relacionadas a descumprimento de cláusulas contratuais, no valor atualizado de causa atualizado de R\$150.000; (iii) revisão de contrato de arrendamento, discussão quanto à validade de licenças ambientais concedidas e procedimentos necessários para obtenção das mesmas; e (iv) ação civil pública, com valor de causa atualizado no montante de R\$1.000, cujo escopo é a discussão acerca da validade da licença de operação concedida à PCH Ludesá.

#### Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2014, as controladas eram parte passiva em 79 ações judiciais trabalhistas e procedimentos administrativos trabalhistas (2013 - 107 ações e procedimentos) com valor da causa atualizado neste montante estimado de R\$3.584, e, cujo prognóstico de perda foi classificado pelos advogados externos como possível, portanto, não foi constituída nenhuma provisão contábil.

As ações judiciais trabalhistas e procedimentos administrativos trabalhistas versam, em geral, sobre pedidos e infrações relacionados às prestadoras de serviço terceirizadas.

#### Tributárias

Em 31 de dezembro de 2014, as controladas eram parte em 23 ações judiciais tributárias e procedimentos administrativos de natureza fiscal-tributária (2013 - 12 ações e procedimentos), tendo como valor da causa atualizado no montante estimado de R\$146.036, e, cujo prognóstico de perda foi classificado pelos advogados externos como risco de perda possível, portanto, não foi constituída nenhuma provisão contábil.



## Outros

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia e suas controladas eram parte ativa em ação judicial de natureza regulatória, relacionada com a cobrança do Encargo de Serviço do Sistema - ESS, prevista na Resolução CNPE nº 03, de 6 de março de 2013, na qual a Companhia e suas controladas, por meio da Associação Brasileira de Produtores Independentes de Energia Elétrica - APINE e a Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa - ABRAGEL, obtiveram liminar que suspende a cobrança do referido encargo. O valor envolvido totaliza R\$12.642, sendo R\$11.631 referente as empresas do grupo CPFL Renováveis e R\$1.011 referente as empresas de DESA, que passaram a ser consolidados nas demonstrações financeiras da Companhia a partir de 1º de outubro de 2014. Os assessores jurídicos externos da Companhia qualificaram o risco de êxito dessa ação como possível. Nenhum passivo foi constituído em relação a esse tema.

## 21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2014, o capital social subscrito e integralizado monta a R\$3.390.444. (R\$2.907.487 em 31 de dezembro de 2013), representado por 503.308.389 (441.425.692 em 31 de dezembro de 2013) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Cada ação tem direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 17 de julho de 2013, foi aprovado o aumento de capital da Companhia, no montante de R\$350.000, decorrente da Oferta Pública de Ações, mediante a emissão de 27.977.618 ações ordinárias, sendo destinado o montante de R\$222.422 à conta de capital social e o restante, no montante de R\$127.578, destinado à conta de reserva de capital.

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 19 de agosto de 2013, foi aprovado o aumento de capital da Companhia, mediante a emissão de 1.174.045 ações, distribuídas na Oferta Pública de Ações, ao preço de emissão de R\$12,51. Do montante total emitido, que totalizou R\$14.687, o montante de R\$9.334 foi destinado a conta de capital social e o restante, no montante de R\$5.353, foi destinado à conta de reserva de capital.

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 28 de fevereiro de 2014, foi aprovado o aumento de capital da Companhia, no montante de R\$551, mediante a emissão de 61.304 ações, ao preço de emissão fixado de acordo com o estabelecido no Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado pela Assembleia Geral da Companhia realizada em 29 de outubro de 2009, em razão do exercício de opções de compra de ações correspondentes, por parte de determinados beneficiários do Plano de Opção de Compra de Ações. As novas ações emitidas foram subscritas e integralizadas, por meio da emissão, pelos respectivos subscritores, de notas promissórias em favor da Companhia.

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 26 de junho de 2014, foi aprovado o aumento de capital da Companhia, no montante de R\$355, mediante a emissão de 42.882 ações, ao preço de emissão fixado de acordo com o estabelecido no Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado pela Assembleia Geral da Companhia realizada em 29 de outubro de 2009, em razão do exercício de opções de compra de ações

correspondentes, por parte de determinado beneficiário do Plano de Opção de Compra de Ações. As novas ações emitidas foram subscritas e integralizadas, por meio da emissão, pelo respectivo subscritor, de notas promissórias em favor da Companhia.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 30 de setembro de 2014, com eficácia a partir de 1º de outubro de 2014, foi aprovada, em razão da incorporação pela Companhia da WF2 Holding S.A., o aumento de capital da Companhia, no montante de R\$481.834, mediante a emissão de 61.752.782 ações, ao preço de emissão de R\$8,41 cada, as quais foram subscritas e integralizadas pelos administradores da WF2 Holding S.A., por conta de seu único acionista, mediante a versão do seu patrimônio líquido à Companhia, bem como a criação de uma reserva de capital no valor de R\$37.435. Adicionalmente, foi registrado, na conta de reserva de capital o montante de R\$314.394 (líquido) referente ao valor justo apurado de acordo com o pronunciamento técnico CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios.

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 30 de outubro de 2014, foi aprovado o aumento de capital da Companhia, no montante de R\$217, mediante a emissão de 25.729 ações, ao preço de emissão fixado de acordo com o estabelecido no Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado pela Assembleia Geral da Companhia realizada em 29 de outubro de 2009, em razão do exercício de opções de compra de ações correspondentes, por parte de determinado beneficiário do Plano de Opção de Compra de Ações. As novas ações emitidas foram subscritas e integralizadas, por meio da emissão, pelo respectivo subscritor, de notas promissórias em favor da Companhia.

#### b) Composição acionária

A composição acionária da Companhia é a seguinte:

Acionistas	31/12/2014		31/12/2013	
	Ordinárias	%	Ordinárias	%
CPFL Geração de Energia S.A.	259.748.799	51,61%	259.748.799	58,84%
Secor LLC	24.255.307	4,82%	24.255.307	5,49%
Patria Energia Fundo de Invest. Em Participações	21.064.242	4,19%	21.064.242	4,77%
Pátria Energia Renovável - Fundo de Investimento em Participações Infraestrutura	3.699.532	0,74%	3.699.532	0,84%
Fundo de Invest. Partic. Brasil Energia	31.439.288	6,25%	31.439.288	7,12%
DEG - Deutsche Investitions Und Ent MBH	6.499.722	1,29%	6.499.722	1,47%
Fundo de Invest. Partic. Multisetorial Plus	13.104.207	2,60%	13.104.207	2,97%
Previ	31.974.420	6,35%	31.974.420	7,24%
GMR Energia S.A.	8.230.323	1,64%	8.498.104	1,93%
Arrow – Fundo de Investimento em Participações	61.752.782	12,27%	-	0,00%
Outros	41.539.767	8,24%	41.142.071	9,33%
	<u>503.308.389</u>	<u>100%</u>	<u>441.425.692</u>	<u>100%</u>

Em 28 de março de 2013, a CPFL Energia, de forma a promover a centralização das atividades de geração de energia na CPFL Geração, realizou, a operação de cisão parcial da CPFL Brasil, que resultou na transferência para a CPFL Geração dos ativos e passivos relacionados ao investimento de 27,51%, detido pela CPFL Brasil na Companhia. Após a operação, a CPFL Geração, anteriormente detentora de 35,49% do capital social da Companhia, passou a deter 63% do capital social da Companhia, anteriormente à Oferta Pública de Ações da Companhia.

Em 19 de agosto de 2013, foi concluída a Oferta Pública de distribuição primária 27.977.618 de ações ordinárias, secundária de 43.964.828 de ações ordinárias e complementares de 1.174.045 de ações ordinárias da Companhia, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal e livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, lançada em 27 de junho de 2013. Foram distribuídas, no total, 73,1 milhões de ações a R\$12,51 cada, perfazendo o montante de R\$914.686. A operação promoveu a captação bruta: (i) de R\$364.687 na oferta primária e complementar, que foram destinadas à conta de capital social até o valor do preço por ação correspondente ao patrimônio líquido dividido pelo número total de ações na data base de 31 de março de 2013, data da última informação contábil disponível antes da Oferta, e o valor remanescente de recursos líquidos foi destinado à conta de reserva de capital; e (ii) de R\$549.999 na oferta secundária, tendo sido vendidas 43,9 milhões de ações ordinárias por determinados acionistas da Companhia. Os custos de captação incorridos nesta operação montam a R\$36.187.

Em 1º de outubro de 2014, foi concluída a associação entre a CPFL Renováveis e a DESA (vide nota explicativa nº 1.1.). O FIP Arrow (único acionista da WF2), efetuou a contribuição do acervo líquido da WF2 como aumento de capital na CPFL Renováveis e se tornou acionista da CPFL Renováveis com uma participação de 12,27%. O aumento de capital ocorreu da seguinte forma: (i) aumento do capital social no montante de R\$481.834, mediante a emissão de 61.752.782 novas ações; e (ii) constituição de reserva de capital no montante de R\$351.829.

#### c) Reserva de capital

A composição e movimentação dos saldos da conta de reserva de capital, em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, está representada conforme segue:

	<u>Ágio na emissão</u> <u>de ações</u>	<u>CPC 15</u> <u>Valor justo</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31.12.2012 (a)	-	528.988	528.988
Oferta pública de ações (b)	96.744	-	96.744
Compensação de prejuízos (d)	(21.143)	-	(21.143)
Saldo em 31.12.2013	<u>75.601</u>	<u>528.988</u>	<u>604.589</u>
Associação DESA: (c)			
(i) Constituição da reserva	37.435	-	37.435
(ii) Valor justo	-	349.915	349.915
(iii) Variações patrimoniais de incorporação	(35.521)	-	(35.521)
Compensação de prejuízos (d)	<u>(77.515)</u>	<u>-</u>	<u>(77.515)</u>
Saldo em 31.12.2014	<u>-</u>	<u>878.903</u>	<u>878.903</u>

- (a) Refere-se a contrapartida do valor justo alocado na conta de ativo intangível - direito de exploração/autorização decorrente da combinação de negócios - aquisição reversa, ocorrida em agosto de 2011
- (b) Refere-se ao valor excedente ao valor patrimonial por ação apurado na operação de Oferta Pública de ações ocorrida em julho de 2013, incluindo as ações suplementares em agosto de 2013, líquidos dos gastos na emissão de ações
- (c) Refere-se ao valor excedente ao valor patrimonial da ação da CPFL Renováveis decorrente da associação com a DESA, realizada em outubro de 2014.

- (d) Refere-se a absorção de prejuízos do exercício. Em 2013 foi absorvido R\$21.143 e em 2014, como proposta da Administração, o montante de R\$77.515.

d) Reserva de lucros - legal

De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia absorveu o prejuízo do exercício com o saldo total de reserva legal, no montante de R\$1.578, conforme previsto no artigo 189 da Lei nº 6.404/76.

e) Reserva de lucros - retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros tem como objetivo principal atender aos planos de investimentos previstos em orçamento de capital para expansão da capacidade de geração direcionada para os empreendimentos de PCH, eólicos e de biomassa. O orçamento de capital foi aprovado em AGO.

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia absorveu o prejuízo do exercício com o saldo total de reserva de retenção de lucros, o montante de R\$22.492, conforme previsto no artigo 189 da Lei nº 6.404/76.

f) Reserva de lucros a realizar

No exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do Estatuto Social da Companhia, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar.

Considera-se realizada a parcela do lucro líquido do exercício que exceder o resultado líquido positivo da equivalência patrimonial.

No exercício de 2013, a Companhia recebeu o montante de R\$182.828 de suas controladas a título de dividendos, referentes ao exercício de 2012 e dividendos antecipados, referentes ao exercício de 2013, realizando assim o saldo de reserva de lucros a realizar.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia absorveu o prejuízo do exercício com o saldo total de reserva de lucros a realizar no montante de R\$7.496, conforme previsto no artigo 189 da Lei nº 6.404/76.

g) Dividendos

Conforme o Estatuto Social, os acionistas têm direito a dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

h) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período.

O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período, considerando os efeitos dilutivos e de instrumentos conversíveis em ações.

Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 41, equivalente à IAS 33 - Resultado por Ação, a tabela a seguir reconcilia o prejuízo aos montantes usados para calcular o prejuízo básico e diluído por ação.

	Controladora	
	2014	2013
A. Resultado básico por ação		
Numerador		
Prejuízo disponível aos acionistas ordinários (em milhares R\$)	(168.771)	(54.947)
Denominador		
Média ponderada de número de ações ordinárias	456.899.443	425.505.767
Prejuízo básico por ação (R\$ por ação)	(0,37)	(0,13)
B. Prejuízo diluído por ação		
Numerador		
Prejuízo disponível aos acionistas ordinários (em milhares R\$)	(168.771)	(54.947)
Efeito dilutivo das debêntures conversíveis	(31.497)	(42.371)
Prejuízo disponível aos acionistas ordinários	(200.268)	(97.318)
Denominador		
Média ponderada de número de ações ordinárias	456.899.443	425.505.767
Prejuízo diluído por ação (R\$ por ação)	(0,44)	(0,23)

De acordo com o pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação, o cálculo da quantidade média ponderada de ações levou em consideração os aumentos de capital ocorridos em 17 de julho de 2013, 19 de agosto de 2013, 28 de fevereiro de 2014, 26 de junho de 2014, 1º e 30 de outubro de 2014.

O efeito dilutivo do numerador no cálculo de lucro por ação diluído considera os efeitos dilutivos das debêntures conversíveis em ações emitidas por controladas da Companhia (nota explicativa nº 16). Estes instrumentos reduzem o resultado disponível aos acionistas controladores da Companhia. Os efeitos foram calculados considerando a premissa de que, tais debêntures seriam convertidas em ações ordinárias das controladas no início do exercício.

i) Ajuste de avaliação patrimonial

Determinados empreendimentos foram avaliados pelo custo atribuído (“deemed cost”). O saldo líquido da mais-valia, no montante de R\$56.973 (valor original) foi registrado na rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial”. O saldo em 31 de dezembro de 2014 é de R\$47.501.

## j) Distribuição de dividendos

Os acionistas têm direito a dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme o artigo 202 da Lei nº 6.404/76. De acordo com as práticas contábeis internacionais, pronunciamento técnico CPC 24 - Evento Subsequente e interpretação técnica ICPC 08 - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, apenas o dividendo mínimo obrigatório deve ser provisionado. Já o dividendo proposto ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente.

Até 31 de dezembro de 2014 não houve distribuição de dividendos.

	Controladora	
	2014	2013
Prejuízo do exercício	(168.771)	(54.947)
(+) Realização da conta de ajuste de avaliação patrimonial	3.613	2.238
Prejuízo ajustado (a)	(165.158)	(52.709)
(-) Reserva legal (baseada no lucro líquido ajustado)	-	-
Base de cálculo dos dividendos	(165.158)	(52.709)
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%, antes da constituição da reserva de lucros a realizar (b)	-	-
Lucros a realizar:		
Equivalência patrimonial (nota explicativa nº 11)	129.633	193.907
Lucro não realizado (c)	(129.633)	(193.907)
Lucro realizado no exercício, correspondente aos dividendos mínimos obrigatórios a pagar (a) - (c) = (d)	-	-
Constituição da reserva de lucros a realizar (b) - (d)	-	-

## k) Aquisição de ações de sua própria emissão das controladas (Complexo Macacos)

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 24 de fevereiro de 2014, as controladas pertencentes ao Complexo Macacos (Juremas, Costa Branca, Macacos e Pedra), aprovaram a aquisição de ações de suas próprias emissões, para permanência em tesouraria, sem redução do respectivo capital social e com utilização da reserva de capital de cada controlada.

Essa operação foi realizada com base no valor contábil na data de aquisição. O montante de R\$25.007 foi pago ao acionista controlador do Complexo Macacos - Eólica Holding S.A. e de R\$1.315 foram pagos ao acionista não controlador.

Não houve impacto na participação indireta da CPFL Renováveis.

## 22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

As receitas são reconhecidas de acordo com os contratos firmados.

	Controladora		Consolidado	
	<u>2014</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Receita de venda de energia	127.912	59.917	1.334.285	1.086.013
Outras receitas	-	9	4.171	1.405
Receita bruta	127.912	59.926	1.338.456	1.087.418
Deduções da receita bruta				
Pis/Cofins	(12.135)	(5.542)	(87.392)	(67.038)
ICMS	-	-	(1.075)	-
Encargos regulatórios	-	-	(2.362)	(1.769)
Receita operacional líquida	<u>115.777</u>	<u>54.384</u>	<u>1.247.627</u>	<u>1.018.611</u>

A seguir demonstramos a segregação de receita por tipo de contrato:

	Controladora		Consolidado	
	<u>2014</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
CCEAR*	-	-	221.911	143.049
CER**	-	-	213.501	163.369
Mercado livre	127.912	59.917	419.508	327.923
Proinfa	-	-	479.365	451.672
Total	<u>127.912</u>	<u>59.917</u>	<u>1.334.285</u>	<u>1.086.013</u>

\* Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado

\*\* Contrato de Energia de Reserva

As receitas provenientes de clientes que representam 10% ou mais das receitas totais da Companhia, são como segue: Eletrobras - R\$479.365 (36%) e Grupo CPFL R\$287.777 (22%).

Os contratos de venda de energia das controladas da Companhia que se encontram vigentes em 31 de dezembro de 2014 têm as seguintes características:

## CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

Empreendimento/SPE	Tipo	Energia contratada (MWm)	Preço contratado (R\$/MWh)*	Índice de reajuste	Mês de reajuste
Alto Irani	Proinfa	13,5	217,41	IGPM	Junho
Americana	Mercado Livre	5,9	212,00	IPCA	Janeiro
Andorinhas	Mercado Livre	0,4	201,27	IGPM	Janeiro
Arvoredo	CCEAR	7,0	199,88	IPCA	**
Atlântica I	CCEAR	13,1	174,69	IPCA	Novembro
Atlântica II	CCEAR	12,9	174,69	IPCA	Novembro
Atlântica IV	CCEAR	13,0	174,69	IPCA	Novembro
Atlântica V	CCEAR	13,7	174,69	IPCA	Novembro
Baía Formosa	CCEAR	11,0	217,41	IPCA	****
Barra da Paciência	Mercado Livre	14,8	200,10	IPCA	Janeiro
Bio Alvorada	Mercado Livre	18,0	151,33	IPCA	Janeiro
Bio Buriú	Mercado Livre	21,0	195,54	IGPM	Janeiro
Bio Coopcana	Mercado Livre	18,0	151,33	IPCA	Janeiro
Bio Energia	Mercado Livre	11,9	196,42	IGPM	Janeiro
Bio Ester	CCEAR	7,0	207,18	IPCA	****
Bio Ester	Mercado Livre	4,2	125,55	IPCA	Janeiro
Bio Ipê	Mercado Livre	8,2	195,54	IGPM	Janeiro
Bio Pedra	CER	24,4	180,65	IPCA	Março
Bons Ventos	Proinfa	15,9	369,50	IGPM	Março
Buriú	Mercado Livre	0,4	212,00	IPCA	Janeiro
Campos dos Ventos II	CER	14,0	160,99	IPCA	Setembro
Canoa Quebrada	Proinfa	22,9	337,79	IGPM	Junho
Canoa Quebrada - RV	Proinfa	3,3	371,02	IGPM	Março
Capão Preto	Mercado Livre	2,3	212,00	IPCA	Janeiro
Chibarro	Mercado Livre	1,7	212,00	IPCA	Janeiro
Cocais Grande	Proinfa	5,0	217,41	IGPM	Junho
Corrente Grande	Mercado Livre	8,4	200,10	IPCA	Janeiro
Costa Branca	CCEAR	9,8	168,77	IPCA	Novembro
Diamante	Mercado Livre	1,6	186,92	IGPM	Janeiro
Dourados	Mercado Livre	7,0	212,00	IPCA	Janeiro
Eloy Chaves	Mercado Livre	11,6	212,00	IPCA	Janeiro
Enacel	Proinfa	10,0	379,34	IGPM	Junho
Esmeril	Mercado Livre	2,9	212,00	IPCA	Janeiro
Eurus I	CER	14,5	158,50	IPCA	Agosto
Eurus III	CER	15,0	158,49	IPCA	Agosto
Eurus VI	CER	3,0	196,76	IPCA	Julho
Figueirópolis	Proinfa	12,5	212,47	IGPM	Março
Foz do Rio Choró	Proinfa	7,4	374,55	IGPM	Agosto
Gavião Peixoto	Mercado Livre	3,8	212,00	IPCA	Janeiro
Guaporé	Mercado Livre	0,6	201,27	IGPM	Janeiro
Icaraízinho	Proinfa	21,5	331,98	IGPM	Março
Jaguari	Mercado Livre	4,5	212,00	IPCA	Janeiro
Juremas	CCEAR	7,5	175,99	IPCA	Novembro
Lagoa do Mato - RV	Proinfa	1,4	327,14	IGPM	Março
Lençóis	Mercado Livre	1,0	212,00	IPCA	Janeiro
Ludesa	Proinfa	16,7	214,28	IGPM	Junho
Ludesa	Mercado Livre	3,8	190,53	IGPM	*****
Macacos	CCEAR	9,7	175,99	IPCA	Novembro
Monjolinho	Mercado Livre	0,4	181,23	IPCA	Abril
Morro dos Ventos I	CER	13,0	198,13	IPCA	Julho
Morro dos Ventos III	CER	13,0	198,09	IPCA	Julho
Morro dos Ventos IV	CER	13,0	198,10	IPCA	Julho
Morro dos Ventos IX	CER	14,0	198,11	IPCA	Julho
Morro dos Ventos VI	CER	13,0	198,14	IPCA	Julho
Ninho da Águia	Mercado Livre	4,2	200,10	IPCA	Janeiro
Novo Horizonte	Mercado Livre	9,3	141,11	IGPM	*****
Paíol	Mercado Livre	10,9	200,08	IPCA	Janeiro
Paracuru	Proinfa	11,8	327,14	IGPM	Março
Pedra Preta	CCEAR	10,1	168,77	IPCA	Novembro
Pinhal	Mercado Livre	3,7	212,00	IPCA	Janeiro
Pirapó	Mercado Livre	0,6	201,27	IGPM	Janeiro
Plano Alto	Proinfa	10,0	217,41	IGPM	Junho
Praia Formosa	Proinfa	1,8	376,84	IGPM	Julho
Praia Formosa - A	Proinfa	1,5	374,55	IGPM	Agosto
Praia Formosa - B	Proinfa	3,7	373,55	IGPM	Setembro
Praia Formosa - C	Proinfa	21,1	371,02	IGPM	Março
Salinho	Mercado Livre	0,7	201,27	IGPM	Janeiro
Salto Góes	CCEAR	11,1	188,15	IPCA	**
Salto Grande	Mercado Livre	2,6	212,00	IPCA	Janeiro
Santa Clara I	CER	13,0	196,76	IPCA	Julho
Santa Clara II	CER	12,0	196,76	IPCA	Julho
Santa Clara III	CER	12,0	196,76	IPCA	Julho
Santa Clara IV	CER	12,0	196,76	IPCA	Julho
Santa Clara V	CER	12,0	196,76	IPCA	Julho
Santa Clara VI	CER	12,0	196,76	IPCA	Julho
Santa Luzia	CCEAR	14,0	199,88	IPCA	**
Santa Luzia	Mercado Livre	4,0	224,60	IPCA	Agosto
Santana	Mercado Livre	2,6	212,00	IPCA	Janeiro
São Gonçalo	Mercado Livre	6,4	200,10	IPCA	Janeiro
São Joaquim	Mercado Livre	5,1	212,00	IPCA	Janeiro
Socorro	Mercado Livre	0,3	212,00	IPCA	Janeiro
Solar	Mercado Livre	0,2	182,93	IPCA	Janeiro
Taíba Albatroz	Proinfa	6,6	336,73	IGPM	Março
Três Saltos	Mercado Livre	0,5	212,00	IPCA	Janeiro
Varginha	CCEAR	4,0	199,88	IPCA	**
Várzea Alegre	Mercado Livre	4,8	200,10	IPCA	Janeiro
Total		748,7			

(\*) Data de Referência 31/12/2014

(\*\*) Reajuste do contrato é realizado na data do reajuste tarifário do comprador (distribuidora).

(\*\*\*) Variação do preço decorrente do reajuste aplicado na receita fixa do contrato.

(\*\*\*\*) Reajuste do contrato é realizado na data do reajuste tarifário do comprador (consumidores livres).



## 23. CUSTOS DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Custo:				
Custo de compra de energia (a)	(125.245)	(61.193)	(297.881)	(225.878)
Encargos de uso do sistema	-	(35)	(56.506)	(41.638)
Custo de operação das usinas	-	-	(71.129)	(47.596)
Materiais	-	-	(6.153)	(13.345)
Custo de pessoal	-	-	(13.862)	(12.035)
Arrendamentos	-	-	(11.176)	(9.301)
Depreciação e amortização	-	-	(299.630)	(217.452)
Outros custos de operação	-	-	(7.986)	(6.303)
Total	<u>(125.245)</u>	<u>(61.228)</u>	<u>(764.323)</u>	<u>(573.548)</u>
Despesas gerais e administrativas:				
Despesas com pessoal	(44.906)	(47.879)	(46.331)	(47.879)
Despesas de ocupação	(3.626)	(2.064)	(7.248)	(4.540)
Material	(1.067)	(870)	(1.238)	(1.275)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(102)	(4)	(2.588)	(1.637)
Serviços profissionais	(25.384)	(16.297)	(39.651)	(30.155)
Impostos e taxas	(164)	(395)	(3.011)	(2.693)
Outros	(6.434)	(5.039)	(10.449)	(3.477)
Total	<u>(81.683)</u>	<u>(72.548)</u>	<u>(110.516)</u>	<u>(91.656)</u>
Remuneração dos administradores	(8.905)	(7.755)	(8.905)	(7.755)
Depreciação e amortização	(3.242)	(2.626)	(4.074)	(2.626)
Amortização do direito de exploração	-	-	(128.530)	(128.277)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	<u>1</u>	<u>(3)</u>	<u>2</u>	<u>1</u>
Total	<u>(93.829)</u>	<u>(82.932)</u>	<u>(252.023)</u>	<u>(230.313)</u>

- (a) A Companhia e determinadas controladas participam do MRE - Mecanismo de Realocação de Energia. Durante o primeiro semestre de 2013 e de 2014, os participantes desse mecanismo não geraram o volume de garantia física sazonalizada pelos agentes no período devido a condições hidrológicas desfavoráveis. Decorrente deste fato, os agentes participantes do MRE tiveram que comprar energia no mercado de curto prazo a preços de PLD - Preço de Liquidação das Diferenças.

Adicionalmente, em decorrência da postergação de entrada em operação de algumas usinas durante o primeiro semestre de 2014 (nota explicativa nº 12), a Companhia e suas controladas compraram energia no mercado para honrar seus contratos, no quarto trimestre de 2014, em decorrência de acordo firmado com fornecedor de equipamentos, controladas da Companhia, contabilizaram indenização a título de reembolso de compra de energia, no montante de R\$28.964.

## 24. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Receitas financeiras:				
Receita de aplicação financeira	21.764	13.727	87.131	46.794
Variações monetárias ativas	680	379	1.720	1.002
Ajuste a valor presente	-	-	5.838	5.274
Outras	2.096	3.118	4.302	2.013
Total	<u>24.540</u>	<u>17.224</u>	<u>98.991</u>	<u>55.083</u>
Despesas financeiras:				
Juros sobre empréstimos e debêntures	(151.422)	(111.160)	(416.188)	(345.163)
Juros capitalizados no imobilizado	-	-	4.235	48.328
Fiança bancária/Comissões e corretagens	(10)	(211)	(1.355)	(1.969)
Variações monetárias passivas	(118)	(386)	(151)	(427)
Ajuste a valor presente	-	-	(4.620)	(3.905)
Ajuste a valor presente Baldin Bioenergia S.A.	-	-	(19.795)	-
Outros juros	(736)	(1.587)	(1.600)	(160)
IOF	(1.944)	-	(3.081)	-
Outras	(6.744)	(3.500)	(21.433)	(10.947)
Total	<u>(160.974)</u>	<u>(116.844)</u>	<u>(463.988)</u>	<u>(314.243)</u>

## 25. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

## 25.1. Imposto de renda e contribuição social correntes

A Administração da Companhia adotou o regime de tributação com base no lucro presumido para apuração do imposto de renda e da contribuição social para suas controladas em operação, com exceção das SPEs Bons Ventos, Formosa, Icaraizinho, Complexo Atlânticas e Complexo Macacos que adotaram o regime de tributação com base no lucro real. Na controladora e nas SPEs em construção e em preparação (em desenvolvimento) foi adotado o regime de tributação com base no lucro real.

O quadro a seguir demonstra a reconciliação do efeito tributário sobre o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social aplicando-se as alíquotas válidas para a controladora e os efeitos consolidados vigentes nos respectivos exercícios.

	Controladora			
	2014	2014	2013	2013
	IR	CS	IR	CS
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(168.771)	(168.771)	(54.947)	(54.947)
Alíquota vigente	25%	9%	25%	9%
Expectativa de crédito de imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	42.193	15.189	13.737	4.945
Reconciliação para a taxa efetiva (efeitos da aplicação das taxas fiscais):				
Exclusão - equivalência patrimonial (nota explicativa nº 11)	32.408	11.667	48.477	17.452
Outras (adições) exclusões permanentes	(1.825)	(657)	(1.278)	(460)
Incentivos fiscais de dedução do IRPJ (Lucro de exploração)				
Créditos decorrentes de diferenças temporárias e prejuízos fiscais não registrados em função da incerteza na sua realização	(72.776)	(26.199)	(60.936)	(21.937)
Imposto de renda e contribuição social - receita (despesa)	-	-	-	-
Impostos - corrente	-	-	-	-
Impostos - diferido	-	-	-	-
Impostos líquidos	-	-	-	-
Alíquota efetiva - %	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

	Consolidado			
	2014	2014	2013	2013
	IR	CS	IR	CS
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(133.716)	(133.716)	(44.410)	(44.410)
Alíquota vigente	25%	9%	25%	9%
Expectativa de crédito de imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	33.429	12.034	11.103	3.997
Reconciliação para a taxa efetiva (efeitos da aplicação das taxas fiscais):				
Outras (adições) exclusões permanentes	(1.743)	(628)	2.144	(434)
Incentivos fiscais de dedução do IRPJ (Lucro de exploração)	17.827	-	13.300	-
Créditos decorrentes de diferenças temporárias e prejuízos fiscais não registrados em função da incerteza na sua realização	(78.050)	(28.098)	(60.298)	(21.123)
Aproveitamento de créditos decorrentes de sua realização	3.136	1.129	4.569	1.645
Registro de prejuízo fiscal e base negativa	-	-	8.260	2.974
Reversão do efeito da tributação - lucro real	25.573	8.743	32.404	11.667
Tributação pelo regime do lucro presumido, utilizando-se a receita bruta de vendas como base para cálculo.	(17.504)	(9.493)	(13.181)	(7.634)
Imposto de renda e contribuição social - receita (despesa)	(17.332)	(16.313)	(1.699)	(8.908)
Impostos - corrente	(33.586)	(22.165)	(29.093)	(18.185)
Impostos - diferido	16.254	5.852	27.394	9.277
Impostos líquidos	(17.332)	(16.313)	(1.699)	(8.908)
Alíquota efetiva - %	13,0%	12,2%	3,8%	20,1%

## 25.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis. Adicionalmente, algumas controladas da SIIF Énergies e da Bons Ventos Participações S.A. (BVP), que apuram o imposto no regime de lucro real, registram os créditos fiscais sobre prejuízo fiscal acumulado e base negativa da contribuição social. Os créditos fiscais foram computados de acordo com as alíquotas vigentes para as empresas tributadas pelo lucro real.

As controladas indiretas Eólica Formosa Geração e Comercialização de Energia S.A. e a Bons Ventos Geradora de Energia S.A registram imposto de renda diferido ativo relacionado a prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social considerando a sua expectativa de rentabilidade futura, tendo como base a aquisição do grupo econômico SIIF Énergies e BVP pela Companhia e o consequente processo de reestruturação das dívidas destas controladas, visando à redução das suas despesas financeiras.

Os saldos dos impostos diferidos são apresentados no balanço pelo montante líquido, no nível da entidade legal. A apresentação dos impostos diferidos é conforme segue:

	Consolidado					
	31/12/2014			31/12/2013		
	CSLL	IRPJ	Total	CSLL	IRPJ	Total
Diferenças temporariamente indedutíveis						
Impostos diferidos - ativo:						
Valor justo de ativo imobilizado (menos valia de ativos)	25.725	71.458	97.183	27.050	75.137	102.187
Prejuízo Fiscal - Base negativa	2.911	8.089	11.000	5.295	14.709	20.004
Total ativo	28.636	79.547	108.183	32.345	89.846	122.191
Impostos diferidos - passivo:						
Mais valia decorrente da apuração de custo atribuído	6.477	17.992	24.469	6.970	19.360	26.330
Mais valia de ativos recebidos da antiga ERSA	89.885	249.679	339.564	93.120	258.667	351.787
Intangível - direito de exploração/autorização Jantus, Santa Luzia, Complexo Atlântica, BVP, Rosa dos Ventos e Desa	224.868	624.634	849.502	155.471	431.862	587.333
RTT Depreciação fiscal x societária	11.329	31.470	42.799	9.006	25.016	34.022
Ganho de capital	3.578	9.940	13.518	-	-	-
Total passivo	336.137	933.715	1.269.852	264.567	734.905	999.472
	307.501	854.168	1.161.669	232.222	645.059	877.281

Expectativa de recuperação	Consolidado
2015	14.324
2016	7.834
2017	5.580
2018	5.580
2019	5.580
2020 a 2024	27.899
2025 a 2029	27.899
2030 a 2034	13.487
Total	108.183

## a) Resumo - apresentação no balanço patrimonial - consolidado

O saldo dos impostos diferidos é apresentado no balanço pelo montante líquido no nível da entidade legal. A apresentação dos impostos diferidos é conforme segue:

	Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Total do ativo	108.183	122.191
Total do passivo	(1.269.852)	(999.472)
	<u>(1.161.669)</u>	<u>(877.281)</u>
Classificado:		
Ativo líquido	5.404	20.004
Passivo líquido	(1.167.073)	(897.285)
	<u>(1.161.669)</u>	<u>(877.281)</u>

## b) Movimentação dos saldos de impostos diferidos

	Ativo			Passivo		
	CSLL	IRPJ	Total	CSLL	IRPJ	Total
Saldo em 31.12.2012	3.298	8.193	11.491	245.150	680.949	926.099
Realização de impostos diferidos	(824)	(2.288)	(3.111)	(7.454)	(20.704)	(28.158)
Créditos fiscais diferidos	3.077	8.547	11.624	-	-	-
Baixa intágivel de direito de exploração Lacenas	-	-	-	(179)	(497)	(676)
Reclassificação para obrigações tributárias	-	-	-	1	19	20
Saldo em 31.12.2013	<u>5.552</u>	<u>14.452</u>	<u>20.004</u>	<u>237.518</u>	<u>659.767</u>	<u>897.285</u>

	Ativo			Passivo		
	CSLL	IRPJ	Total	CSLL	IRPJ	Total
Saldo em 31.12.2013	5.552	14.452	20.004	237.518	659.767	897.285
Realização de impostos diferidos	(2.383)	(6.621)	(9.004)	(8.234)	(22.875)	(31.109)
Constituição Desa	-	-	-	70.601	196.115	266.716
Constituição Rosa dos Ventos	-	-	-	6.097	16.935	23.032
Incorporação WF2 (*)	-	-	-	3.578	9.940	13.518
Fair value imobilizado Rosa dos Ventos	-	-	-	(151)	(420)	(571)
Minoritários incorporação reversa	-	-	-	1.005	2.793	3.798
Reclassificação ativo x passivo	(1.481)	(4.115)	(5.596)	(1.481)	(4.115)	(5.596)
Saldo em 31.12.2014	<u>1.688</u>	<u>3.716</u>	<u>5.404</u>	<u>308.933</u>	<u>858.140</u>	<u>1.167.073</u>

(\*) Esse saldo é advindo da incorporação da WF2 e é refere-se aos impostos diferidos sobre ganho de participação societária ocorrido em exercícios anteriores, o qual será realizado, na eventual, alienação do investimento.

## 25.3. Créditos fiscais

A Companhia e suas controladas possuem prejuízos fiscais para os quais não foram registrados ativos diferidos de impostos conforme os seguintes valores-base:

	Controladora	Consolidado
Prejuízos fiscais apurados até 31 de dezembro de 2014	<u>601.332</u>	<u>1.280.700</u>
Base negativa de contribuição social até 31 de dezembro de 2014	<u>601.332</u>	<u>1.280.700</u>

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição.

A Companhia e suas controladas apresentam prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias nas datas dos balanços. A decisão da Administração quanto ao não reconhecimento dos benefícios fiscais futuros está baseada: (i) no fato de a Companhia ser uma holding, cujos resultados são principalmente derivados da equivalência patrimonial de seus investimentos; e (ii) na ausência de histórico de apuração de lucros tributáveis até o momento que suporte o reconhecimento de créditos tributários diferidos.

## 26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### Gestão de risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar que as empresas do grupo possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A Companhia mantém Política de Aplicações Financeiras e administração de recursos. A exposição máxima de caixa por instituição financeira, elegível nesta nova política, é limitada a 30% (trinta por cento) do caixa total, resultando em uma maior pulverização da exposição financeira, com consequente redução de risco versus baixo impacto na rentabilidade de caixa.

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos nem em outros ativos de risco.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

### 26.1. Classificações dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados como:

- a) Ativos financeiros, tendo como categorias: (i) empréstimos e recebíveis; (ii) mensurados ao valor justo através do resultado; (iii) mantidos até o vencimento; e (iv) disponíveis para venda. A classificação é realizada com base nos seguintes critérios:

## (i) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em mercado ativo. Tais ativos financeiros são registrados ao custo histórico pelo método do custo amortizado.

A Companhia tem como principais ativos financeiros classificados nesta categoria:

- Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 5).
- Aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa nº 6).
- Contas a receber de clientes (nota explicativa nº 7).
- Outros créditos (nota explicativa nº 9).
- Partes relacionadas (nota explicativa nº 10).
- Dividendos a receber (nota explicativa nº 11).

## (ii) Mensurados ao valor justo através do resultado

São ativos financeiros os: (1) mantidos para negociação no curto prazo; (2) designados ao valor justo, com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas, a fim de obter-se informação contábil mais relevante e consistente; ou (3) derivativos. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

- Títulos e valores mobiliários (nota explicativa nº 6.2).
- Aplicações financeiras (nota explicativa nº 6.1).

## (iii) Mantidos até o vencimento

Correspondem aos ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem a intenção de mantê-los até o vencimento. Os ativos financeiros referentes a esta classificação são registrados ao custo histórico pelo método do custo amortizado.

A Companhia não possui ativos financeiros classificados nesta categoria.

## (iv) Disponíveis para venda

Referem-se aos ativos financeiros que não se enquadram em nenhuma classificação anterior ou que sejam designados como disponíveis para venda. O registro desses ativos financeiros é realizado aos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o patrimônio líquido.

A Companhia não possui ativos financeiros classificados nesta categoria.

- b) Passivos financeiros, tendo como categorias: (i) mensurados ao valor justo através do resultado; e (ii) outros passivos financeiros. A classificação é realizada conforme os seguintes critérios:

(i) Mensurados ao valor justo através do resultado

São passivos financeiros os: (1) mantidos para negociação no curto prazo; (2) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente; ou (3) derivativos. Esses passivos são registrados pelos respectivos valores justos e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

A Companhia não possui passivos financeiros nesta categoria.

(ii) Outros passivos financeiros

São os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação anterior. Os passivos financeiros referentes a esta classificação são reconhecidos e amortizados seguindo essencialmente o método do custo amortizado.

Os principais passivos financeiros classificados nesta categoria são:

- Partes relacionadas (nota explicativa nº 10).
- Fornecedores (nota explicativa nº 14).
- Empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 15).
- Debêntures (nota explicativa nº 16).
- Contas a pagar de aquisições (nota explicativa nº 17).
- Adiantamentos de clientes (nota explicativa nº 18).

O valor justo dos instrumentos financeiros registrados pelo custo amortizado foi estimado com base em cotações de mercado disponíveis ou o uso de técnicas de avaliação, entre elas, o valor presente dos fluxos de caixa futuros. No entanto, métodos e premissas utilizados para a divulgação do valor justo são julgamentais. Assim, o valor justo estimado não reflete, necessariamente, valores que seriam recebidos ou pagos em caso de liquidação imediata desses instrumentos. O uso de metodologias ou premissas diferentes poderia ter um efeito material nos valores de mercado estimados.

As metodologias utilizadas são as seguintes:

- Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, outros créditos, fornecedores e outros passivos a curto prazo: devido à natureza de curto prazo destes saldos, os valores registrados se aproximam dos valores justos dos instrumentos na data destas demonstrações financeiras.



- Empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazo:

		Consolidado	
		31/12/2014	
		Contábil	Valor Justo
Mensuradas ao custo			
Moeda nacional			
BNDES - Investimento	Nível 2	3.196.832	2.708.988
Instituições financeiras	Nível 2	713.144	626.224
Debêntures	Nível 2	1.739.558	1.207.802
Total		5.649.534	4.543.014

O valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

- Transações com partes relacionadas: devido às características específicas dos acordos assinados entre a Companhia e suas controladas, entre elas, o fato dos AFACs não apresentarem remuneração ou data de vencimento, os valores registrados se aproximam dos valores justos dos instrumentos na data destas demonstrações financeiras.

## 26.2. Ativos registrados a valor justo no balanço patrimonial

A Companhia e suas controladas classificam seus instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, entre os Níveis 1 a 3, como descrito abaixo, com base no grau observável da apuração do valor justo:

- Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas através de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).
- Mensurações de valor justo de Nível 3 são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

A Companhia e suas controladas classificam seus títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras, nos montantes de R\$436 e R\$4.888, respectivamente, em 31 de dezembro de 2014 (R\$952 e R\$23.854, respectivamente, em 31 de dezembro de 2013) como sendo mensurações de valor justo de Nível 2.

### 26.3. Considerações sobre riscos

#### Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeiras e patrimoniais de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de “rating”.

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de contas a receber de clientes, consolidado, inclui entre outros, valores devidos pelos seguintes agentes: (i) R\$110.903 (47% do total) pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS (Proinfra); (ii) R\$52.190 (22% do total) pela Câmara de Comercialização de Energia - CCEE (R\$38.330 de CER, R\$10.570 de CCEAR e R\$3.290 de mercado livre); (iii) R\$32.225 (14% do total) pelo Grupo CPFL (acionista controlador); e (iv) R\$39.624 (17% do total) por outras empresas.

#### Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e suas controladas fazem para financiar suas operações (estrutura de capital). Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (“covenants”) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures.

#### Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

#### Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros

Em conformidade à instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia realizou uma análise em seus instrumentos financeiros, com objetivo de ilustrar sua sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado.

Supondo: (i) que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados a taxa de juros variáveis de 31 de dezembro de 2014 fosse mantido e que os respectivos indexadores anuais apurados na data base de 31 de dezembro de 2014 permaneçam estáveis (CDI em 11,57% ao ano, TJLP em 5,0% ao ano, IGPM em 3,67% ao ano e TR em 0,86% ao ano); (ii) elevação dos índices atuais em 25%; e (iii) elevação dos índices atuais em 50%. O cenário “(1)” é o que reflete melhor a expectativa da Administração para os possíveis impactos das transações descritas.

A projeção dos efeitos decorrentes da aplicação desses cenários no resultado financeiro do Consolidado para os próximos 12 meses seria a seguinte:

Instrumentos	Indexador	Exposição	Cenário I	Elevação de índice em 25%	Elevação de índice em 50%
Ativo Financeiro					
Aplicação CDB/Debêntures/Títulos Públicos	CDI	101.072	11.368	14.210	17.052
Títulos e Valores Mobiliários	TR	436	4	5	6
Aplicação Fundos*	CDI	856.060	99.901	124.876	149.852
		957.568	111.273	139.091	166.910
Passivo Financeiro					
Empréstimos e Financiamentos BNDES, FINEP, FCO, FNE e FDNE	TJLP+1,92%	(3.358.363)	(232.433)	(274.413)	(316.392)
Empréstimos e Financiament. NIB	IGPM+8,63%	(74.196)	(9.365)	(10.106)	(10.846)
Empréstimos e Financiament. e DEBÊNTURES	CDI+1,33%	(1.566.223)	(204.376)	(250.280)	(296.183)
Subtotal		(4.998.782)	(446.175)	(534.798)	(623.422)
Varição		(4.041.214)	(334.902)	(395.707)	(456.513)

(\*) A aplicação em fundos não tem remuneração fixa, a remuneração média na data base foi de 100,48% do DI

Em 31 de dezembro de 2014, o custo total de captação foi de R\$26.728.

A Companhia e suas controladas têm exposição líquida passiva, uma vez que têm mais instrumentos financeiros passivos que ativos; desta forma a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros é feita considerando a deterioração do cenário econômico, com aumento das taxas de juros.

#### Risco de vencimentos antecipados de empréstimos e financiamentos

A ocorrência de eventos de inadimplemento em alguns dos instrumentos de dívida da Companhia e suas controladas poderá configurar o vencimento antecipado de outros instrumentos de dívida. O risco de vencimento antecipado decorrente do não cumprimento dos “covenants” financeiros atrelados às dívidas do grupo está detalhado nas notas explicativas nº 15 e nº 16.

#### 26.4. Análise de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Executiva, que elaborou um modelo de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Para os fluxos de caixa com juros pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações.

Controladora							
31/12/2014	Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	23.777	780	-	-	-	-	24.557
Empréstimos e Financiamentos - principal e encargos	11.206	22.011	97.971	248.781	231.116	602.209	1.213.292
Debêntures - principal e encargos	-	52.750	254.077	285.671	369.453	401.955	1.363.906
Contas a pagar de aquisições	-	-	-	11.025	-	-	11.025
Total	34.983	75.541	352.048	545.477	600.569	1.004.164	2.612.780

  

Consolidado							
31/12/2014	Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	104.475	3.885	633	-	-	-	108.993
Empréstimos e Financiamentos - principal e encargos	44.531	91.674	472.514	1.210.682	1.089.021	2.683.907	5.592.328
Debêntures - principal e encargos	-	52.750	389.530	461.806	624.991	878.995	2.408.071
Taxas regulamentares	198	-	-	-	-	-	198
Contas a pagar de aquisições	-	-	-	15.656	-	-	15.656
Total	149.204	148.309	862.677	1.688.144	1.714.011	3.562.902	8.125.246

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia apresentou nas demonstrações financeiras individuais o capital circulante líquido negativo no montante de R\$316.529, decorrente principalmente dos mútuos firmados com suas controladas, em dezembro de 2014, para capital de giro. Tais valores serão liquidados parcialmente no primeiro trimestre de 2015 com o saldo de dividendos a receber e novas captações, que estão em fase de negociação.

## 27. COBERTURAS DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As usinas em construção possuem apólices contratadas de forma isolada, já que cada obra possui características e cronogramas diferentes. É prática comum a Companhia contratar 100% do valor em risco (valor total estimado do projeto) como limite máximo de indenização, já que não se pode determinar uma porcentagem da obra que terá perda máxima no caso de uma catástrofe.

Já na apólice de riscos operacionais e responsabilidade civil geral, a prática é agrupar as usinas que estão em operação por tipo de geração (Pequenas Centrais Hidrelétricas, Usinas Térmicas a Biomassa, Usinas Eólicas e Solar).

É prática da Companhia a determinação da usina de maior valor para estipular o limite máximo de indenização da apólice de riscos operacionais, já que contratar como limite o montante total do valor em risco caracteriza uma situação pouco provável ou nula, em que todas as usinas teriam perda total no mesmo período. Sendo assim, prefere-se assegurar com um limite que dê conforto para cobrir totalmente a usina de maior valor no caso de uma catástrofe, ou qualquer outra usina de menor valor na apólice. No caso de utilizar-se todo o limite da apólice, o mercado de seguros fornece mecanismos de reintegração do risco, pagando um prêmio proporcional por isso.

Descrição	Ramo da Apólice	Limite Máximo de Indenização 31/12/2014
Ativo Imobilizado	Riscos Operacionais - Danos Materiais, Lucros Cessantes e Riscos de Engenharia	3.211.584
Responsabilidade Civil	Obras Cíveis Instalação e Montagem, Concessionárias ou não de Distribuição de Energia Elétrica	118.000
Automóveis	Cobertura Compreensiva	460
Pessoas	Vida em Grupo e Acidentes Pessoais	84.035
Outros	Seguro Garantia, D&O e outros	165.593
Total		<u>3.579.672</u>

### Sinistros

- Bio Alvorada

Em junho de 2013, houve um sinistro na tubulação do gás da caldeira da controlada Bio Alvorada, durante o período de testes da obra, danificando parte da estrutura e do sistema da caldeira. A obra está coberta por apólice de Risco de Engenharia e Lucros Cessantes. A seguradora foi acionada, e o processo de danos materiais foi concluído em 2014, tendo sido autorizado o pagamento de indenização, no montante de R\$5.933.

Em 26 de dezembro de 2014, com base nos trabalhos da perícia e regulação do sinistro, a seguradora reconheceu que o total das perdas parciais apresentadas e apuradas até o momento, para a cobertura dos lucros cessantes da Bio Alvorada, é o montante de R\$3.000. Este valor foi registrado como receita de indenização no resultado desta controlada e recebido em 29 de janeiro de 2015.

Em 20 de fevereiro de 2015, a seguradora finalizou a apuração das perdas totais para a cobertura dos lucros cessantes do sinistro ocorrido na Bio Alvorada, apresentando um valor adicional a ser pago no montante de R\$4.326 (liquido de franquia). Esse valor foi registrado no resultado desta controlada em fevereiro de 2015 e recebido dentro do próprio mês.

- Bio Coopcana

Em maio de 2014, houve um sinistro na queima de bobinas do gerador da controlada Bio Coopcana, durante a operação da usina. A usina está coberta pela garantia do equipamento dada pelo fornecedor, por Seguro Garantia emitido pelo próprio fornecedor à controladora CPFL Renováveis e por apólice de seguro de Risco Operacional contratado pela controladora CPFL Renováveis. A provável causa do sinistro está sendo apurada tanto pelo fornecedor quanto por perito contratado pela controladora CPFL Renováveis. Em 31 de dezembro de 2014 o gerador já tinha sido reparado pelo fornecedor.

As premissas adotadas para a contratação de seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão. Consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

## 28. COMPROMISSOS

## 28.1. Arrendamento mercantil

Os arrendamentos são classificados como operacionais, uma vez que os termos dos contratos de arrendamento não transferem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato.

Até 31 de dezembro de 2014, a Companhia e suas controladas firmaram contratos de arrendamento de terras, compostos da seguinte forma:

	Ref.	Assinatura do Contrato	Área (ha)	Prazo	Índice Reajuste	R\$ mil Pagamento Ano - 2014
Eólica Santa Clara	2	39508	2.079	28 anos	IGP-M	2.050,0
Eólica Bons Ventos	2	38961	437	28 anos	IGP-M	2.992,0
Eólica Formosa	2	37165	1.094	28 anos	IGP-M	1.450,0
Eólica Icarazinho	2	37316	423	28 anos	IGP-M	1.024,0
Eólica Paracuru	2	37226	107	28 anos	IGP-M	450,0
Eólica Campo dos Ventos II	2	39965	183	37 anos	IGP-M	379,0
Projeto EOL Bloco Norte e Sul	1	39722	3.300	37 anos	IGP-M	21,0
Projeto EOL Campos dos Vent	1	39539	3.206	37 anos	IGP-M	20,0
Projeto EOL Royale	1	40483	701	25 anos	IPCA	7,0
Projeto Pé de Serra	1	40725	2.974	35 anos	IPCA	98,4
Projeto Pedra Cheirosa	1	39934	809	28 anos	IGP-M	6,6
Projeto Serra dos Ventos	1	41061	2.144	35 anos	IPCA	0,8
Eólica Bom Conselho	1	41061	3.088	35 anos	IPCA	9,9
Eólica Serra Grande	1	41061	602	35 anos	IPCA	1,2
Projeto Serra das Vacas	1	41061	451	35 anos	IPCA	16,0
Projeto Salóá	1	41061	1.138	35 anos	IPCA	44,9
Projeto Serra do Angelim	1	40725	3.447	35 anos	IPCA	82,0
Projeto Tapuia	1	40848	1.852	35 anos	IPCA	9,9
Projeto EOL Achado	1	41214	797	35 anos	IPCA	24,5
Projeto EOL Olhos D'água	1	41000	1.350	35 anos	IPCA	49,4
Projeto EOL Rodoleiro	1	41000	865	35 anos	IPCA	25,4
Projeto EOL Palmeiras	1	41091	417	35 anos	IPCA	8,9
Projeto EOL Farroupilha	1	41030	303	35 anos	IPCA	9,4
Projeto EOL Canguçu	1	41153	2.365	35 anos	IPCA	18,9
Projeto EOL Cerquinha	1	41153	680	35 anos	IPCA	18,9
Projeto EOL Cristais	1	41183	5.072	35 anos	IPCA	88,6
Projeto EOL Dourados	1	41183	1.820	35 anos	IPCA	77,5
Projeto EOL Esplanada	1	41183	2.900	35 anos	IPCA	35,8
Projeto EOL Jussara	1	41183	5.050	35 anos	IPCA	119,1
Projeto EOL São Nicolau	1	41122	1.965	35 anos	IPCA	47,7
Projeto EOL Tarumã	1	41153	2.136	35 anos	IPCA	21,7
Projeto EOL Sossego	1	41183	1.500	35 anos	IPCA	26,7
Projeto EOL Sucesso	1	41183	1.101	35 anos	IPCA	4,7
Projeto EOL Ventania	1	41000	1.712	35 anos	IPCA	43,3
Projeto EOL Santana	1	41214	1.560	35 anos	IPCA	61,9
Projeto EOL Taipa	1	41061	3.270	35 anos	IPCA	53,8
Projeto EOL Tangará	1	41153	4.596	35 anos	IPCA	17,5
EOL Atlântica	2	41153	2.314	35 anos	IGP-M	1.964,0
SPE Costa Branca	2	39661	322	25 anos	IGP-M	822,0
SPE Juremas	2	39661	217	25 anos	IGP-M	95,0
SPE Macacos	2	39661	88	25 anos	IGP-M	120,0
SPE Pedra Preta	2	39661	145	25 anos	IGP-M	107,0
SPE Baixa Verde	2	39661	239	25 anos	IGP-M	5,2
SPE Cajueiro	2	39661	238	25 anos	IGP-M	5,2
SPE Navegantes	2	39934	208	25 anos	IGP-M	5,2
Eólica Vitória dos Palmares	2	40513	9.694	37 anos	IGP-M	58,2
Eólica Irauna	2	40513	1.225	37 anos	IGP-M	7,4
Eólica Pedra Grande	2	40513	3.277	37 anos	IGP-M	19,7
Eólica Jandaíra	2	40513	4.871	37 anos	IGP-M	29,2
Eólica Morro dos Ventos	1	40513	19.067	37 anos	IGP-M	470,7
<b>Total</b>						<b>13.125</b>

Observações (valores expressos em reais - R\$):

1. Fase pré-operacional: valores mensais de R\$1,0 a R\$3,0 por hectare.
2. Fase operacional: valores mensais conforme receita bruta de energia.

A seguir o cronograma de pagamento dos compromissos de arrendamentos:

<b>Consolidado</b>			
<u>Vencimento</u>	<u>Fixo</u>	<u>Variável</u>	<u>Total</u>
2015	4.158	11.073	15.231
2016	4.126	13.061	17.187
2017	4.274	14.674	18.948
2018	4.562	15.326	19.888
2019	4.711	16.019	20.730
2020 a 2024	19.366	79.923	99.289
2025 a 2029	18.850	78.797	97.647
2030 a 2034	18.850	60.340	79.190
2035 a 2039	18.850	40.219	59.069
2040 a 2044	18.850	40.219	59.069
2045 a 2049	17.792	13.737	31.529
2050 a 2054	3.241	-	3.241
	<u>137.630</u>	<u>383.388</u>	<u>521.018</u>

## 28.2. Compromisso de aquisição negócios (preço complementar)

A Companhia firmou compromisso com o sócio minoritário referente a pagamento complementar na compra das SPEs Cajueiro Energia S.A. e Baixa Verde Energia S.A, condicionado à viabilização dos parques eólicos para participação em leilões de energia para construção de empreendimentos. Caso a transação seja completada, a Companhia deverá desembolsar até 2015 o montante de R\$4.655 atualizado monetariamente pelo IGP-M. Esse valor está registrado como passivo na rubrica de contas a pagar de aquisições.

A controlada DESA possui o montante pagar de R\$3.350, pela aquisição de Renascer Centrais Elétricas, que será pago quando forem obtidas as licenças necessárias para a implantação da Usina.

Também possui o montante a pagar de R\$1.281, pela aquisição dos direitos sobre a licença de instalação, projeto básico e demais estudos e direitos relacionados à PCH Mata Velha.

Os valores acima passaram a ser consolidadas na Companhia a partir de 1º de outubro de 2014, após a associação com a DESA.

## 28.3. Outros compromissos

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo para construção de usinas e prestação de serviço de manutenção e operação:

em R\$ mil	2015	2016	2017	2018	2019	A partir de 2020	Total
Aluguéis	1.359	168	48	-	-	-	1.575
Contratos de construção de usinas	172.977	827.565	48.793	73	73	-	1.049.481
Contratos de prestação de serviço de manutenção e operação de usina	72.817	37.796	29.407	25.688	24.353	187.202	377.263
Encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão	69.358	82.135	82.135	83.326	83.326	2.799.791	3.200.071
Serviços Administrativos	2.581	2.761	246	-	-	-	5.588
Total	<u>319.092</u>	<u>950.425</u>	<u>160.629</u>	<u>109.087</u>	<u>107.752</u>	<u>2.986.993</u>	<u>4.633.978</u>

## 29. PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios, como seguro de vida, assistência médica e plano opcional de complementação de aposentadoria, entre outros, sob o regime de contribuição definida. A contabilização desses benefícios obedece ao regime de competência e sua concessão cessa ao término do vínculo empregatício.

Em julho de 2012, a Companhia firmou um Plano Gerador de Benefício Livre com a Bradesco Vida e Previdência S.A. O plano é composto por Planos Coletivos de Previdência Complementar Aberta - PGBL, regulamentados pela Superintendência de Seguros Privados - SUSESP. O Plano Gerador de Benefício Livre é estruturado na modalidade de contribuição paritária visto que a Patrocinadora está limitada ao percentual que ela acordou contribuir para o fundo e o valor do benefício pós-emprego recebido pelo funcionário é determinado pelo montante de contribuições pagas pela patrocinadora e pelo funcionário, acrescido dos retornos obtidos sobre os investimentos. Em consequência, o risco atuarial de que os benefícios sejam inferiores ao esperado e o risco de investimentos (riscos de que os ativos investidos sejam insuficientes para cobrir os benefícios esperados) são assumidos pelo funcionário, já que a escolha do tipo de renda para a contribuição parte empregado e livre para o mesmo. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de contribuição a pagar pela Companhia é de R\$145. A despesa registrada no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$1.362.



## 30. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA E OUTRAS INFORMAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Transações oriundas de combinação de negócios:				
Impostos diferidos passivos	-	-	(303.266)	675
Investimento	448.460	-	-	-
Imobilizado	-	-	1.345.578	-
Direitos de autorização	562.453	(1.408)	852.201	(1.988)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	(1.009.877)	-
Outros	-	-	19.957	-
Total	<u>1.010.913</u>	<u>(1.408)</u>	<u>904.593</u>	<u>(1.313)</u>
Contrapartida transferida por meio de aumento de capital	<u>939.983</u>	<u>-</u>	<u>833.663</u>	<u>-</u>
Contrapartida paga	<u>70.930</u>	<u>(1.408)</u>	<u>70.930</u>	<u>(1.313)</u>
Transações oriundas da incorporação da WF2:				
Caixa e equivalentes de caixa	43	-	-	-
Investimento	719.665	-	-	-
Debêntures	(170.114)	-	-	-
Contas a pagar de aquisições	(83.484)	-	-	-
Impostos diferidos passivos	(13.518)	-	-	-
Outros	492	-	-	-
Acervo líquido incorporado	<u>453.084</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Outras transações não envolvendo caixa:				
Provisão de custos socioambientais capitalizadas no imobilizado	-	-	9.193	-
Reversão de provisão para custos socioambientais	-	-	-	17.747
Encargos financeiros capitalizados	-	-	4.235	48.328
Transferência entre imobilizado e intangível	-	-	16.402	11.353
Baixa de ativo contingente e reversão de passivo contingente	-	-	10.000	-
Transferência entre imobilizado e outros créditos	-	-	28.444	-
Transferência entre imobilizado e impostos a recuperar	-	-	-	15.250
Fornecedores de imobilizado	-	-	35.490	23.937
Realização de reserva de capital de não controlador contra contas a receber	-	-	2.185	-
Transferência entre partes relacionadas e outros créditos	-	-	740	-
Reclassificação de impostos diferidos	-	-	-	20
Capitalização de AFACs	49.543	-	-	-
Partes relacionadas	-	3.566	-	3.566
Registro de IR diferido de não controlador	-	-	3.798	-
Incorporação de saldos de partes relacionadas	-	-	-	1.165
Capitalização de mútuo	19.261	-	-	-

## 31. LEI Nº 12.783/13 (MP Nº 579/12) - RENOVAÇÃO DAS CONCESSÕES E OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE

Em 11 de setembro de 2012 o Governo Federal editou a Medida Provisória nº 579, convertida na Lei nº 12.783 em 13 de janeiro de 2013, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, relativas aos contratos de concessão assinados antes de 1995 sobre a redução de encargos setoriais, a modicidade tarifária e outras providências.

Em uma análise efetuada pela Administração da Companhia, esta entende que essa Lei não irá afetar diretamente os negócios (avaliação de ativos e mensuração de receitas) da Companhia e suas controladas em virtude de os vencimentos das concessões e autorizações de exploração outorgadas pela ANEEL somente ocorrerem a partir do ano 2027 e, também, os contratos de comercialização de energia terem sido contratados por meio do Proinfa, da Energia de Reserva, do CCEAR e de contratos bilaterais (mercado livre), tendo, na sua maioria, prazos entre 15, 20 e 30 anos.

A Administração também entende que, indiretamente, caso seja dado às concessões e autorizações da Companhia o mesmo tratamento dado àqueles objetos da Lei, esse fato poderá resultar na diminuição da rentabilidade dos negócios no futuro.

### 32. LEI Nº 12.973, DE 14 DE MAIO DE 2014

A Lei nº 12.973, de 14 de maio de 2014 (conversão da Medida Provisória nº 627, de 11 de novembro de 2013), e a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.422, de 19 de dezembro de 2013, trouxeram mudanças para o cenário das regras tributárias federais, dentre elas a revogação do Regime de Tributação Transitória, o RTT.

Os dispositivos contidos nessa Lei entrarão em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário 2015, sendo facultada a aplicação antecipada de seus dispositivos a partir do ano-calendário 2014.

A Administração da Companhia avaliou os impactos e concluiu que o melhor momento para sua adoção é a partir de 1º de janeiro de 2015. Na análise efetuada, a Companhia entende que não há efeitos relevantes a serem considerados nas demonstrações financeiras.

### 33. EVENTO SUBSEQUENTE

#### 1ª Emissão de Notas Promissórias - Mata Velha

Em 15 de janeiro de 2015, a controlada indireta Mata Velha realizou a 1ª emissão de notas promissórias, adquirida pelo Banco Votorantim, no montante de R\$50.000, ao custo financeiro de CDI mais 0,7% ao ano, e com vencimento em 14 de julho de 2015. Essa emissão teve como objetivo reforçar a necessidade de caixa dessa controlada até que ocorra a liberação do financiamento com o BNDES.

### 34. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 2 de março de 2015.

---